

Giovani de Sousa Silva - Cap. PM

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

O ALFERES

VOLUME 18 - EDIÇÃO ESPECIAL - OUTUBRO 2003

Giovani de Sousa Silva - Cap. PM

ISSN 0103-8125

O ALFERES

Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Volume: 18

Edição Especial

Outubro: 2003

ADMINISTRAÇÃO

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar

Rua Diabase, 320 - Prado

Belo Horizonte - MG

CEP 30.410-440

Tel: (0xx31) 3330-4085

Fax: (0xx31) 3330-4083

E-MAIL: cpp@pmmg.mg.gov.br

<i>O Alferes</i>	Belo Horizonte	v. 18	Edição Especial	p. 01-133	Outubro 2003
------------------	----------------	-------	-----------------	-----------	--------------

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião do Comando da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

A reprodução total ou parcial dos artigos poderá ser feita, salvo disposição em contrário, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais e estrangeiras.

Pidese canje.

On demande l'échange.

We ask for exchange.

Si richiere lo scambio.

O Alferes, n.º 1

1983-

Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG.

Semestral

Quadrimestral (1983 - 1985) trimestral (1986 - Jun./2000)

semestral (jul./2000 -)

Publicação interrompida de jan./95 a dez./96, jul./98 a dez./99 e de Jul./01 a Jun./02.

ISSN0103-8125

I. Polícia Militar - Periódico I. Polícia Militar do Estado de Minas

Gerais

CDD 352.205

CDU 351.11 (05)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7-8

INFORMAÇÃO

DOIS SONHOS, DUAS REALIDADES: REVISTA “O ALFERES” E ACADEMIA DE LETRAS “JOÃO GUIMARÃES ROSA”, DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Carlos Alberto Carvalhaes 19-30

DESEMPENHO DE CAPITÃES EM BATALHÃO OPERACIONAL DA 8.^a RPM: UMA INVESTIGAÇÃO PRÁTICA

Fernando Muniz 31-57

DIAGNÓSTICO DA MORTALIDADE VIOLENTA ENTRE JOVENS NA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA IMPORTÂNCIA DE INDICADORES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS, E ESTRATÉGIAS DA PMMG ANTE O PROBLEMA

Renato Vieira de Souza

Maria Letícia Duarte Campos

Maria Thaís da Costa Oliveira Santos

Gilberto Protásio dos Reis 59-78

AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO MILITAR DA PMMG

Marcos Antônio Santos 79-100

OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ENGENHOS EXPLOSIVOS: A PARTIR DE RETROSPECTIVA HISTÓRICA, A NECESSIDADE DE UMA DOCTRINA OPERACIONAL

Euler Roberto Soares de Souza

Francis Albert Cotta 101-118

A GEOGRAFIA DO MEDO: REFLEXÕES SOBRE O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA EM BELO HORIZONTE

Alexandre Magno Alves Diniz 119-133

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Polícia Militar de Minas Gerais, por seu Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, entrega às comunidades científica e acadêmica e ao público em geral mais uma edição da revista "O Alferes", com o especial propósito de comemorar os 20 Anos deste instrumento de doutrina e informação, no campo da segurança pública.

Rende a Polícia Militar, por este meio, nova e justa homenagem ao seu mais ilustre integrante: o Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Morto por enforcamento, a 21 de abril de 1792, sofreu a mais dura pena imposta aos Inconfidentes. Por sua luta em defesa da liberdade, recebeu do governo brasileiro o póstumo título de Patrono das Polícias Militares do País.

A presente Edição Especial contém seis artigos. No primeiro, o Coronel PM QOR Carlos Alberto Carvalhaes, presidente da Academia de Letras "João Guimarães Rosa" — criada por um grupo de idealistas, para congregar pesquisadores e estudiosos da segurança pública e promover o estudo e a preservação da memória da PMMG —brinda os leitores com artigo sobre a entidade, correlacionando aos objetivos da revista "O Alferes" os daquela Academia.

O Tenente-Coronel Fernando Muniz, em seu artigo "Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8ª RPM: uma investigação prática", apresenta as experiências de um Comandante de Batalhão Policiamento Ostensivo da Capital de Minas Gerais, abordando as ações dos capitães da Unidade, aliadas a uma pesquisa junto aos alunos do Curso de Especialização de Segurança Pública.

O Tenente-Coronel Renato Vieira de Souza, Chefe da Seção de Emprego Operacional da PMMG, juntamente com a socióloga Maria Letícia Duarte Campos, a psicóloga Maria Tháís da Costa Oliveira Santos e o Capitão Gilberto Protásio dos Reis, analisam as tendências da mortalidade violenta entre jovens, por homicídio, na Região Sudeste, e especificam as políticas de segurança pública que estão sendo adotadas pela PMMG, para enfrentamento do problema.

O artigo “As especificidades do Ensino Militar da PMMG”, de autoria do Major Marco Antônio Santos, enfoca a educação profissional na PMMG e sua regulamentação pela LDB, discute as especificidades do ensino militar, que lhe conferem identidade singular e analisa a aplicabilidade das normas educacionais de âmbito nacional, ao ensino policial-militar na Instituição.

O artigo “Ocorrências Envolvendo Engenhos Explosivos”, de autoria do Tenente Euler Roberto Soares de Souza e do Sargento Francis Albert Cotta, ambos do Esquadrão Antibombas/GATE, da PMMG, partindo de uma retrospectiva histórica sobre eventos de grande repercussão que envolveram engenhos explosivos improvisados, aponta para a necessidade da sistematização e consolidação de uma doutrina operacional, na área de bombas e explosivos. Fornece dados para a tomada de decisões e procedimentos iniciais em ocorrências de bombas.

Fecha a presente Edição o trabalho do professor Alexandre Magno Alves Diniz, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com o artigo “A Geografia do Medo”. Nele, o autor resgata alguns conceitos introduzidos por cientistas ligados à Geografia da Percepção e os aplica na análise do sentimento de insegurança em Belo Horizonte/MG.

Por meio deste conjunto de idéias e estudos científicos, selecionados por sua atualidade e abrangência, e pelo caráter doutrinário-informativo que os caracteriza, o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação e o Conselho Editorial da revista “O Alferes” esperam acrescentar à discussão de caminhos para a segurança pública, que se tornou uma das mais urgentes questões políticas do País, uma contribuição à altura das necessidades desse importantíssimo campo da prestação de serviços públicos.

Conselho Editorial

MENSAGEM DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DE MINAS GERAIS PELA COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DA REVISTA “O ALFERES”



Estamos, em Minas Gerais, vivendo a plena reforma do modelo de segurança pública, agora transformado conceitualmente em Defesa Social.

Nesse novo sistema, a Polícia Militar de Minas Gerais possui um papel de absoluta relevância no enfrentamento do maior desafio que se coloca à sociedade contemporânea: o combate ao crescimento da criminalidade, às organizações criminosas, ao tráfico de drogas e às inaceitáveis seqüelas que a violência tem gerado à preservação da ordem pública, que significa a segurança de todos.

Uma das grandes preocupações do Comando de nossa Bicentenária Corporação é com o aprimoramento técnico-profissional do homem. Para que nossas ações possam gerar os resultados desejados, é preciso ter capacidade gerencial, desprendimento e conhecimentos específicos acerca do que se deseja fazer, bem como do que se pretende alcançar.

Nesse contexto, a Revista “O Alferes”, nesses vinte anos de existência, tem compilado artigos da maior relevância, para reflexão e estudos direcionados à busca de soluções para a questão da Segurança Pública, com a participação de estudiosos que contribuem, efetivamente, para o enriquecimento e fortalecimento da doutrina policial.

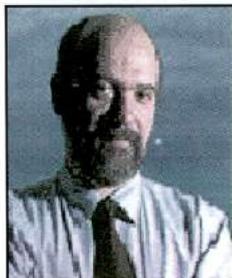
São inquestionáveis o valor dessa publicação e a sua importância como acervo bibliográfico para a realização de pesquisas, instrução de tropa e fonte de consulta constante para os diversos trabalhos de interesse da instituição.

Não poderia, assim, deixar de parabenizar a todos que contribuíram para o êxito de tão significativa obra. Vida longa para **“O Alferes”!**

Palácio da Liberdade, 29 de Outubro de 2003

AÉCIO NEVES DA CUNHA
Governador de Minas Gerais

MENSAGEM DO SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

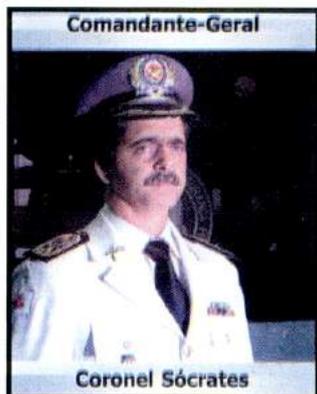


A Polícia Militar de Minas Gerais tem sido pioneira no desenvolvimento de projetos sensíveis à necessidade de combinar respeito aos direitos humanos com eficiência no enfrentamento do crime. Sua capacidade de agir preventivamente, de orientar-se com inteligência prospectiva, sua abertura ao diálogo com as comunidades, com entidades da sociedade civil e com instituições usualmente distantes das polícias, como a universidade e os institutos de pesquisa, ajudam a explicar as razões pelas quais perduram, em Minas, o respeito popular e a confiança, a despeito dos problemas e das dificuldades. A melhor forma de honrar a tradição é a coragem de inovar, transformar-se e adaptar-se às novas exigências da história. Parabéns aos companheiros da Polícia Militar de Minas Gerais.

LUIZ EDUARDO SOARES

Secretário Nacional de Segurança Pública

MENSAGEM DO COMANDO



Esta Edição Especial da Revista “O Alferes”, comemorativa dos 20 anos de sua criação, constitui importante marco na cronologia da produção científica na PMMG.



Seu primeiro número, editado há exatos vinte anos, fez materializar-se e perpetuar-se até nossos dias o idealismo de talentosos companheiros, nossos predecessores na Corporação de Tiradentes, os quais, pioneiros com visão futurista que foram, tiveram por principal motivação a necessidade de se criar um veículo de divulgação - e sedimentação - de conteúdos doutrinários inerentes à atividade policial-militar.

Ao longo do tempo, galhardamente, a Revista “O Alferes” cumpre com fidelidade o seu papel, firmando-se, a cada edição, como um irrecusável “convite ao pensamento”, fazendo jorrar em borbotões preciosos conceitos e ensinamentos doutrinários e humanísticos dos quais não poderíamos prescindir.

Serviu, assim, de impulso ao gênio criativo de ilustres pensadores da caserna, do que resultou no surgimento de ricos e robustos tratados, alçados ao patamar de trabalhos técnico-profissionais, de consumo não só do público interno; transformados em verdadeiros arautos, são também ouvidos além-fronteiras, graças, principalmente, ao salutar intercâmbio propiciado pelos cursos realizados a nível de pós-graduação, que reúnem em nossa Academia de Polícia Militar oficiais oriundos de diversos países da Sul América e de outros continentes.

Atualmente, é editada pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar, em periodicidade semestral, e conta com o constante e sistemático

controle de qualidade de seu Conselho Editorial, que se esmera por torná-la, sempre e sempre, cada vez mais aperfeiçoada, justificando, dessa forma, o orgulho que essas publicações nos causam a todos nós.

Por isso, felicito a todos quantos têm contribuído para a manutenção da Revista “O Alferes” e rendo singela homenagem a seus idealizadores.

SÓCRATES EDGARD DOS ANJOS, CORONEL PM

COMANDANTE-GERAL DA PMMG

O ALFERES, VINTE ANOS DEPOIS

EURO MAGALHÃES

Coronel PM QOR da PMMG



A revista “O ALFERES” veio a público em 1983 e, no corrente ano, com a realidade de vinte anos passados, é válido refletir sobre este fato. A reflexão a que nos propomos deverá, acima de tudo, responder à questão crucial, já colocada naquele 1983, da utilidade da revista. Em outras palavras, a revista “O ALFERES” contribuiu de alguma forma para o aperfeiçoamento da nossa Polícia Militar de Minas Gerais?

De início, nos lembramos que, na segunda metade da década de setenta, um grupo de oficiais, de origens diversas, discutia muito sobre a inexistência de uma literatura profissional voltada para a doutrina. Existiam, sim, diversos manuais técnicos, sucessores dos manuais do Exército que por tanto tempo foram utilizados. Recordo-me perfeitamente do Manual de Controle de Distúrbios Cívicos, que era obrigatório em alguns cursos, e que era editado pelo Exército. Alguns manuais operacionais estavam surgindo, mas todos eles eram estritamente técnicos ou seja, não admitiam pontos de vista divergentes. Uma das discussões muito interessantes, daquela época, constituía em estabelecer a missão da Polícia Militar. O que estava na Constituição Federal não era coerente com o existente na legislação específica e o que se vivia, na prática, era diferente de tudo. Afinal, a destinação Constitucional da Polícia Militar no Brasil era, a partir da premissa de “Reserva do Exército”, a participação na Defesa Interna.

Não há como entender a realidade daquela época com as categorias mentais de hoje. Os tempos eram outros, o mundo era outro. Fazia muito pouco tempo que as unidades operacionais tinham deixado de ser Batalhões de Infantaria (B.I) e haviam passado a ser Batalhões de Polícia Militar (BPM). Nos cursos de formação de soldados e de formação de oficiais, predominavam disciplinas tipicamente militares. Ainda nos anos setentas, no Curso de Aperfeiçoamento

de Oficiais (CAO). existia a disciplina Topografia. O CAO de 1978 teve a disciplina Defesa Civil ministrada por oficiais do Exército, pois ela, a Defesa Civil, era considerada de interesse da Segurança Interna.

Ocorre que em organizações militares sempre há uma oposição, artificial, mas consistente, entre os "operacionais" e os "intelectuais". Aqueles se orgulhando de serem pragmáticos, pés na realidade, de resolverem problemas na hora, de não perderem tempo em reflexões abstratas e estes, por sua vez, se envaidecendo de "estarem construindo uma nova realidade" de "serem responsáveis por pensar a organização". Estes últimos, os "ditos" intelectuais, e que superaram barreiras e se dispuseram a "pensar" a organização Polícia Militar.

A Alferes, portanto, foi fruto de um grupo de oficiais que se dispôs a discutir alguns assuntos latentes que, hoje, já são anacrônicos pois outros emergiram. Não percamos de vista que a Internet, Aírton Senna, a desintegração da URSS, tudo isto veio a ocorrer depois do surgimento da revista. Aos atuais pensadores da Polícia Militar, peço que não nos critiquem por tratarmos de temas tão óbvios como "Estatística Operacional", "Treinamento sob Ótica Militar" da forma como tratamos, talvez até ingênua. Mas eram temas que estavam sendo discutidos pela primeira vez em nosso universo de policiais militares e muita cautela era necessária.

Vinte anos depois, vemos, com muito orgulho, que a Revista valeu a pena. Talvez ela não seja êxito editorial, lida por todos com sofreguidão, mas um grupo de integrantes da Polícia Militar a lê e usa os conhecimentos auferidos em benefício da Polícia Militar. Essa era a intenção, desde o início e, por que não dizer, esta ainda é a esperança atual.

Cabe-nos a nós, já integrando o Quadro de Oficiais da Reserva há algum tempo, apenas desejar longa vida a "O ALFERES" e, vida útil.

INFORMAÇÃO

DOIS SONHOS, DUAS REALIDADES: Revista “O Alferes” e Academia de Letras “João Guimarães Rosa”, da Polícia Militar de Minas Gerais.

CARLOS ALBERTO CARVALHAES *
Coronel QOR da PMMG



***Resumo:** O texto historiografa a Academia de Letras “João Guimarães Rosa” da Polícia Militar de Minas Gerais, e correlaciona-a com a revista “O Alferes” da Polícia Militar, para enfoque da importância de ambas as entidades literocientíficas na humanização de talentos policiais-militares, pelo exercício efetivo da pesquisa e produção de conhecimento necessários à remodernização do perfil do preservador da ordem pública e defesa social, com vistas na completa universalização dos meios e modos epistêmicos de polícia militar.*

***Palavras-chave:** Pesquisa, na produção literocientífica, importância das Letras no meio castrense, compromisso com os melhores cânones da Língua Portuguesa, humanização e romodernização.*

1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 1983, sob inspiração de um grupo de idealistas, nasce, na Academia de Polícia Militar, no comando do Coronel José Braga Júnior, a revista “O Alferes”, canal de doutrina e comunicação da Corporação.

A idéia vinha sendo alimentada havia alguns anos e tornou-se consistente a partir do momento em que, com o apoio do então Comandante-Geral, Coronel Waldyr Soares, hoje Juiz-Auditor aposentado, vieram à luz os primeiros trabalhos doutrinários selecionados pela Comissão Editorial, para compor a primeira e histórica edição, publicada para o quadrimestre setembro/outubro/novembro/dezembro de 1983.

* Acadêmico Efetivo-Fundador - Atual Presidente da AL “JGR” - Detentor da Cadeira n.º 32 - Patrono: Capitão-Médico Vicente Vono

Em Nota Explicativa, o Coronel Waldyr assim se expressou, em artigo, nas primeiras páginas do periódico: *“O Alferes pretende ser a revista doutrinária da Polícia Militar de Minas Gerais e, desta forma, preencher a lacuna existente”*.

Aquela que era apenas uma pretensão transformou-se em realidade, e “O Alferes” atravessou duas décadas de forma permanente, apesar de inúmeros problemas em sua trajetória e das grandes transformações ocorridas na Corporação.

Foram vinte anos de expressivo significado, motivo pelo qual disso muito nos orgulhamos. Estão de parabéns, pois, a Polícia Militar de Minas Gerais, a Academia de Letras Militar e os assíduos leitores que recebem, a cada volume, uma imensidão de conhecimentos profissionais, idéias e informações.

No rol das transformações por que vem passando nossa Polícia Militar, uma foi, sem dúvida, de grande importância: a fundação e instalação de uma Academia de Letras. Esse outro sonho, acalentado por pequeno grupo de Oficiais, tornou-se realidade, em 21 de agosto de 1995, com a fundação e, em 5 de outubro do mesmo ano, com a solene instalação da Academia de Letras “João Guimarães Rosa”, da PMMG, patrocinada pelo Clube dos Oficiais. Nossa Academia é a primeira do gênero no seio das Instituições Militares do País.

1 BREVE HISTÓRICO DA ACADEMIA DE LETRAS

Uma Academia de Letras existe para despertar interesses literocientíficos, estimular talentos e eternizar as melhores realizações da inteligência engajadas na elegância frásica, riqueza de conceitos e beleza literária.

Ela é poderoso núcleo de debates e elaboração intelectual da PMMG, no qual se discutem muitas e grandes questões literárias. É um centro que cultiva a convivência intelectual, aproxima gerações diferentes e, é claro, estimula o Soldado de Polícia mineiro ao gosto pela Língua Portuguesa e seus cânones mais consagrados. Além disso, permite a descoberta de novos valores e talentos, burila a inteligência e dissemina o respeito ao ser humano.

Os Coronéis **Ary Braz Lopes** (1927-1995) e **Edgar Soares**, então Presidente do Clube dos Oficiais, foram os idealizadores e verdadeiros Fundadores-Instaladores do Sodalício.

Seu discurso de posse, como primeiro Presidente, de 5 de outubro de 1995, cujo trecho transcrevo, o qual tive a honra de transmitir ao grande público presente à cerimônia de instalação desta Academia, foi ditado a mim, ao telefone, de um leito do Hospital Felício Rocho, onde convalescia de grave enfermidade, pelo próprio **Ary Braz Lopes**, falecido logo após, em 8 de novembro de 1995. Eis o tal trecho:

Com trinta e três Patronos e onze Membros Fundadores, a Polícia Militar, por iniciativa do Clube dos Oficiais, fundou e instala hoje sua Academia de Letras, que leva o nome de seu Capitão-Médico e renomado escritor João Guimarães Rosa.

A PM inclui, assim, mais um ineditismo em sua história, já marcada por algumas exclusividades.

A Academia resgata a memória de vultos expressivos que se ligaram à Corporação, tais como **Juscelino Kubitschek de Oliveira**, Coronel-Médico da PMMG, Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas, Presidente da República, o Senador **Gustavo Capanema**, que foi Comandante-Geral, **Benedito Valadares Ribeiro**, Governador do Estado e Capitão Comissionado nos conturbados anos trinta.

Entre os Patronos, desfilam nomes como **Augusto de Lima Júnior**, **Francisco Duarte Badaró**, **Ely Menegale**, **Euclides da Cunha**, **Paulo René de Andrade**, Coronel da PM e renomado historiador, **Anatólio Alves de Assis**, que legou à História de Minas aplaudidos livros, **Otávio Baptista Diniz**, **Edmundo Lery dos Santos**, **Manoel José de Almeida**, **Carlos Drummond de Andrade** e outros luminares da Literatura Mineira e Brasileira.

Os membros-fundadores são literatos que já produziram livros reconhecidos pela crítica especializada, tais como **Saul Alves Martins**, que tem seu nome citado em três enciclopédias universais, **José Satys Rodrigues Valle**, que completou, recentemente, com 'Sua Excelência, o Coronel', a saga iniciada com 'Sua Excelência, o Cabo'.

Outros nomes são os de **Klinger Sobreira de Almeida**, **Antônio Norberto dos Santos**, **Geraldo Tito Silveira**, **Oswaldo de Carvalho Monteiro**, **João Bosco de Castro**, **Jair Barbosa da Costa**, **Affonso Heliodoro dos Santos** e **Carlos Alberto Carvalhaes**.

A Academia apresenta razões de sobra para sua fundação. A PMMG tem sólida tradição de cultura, bastando citar seu Patrono número-um, o Capitão **João Guimarães Rosa**, além de **Assis Chateaubriand**.

Ary Braz Lopes, Coronel, Escritor, Jornalista, Comunicador Social,



ARY BRAZ LOPES
✧ 03/02/1927
✧ 08/11/1995

Pintor e Acadêmico-Fundador, legítimo idealizador e primeiro Presidente da Casa Literário-Cultural, não pôde ver sua obra consolidada. Já combatido pela enfermidade atroz, deixou-nos uma profunda lacuna. Mesmo enfraquecido pela doença, Ary venceu todas as adversidades, sonhou acordado, verteu lágrimas silenciosas em sua derradeira solidão de enfermo, mas venceu, ao deixar, para a eternidade, o fruto de sua maior obra. Hoje, cultuamos sua memória, à sombra dos seus mais nobres exemplos.

É bom que lembremos a figura do idealizador de nosso Sodalício, o



Coronel **Edgar Soares**, então-Presidente do Clube dos Oficiais. Ao receber de Ary Braz Lopes a sugestão de criação, no Clube, de uma Biblioteca de Autores Milicianos, Edgar Soares, com domínio panorâmico do futuro, ampliou e assumiu a idéia de criação compartilhada, de uma academia de letras, que o Clube dos Oficiais fundaria e manteria. Edgar deu como razões de sua empreitada “a magnitude da capacidade”.

Respeitou as críticas e objetivou a obra, ao acreditar em sua “*perenização de imensurável valor literário*”. “*Os universos policial-militar e humano*” deram amplitude à iniciativa. “*O respeito de uma geração pela anterior*” foi o resultado de seu esforço. Orgulhou-se de tê-la iniciado.

Jair Barbosa da Costa, Acadêmico-Fundador, detentor da Cadeira Areopagítica nº 7, cujo Patrono é o Tenente-Coronel Professor, Escritor, Lingüista, Catedrático e Jornalista José Lourenço de Oliveira, foi o sucessor de **Ary Braz Lopes** na presidência da Casa, durante duas gestões, à qual imprimiu vigoroso trabalho acadêmico e social cujos frutos começamos a colher, pelo brilho de sua inteligência e valor de sua obra inovadora.

Tivemos a honra de sucedê-lo na presidência e aqui estamos tentando buscar e alcançar a plenitude acadêmica. Nos quase oito anos de sua existência, a Academia de Letras “**João Guimarães Rosa**” já tem sede própria e está, agora, em fase de crescimento, ao aumentar seu quadro de Acadêmicos e Parceiros, ao organizar sua biblioteca e buscar firmar-se no universo acadêmico de Belo Horizonte e Minas Gerais, como ponto de referência para a Cultura da Polícia Militar.

A Academia de Letras “**João Guimarães Rosa**” já nasceu com um Estatuto, com personalidade jurídica definida, objetivos plenamente estabelecidos e seu Dístico “**ARMA VIRUMQUE CANO...**” (Canto as Armas e o Varão...), constante no primeiro verso da “Eneida”, de **Publius Vergilius Maro**, poeta da Antigüidade Clássico-Latina”, que “é a divisa verbal da **ALJGR**, obrigatoriamente usada para enflorar seus formulários, peças publicitárias e insígnias”.

Seu Estatuto em vigor é da lavra do Acadêmico-Fundador **João Bosco de Castro**, detentor da Cadeira n.º 13, cujo Patrono é o Escritor **Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha**. Foi aprovado e entrou em vigor, em 5 de julho de 1997, e substituiu o original, aprovado em 21 de agosto de 1995, que “*ficou preservado como documento histórico da fundação*” da Academia. Tal Estatuto foi publicado na Separata do BGPM n.º 35, de 14 de maio de 2002. Nele encontramos toda a filosofia, objetivação e detalhamento da vida acadêmica. É peça vigorosa, da mais alta significação, não só por seu impecável e sério conteúdo, mas também por fazer-se obra de vital importância para o exercício da dignidade e atribuições acadêmicas, rigorosamente disciplinadas em oitenta e sete artigos, contidos em quatorze capítulos.

2 OBJETIVOS DA ACADEMIA

A Academia de Letras “**João Guimarães Rosa**” tem como objetivos:

*cultuar a memória e a obra literária do consagrado escritor **João Guimarães Rosa** que, como capitão-médico, integrou e enobrece as fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais; praticar e preservar a Língua Portuguesa, de acordo com seus cânones gramaticais e estilísticos mais apurados e cultos, e com seu patrimônio fraseológico e semântico,*

observadas as tradições etimológicas, a sincronia de valores expressivo-estruturais e, particularmente quanto ao domínio brasileiro, a riqueza vocabular procedente de aborígenes tupi-guaranis e de idiomas africanos, e seus dialetos e co-dialetos; pesquisar, analisar, criticar e divulgar a importância e a influência da Língua Portuguesa e sua Literatura – especialmente a produzida em território pátrio – na formação, consolidação e expressão da cultura brasileira; estudar, interpretar e valorar, com atenção para arranjos estéticos da fenomenologia literária e com fundamento em disposições filológicas, as obras de autores da Comunidade Lusófona, com vistas na preservação da integridade da “superestrutura” (morfossintaxe, relações sintagmáticas e sequenciais, estratos expressivos e fossilizações fraseológicas) da Língua Portuguesa, como instrumento de formação de conceitos e veículo de propagação e defesa dos ideais que informam o espírito de confraternização etnolingüística lusíada, para perpetuação das realizações humanas emanantes de tal Comunidade; publicar obras de autores nacionais – particularmente de mineiros e especialmente de membros da Polícia Militar de Minas Gerais – e estrangeiros cuja temática trata da Corporação ou a ela faz referência significativamente relevante, desde que admitidas substanciosas e aprovadas pelo Conselho Superior; selecionar obras de escritores da Polícia Militar de Minas Gerais e de coirmãs, notoriamente reconhecidas por seu conteúdo de valor literário, técnico ou científico, para composição da “Biblioteca do Autor Miliciano”; realizar simpósios, seminários, encontros, sessões e concursos literário-culturais, para promoção de talentos humanos e difusão de elaborações intelectuais, principalmente literárias, importantes para Minas Gerais, sua Polícia Militar e respectivas peculiaridades etnológicas e histórico-sociológicas, ainda que de lavra autóctone; manter intercâmbio com agremiações literário-culturais, brasileiras ou estrangeiras, civis, eclesíásticas ou militares, para fluxo recíproco de opiniões, informações, experiências e publicações; editar periódicos para divulgação de sua filosofia e suas realizações, o que pode fazer, também, por veículo da rede oficial ou particular de comunicação de massa (Art. 2.º, Capítulo I, do Estatuto da AL “JGR”).

3 O EMBLEMA

A criação de nosso Emblema foi bastante discutida nas reuniões preliminares à fundação da Academia. Ary Braz Lopes, ao incentivar a criação artística desse emblema, deixou o assunto aberto, mesmo porque, por ser artista plástico, não quis impor seus pontos de vista. Desta forma, foi escolhido, por unanimidade, dentre os artistas da Polícia Militar, o nome do então-Tenente-Coronel **Eduardo Ferreira Paratela** para idealizar o belo emblema, que teve como arte-finalizador o 2.º Sargento Sérgio Santos Amaral.



Compõe-se ele da figura central do Patrono **João Guimarães Rosa**, com o fardão da Academia Brasileira de Letras, contornada heroicamente por notável coroa de louros, consagrada como símbolo que, desde a Antiguidade Clássica, exprime o triunfo, a glória militar, artística, política e, em plano mais elevado, literária.

Burilam esse Emblema faixas heráldicas enfloradas com o nome da Corporação Milicianiana, a denominação **ACADEMIA DE LETRAS JOÃO GUIMARÃES ROSA** e a expressão **ARMA VIRUMQUE CANO**, inscrita em livro aberto, compatível com a origem castrense e o passado épico da Polícia Militar de Minas Gerais (descrição constante nos Livretos da AL "JGR", publicados em 1995, 2000 e 2002).

4 INVOCAÇÃO ACADÊMICA

Nossas reuniões e trabalhos acadêmicos são abertos com a récita da Invocação Acadêmica, redigida pelo Acadêmico-Fundador **João Bosco de Castro**, constante do art. 59 de nosso Estatuto:

Suprema Força da Inteligência e da Sensibilidade: mantém esta Academia de Letras 'João Guimarães Rosa', da Polícia Militar de Minas Gerais, como oficina cujas realizações preservem os cânones gramaticais, estilísticos e fraseológicos mais consagrados e autênticos da Língua Portuguesa, com vistas no progresso da ciência e da filosofia, na valorização de talentos e na sublime expressividade literária, para estabelecimento de conceitos e defesa do espírito de

confraternização lusíada, em prol da qualidade devida de todas as classes sociais, sem nenhum preconceito nem ofensa à dignidade da pessoa humana!

5 AS SEÇÕES ACADÊMICAS, CADEIRAS E PATRONOS

Os assuntos acima fazem parte da Capítulo II, que é composto de quatro artigos, dos quais o 4.º regula as sete seções acadêmicas, distribuídas em número limitado de cadeiras, na seguinte ordem:

Primeira Seção: Literatura (poesia - forma versificada - novela, romance, conto, epístola - carta, sermão e oratória - , crônica literária, literatura infanto-juvenil, teatro, ensaio literário e produções do cancionero de cordel), com **doze** cadeiras;

Segunda Seção: Glotologia - *Estudo científico das Línguas; Ciência da Linguagem* - (filologia, gramática, lingüística, lexicografia, Teoria da Literatura e crítica literária), com **quatro** cadeiras;

Terceira Seção: Policiologia (doutrina, técnica e tática - exclusivas de polícia militar), com quatro cadeiras;

Quarta Seção: Letras Jurídicas (aplicáveis às atividades de polícia militar), com **duas** cadeiras;

Quinta Seção: História, Geografia, Educação e Filosofia (biografia, memorial e tratado historiográfico e geográfico; didática, pedagogia e teoria da literatura infanto-juvenil; ética, lógica, dialética e tratado ontológico), com **quatro** cadeiras;

Sexta Seção: Antropologia e Sociologia (Arqueologia, Etnografia, Folclore, Etnologia e tratado sobre qualquer modalidade das realizações humanas; comportamento grupal e organização social), com **quatro** cadeiras;

Sétima Seção: Jornalismo, Erudição e Crítica (crônica e artigo; opinião, ensaio e cosmovisão; ecdótica, resenha, recensão, hermenêutica, exegese e recriação de conceitos), com **três** cadeiras.

O Estatuto prevê, ainda, doze Cadeiras Honoríficas destinadas a escritores militares, das Forças de Polícia Militar, ou congêneres, dos Países da Comunidade Lusófona: República Portuguesa, República Popular de Angola, República de Cabo Verde, Região da Galiza (Espanha), República de Guiné-Bissau, República de Moçambique e República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Será estudada a concessão de Cadeiras Honoríficas a escritores militares da República de Timor-Lorosae.

Os Membros da Academia estão inscritos no Capítulo III e classificam-se em Acadêmicos Efetivos, trinta e três escritores laureados com cadeiras areopagíticas, e Parceiros, da seguinte forma:

ACADÊMICOS EFETIVO-FUNDADORES, os onze signatários das atas de fundação e instalação da Academia;

ACADÊMICOS EFETIVO-CURRICULARES, os vinte e dois acadêmicos admitidos após a instalação da Academia;

ACADÊMICOS EFETIVO-CONSELHEIROS, os integrantes do Conselho Superior;

ACADÊMICOS EFETIVO-FISCAIS, os investidos no Conselho Fiscal;

ACADÊMICOS EFETIVO-COMUNIAIS, os acadêmicos efetivos que comungam de conteúdos literário-culturais distribuídos a duas ou mais seções;

ACADÊMICOS HONORÁRIOS, os doze escritores representantes da Comunidade Lusófona.

Os **PARCEIROS** são os membros que, embora privados da honraria plena, contribuem para o sucesso das atividades acadêmicas, assim classificados: **PARCEIROS-CORRESPONDENTES, PARCEIROS-ASSESSORES** e **PARCEIROS-BENEMÉRITOS**.

Uma observação importante deve ser aqui mencionada:

Somente será admitido como Acadêmico Efetivo o autor de livro publicado cuja "estrutura" ou "totalidade verbal", assim entendida a excelência literário-cultural imanente na harmonia entre forma e conteúdo, seja aprovada por maioria absoluta dos membros efetivos do Conselho Superior (Art.12).

Esse é um cuidado que a Academia tem para preservar, de forma séria e absolutamente isenta, a qualidade literocientífica de seus membros. Tais critérios, embora rígidos, só dignificam a vida acadêmica. Os candidatos, indicados ou não, têm de submeter-se ao crivo acadêmico e, quando aprovados, poderão sentir-se verdadeiramente aptos a ocupar uma das Cadeiras Areopagíticas, razão de ser de nosso Sodalício.

O Dia da Academia é comemorado em 19 de novembro, por memorar o falecimento do Patrono-Príncipe da Casa, e será festejado em sessão magna, como **DIA DA ACADEMIA DE LETRAS “JOÃO GUIMARÃES ROSA”**, da Polícia Militar de Minas Gerais. Comemoramos, também, em 5 de outubro, o aniversário de instalação da Academia, em sessão especial, em dia da semana em que incidir a data referida.

O Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais é o mantenedor da Academia, por disposições estatutárias do próprio Clube, mediante recursos orçamentários ou decorrentes de convênios, patrocínios e subvenções.

Em 27 de dezembro de 2002, foi inaugurada a sede definitiva da Academia de Letras. A inauguração deveu-se à importante ajuda do então-Comandante-Geral, Coronel **Álvaro Antônio Nicolau**, e do Coronel **Paulo Afonso de Miranda**, Presidente do Clube dos Oficiais.

Nas antigas instalações do Corpo da Guarda da Academia de Polícia Militar, nosso saudoso Departamento de Instrução, o espaço, totalmente remodelado, adaptado e revitalizado, graças ao empenho da Polícia Militar e do Clube dos Oficiais, passou a contar com auditório para trinta e cinco lugares, a maioria correspondente às trinta e três Cadeiras Areopagíticas. O mobiliário e os principais equipamentos foram doados por Membros da Casa e vieram equipá-la da mais moderna tecnologia de ponta.

Em sua alocução de inauguração, assim se expressou o Coronel **Álvaro Antônio Nicolau**:

Esta nova sede representa um porto seguro para os nossos dedicados homens de Letras e significa o coroamento de uma temporada de intensos trabalhos, marcada por um esforço sem trégua de vários companheiros que se empenharam nesta nobilitante tarefa. Congratulo-me com todos os senhores membros da Academia por este marco histórico tão expressivo, ciente de que a destacada participação de cada um na honrosa missão de representar esta sociedade literária haverá de torná-la ainda mais exuberante na sua forma e no calor humano.

Nossa sede, confortável e funcional espaço físico, representa a bandeira viva do ideal acadêmico. Nele vamos erigir a Catedral de Nossos Sonhos, aqueles mesmos iniciados por Ary Braz Lopes e Edgar Soares, e dinamizados por Jair Barbosa da Costa e João Bosco de Castro, colunas sólidas de nossa edificação acadêmica.

Nosso Estatuto é abrangente e prevê as situações mais diversas que o tornam documento completo, sem deixar nada a desejar em comparação com os das mais renomadas entidades literárias existentes. Seus dezesseis capítulos tratam dos mais variados assuntos: Personalidade Jurídica, Objetivos e Divisão; Seções Acadêmicas, Cadeiras e Patronos; Imagem Acadêmica e Membros da Academia; Estrutura da Diretoria e dos Conselhos; Atribuições da Diretoria e dos Conselhos; Comissões; Direitos e Deveres dos Membros da Academia; Admissão, Posse, Compromisso, Diploma e Insígnia de Membro; Elogio ao Patrono; Aniversário de Instalação e Dia da Academia; Sinete e Galerias; Sessões, Assembléias e Recesso; Eleição, Voto, Junta Eleitoral, Refração, Diplomação e Investidura; Patrimônio Social e Disposições Gerais.

Como dizia **Ary Braz Lopes**, nossa Academia “*tem razões de sobra para orgulhar-se*” de seu passado, continuar trilhando o caminho dos fortes e virtuosos, e alcançar, no futuro, a plenitude de seus sonhos, pelo crescimento humano de seus Membros, com novos valores literários e novos projetos definidores de nosso ideal acadêmico.

Tanto a Revista “**O Alferes**”, editada pela primeira vez há vinte anos, quanto a **Academia de Letras “João Guimarães Rosa”**, com apenas oito anos de vida, representam-nos os grandes ideais norteadores de nossos objetivos. Hoje, passados vinte anos para a Revista “**O Alferes**” e apenas oito para nossa Academia, ambos, sem dúvida, consubstanciam-se em **DOIS SONHOS, DUAS REALIDADES.**

Aí estão, em síntese clara, os principais aspectos da existência, filosofia, critérios e aspectos gerais da Academia de Letras “**João Guimarães Rosa**”, orgulho da Polícia Militar, como o é a Revista “**O Alferes**”, que respeitam nosso passado, fazem o presente e preparam-se para o futuro.

Na introdução de nosso Estatuto, encontramos os valores e ardorosa deontologia de nossa Entidade:

Nós, Acadêmicos Efetivo-Fundadores da Academia de Letras João Guimarães Rosa, da Polícia Militar de Minas Gerais, reunidos em Assembléia Geral Deliberativa, sob a proteção de Deus e imbuídos no espírito que levou o Acadêmico Efetivo-Fundador ARY BRAZ LOPES, legítimo idealizador e primeiro Presidente desta Casa Literário-Cultural, a criar uma entidade capaz

Dois sonhos, duas realidades: revista “O Alferes” e Academia de Letras “João Guimarães Rosa”, da Polícia Militar de Minas Gerais

de inculcar no Soldado de Polícia mineiro o gosto pela Arte da Palavra e o amor à Língua Portuguesa e seus cânones mais consagrados e eruditos, como valores destinados a incentivar talentos, burilar a inteligência e respeitar o ser humano, aprovamos o ESTATUTO DA ACADEMIA DE LETRAS JOÃO GUIMARÃES ROSA, da Polícia Militar de Minas Gerais.

***Abstract:** The text reports the mutual relation between Joao Guimaraes Rosa Academy, which belongs to Minas Gerais Police Department, and O Alferes, a magazine that also belongs to the Police Department. It shows the importance that both of them concern to product knowledge and the necessity of remodeling and improving in all universal Police's epistemic ways.*

***Key Words:** Research, literature scientific production, importance in Liberal Arts in a Military Service, commitment with Portuguese Language, humanization, reconstruction.*

DESEMPENHO DE CAPITÃES EM BATALHÃO OPERACIONAL DA 8.^a REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR¹: UMA INVESTIGAÇÃO PRÁTICA



FERNANDO MUNIZ

Tenente-Coronel da PMMG

***Resumo:** Apresenta experiências de um Comandante de Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, da Capital do Estado, abordando as ações dos capitães da Unidade, e os resultados de pesquisa realizada junto aos alunos do Curso de Especialização de Segurança Pública, apontando, ao final, condutas esperadas dos oficiais intermediários da Polícia Militar.*

***Palavras-chave:** Capitão PM, gestão da atuação operacional, conduta profissional.*

1 INTRODUÇÃO

“De origem latina,(...) capitão teve origem em Caput, com significado de Cabeça, com passagem pelo baixo latim Capitanus, sendo o chefe. Para os Russos diz-se Hetman, sendo o homem que comanda, e com o mesmo sentido, para os Alemães Hauptman.” (De Marco Filho)

Durante o Curso de Especialização em Segurança Pública, no início dos anos 1990, realizou-se um estudo aprofundado sobre a Constituição de 1988, constatando-se que, de forma singular e necessária para a época, os constituintes federais fizeram alterações significativas no regime constitucional e legal brasileiro, mediante a criação e, em alguns casos, fortalecimento dos meios para garantia de direitos individuais ou direitos de determinados grupos de indivíduos, classe

¹ A 8^a RPM possui responsabilidade territorial sobre a capital mineira e alguns municípios de sua Região Metropolitana; apresenta a maior concentração populacional do Estado, as maiores demandas operacionais e o contingente mais expressivo de policiais-militares, dentre suas congêneres. Por essas peculiaridades, funciona como campo de testes das principais estratégias operacionais da Polícia Militar, na prevenção e repressão criminal. A cada Região da Polícia Militar corresponde um grupo de Batalhões, conforme art. 32 da Lei nº 6624, de 18Jul1975 – Lei de Organização Básica da PMMG.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

ou categoria de pessoas. Para alcançar essa finalidade, instituíram-se em benefício dos cidadãos instrumentos jurídicos que poderiam ser manejados para proteção contra abusos do Estado.

No rol desses mecanismos, um destinado a evitar o prolongamento ou mesmo a realização de cerceamento à liberdade de locomoção – Habeas corpus –, outro para assegurar o recebimento de informações constantes nos bancos de dados públicos sobre o interessado - Habeas-data -, além dos mandados de injunção, de segurança individual e coletiva – para proteção a direitos líquidos e certos, a ação popular e o direito de receber do Judiciário atenção em relação a quaisquer tipos de lesão ou ameaça a direito, dentre outros.²

Com a mesma oportunidade, foram também incluídos no texto constitucional, além das garantias processuais penais, como as já mencionadas, aquelas assecutorias do devido processo legal, do exercício do contraditório e da ampla defesa; à interposição de recursos, a inidoneidade de provas obtidas por meios ilícitos, a segurança jurídica do trânsito em julgado, a vedação contra tribunais de exceção. Como cláusulas pétreas, isto é, não susceptíveis de deliberação, enumerou-as a Constituição para proteger a forma federativa do Estado brasileiro, o segredo, universalidade e periodicidade do voto, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais mencionados.³

Também no rol de garantias processuais constitucionais foram inseridas aquelas de caráter penal, dentre elas a limitação das possibilidades de prisões ao flagrante delito e à infidelidade de depositário, além da obrigatoriedade da comunicação imediata da prisão à autoridade competente, a determinação legal no sentido da identificação do condutor e interrogante da prisão, e do seu relaxamento imediato nas hipóteses em que a lei penal prever a liberdade provisória.

Passada uma década e meia do ingresso (e, em alguns casos, a confirmação) dessas inovações no rol dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, observa-se que o crime está se organizando a cada dia. Isso é perceptível em estudos diversos, como o de CASTELLS (1999:205), que identifica, a partir da década de 1980, no mundo, um movimento de internacionalização do crime. Segundo o autor,

² Esses dispositivos encontram-se no art. 5º, da Constituição Federal.

³ Cf. Art. 60, § 4º, I a IV da Constituição Federal de 1988.

“nas duas últimas décadas, as organizações criminosas vêm estabelecendo, cada vez mais, suas operações de forma transnacional, aproveitando-se da globalização econômica e das novas tecnologias de comunicações e transportes (...). Este é, claramente, o caso dos cartéis da droga, seja a cocaína na Colômbia e na região dos Andes, seja o ópio e a heroína do Triângulo Dourado do Sudeste Asiático ou do Afeganistão e Ásia Central. Mas também é o mecanismo essencial no comércio ilegal de armamentos ou no tráfico de material radioativo.”

Esse contexto sugere que, num movimento de reação, a comunidade deve se organizar ainda mais, para não ficar refém do poder paralelo, que caminha para a organização criminosa armada e já se mostra forte no emblemático exemplo das forças revolucionárias da Colômbia. Paralelamente, sugere refletir, no âmbito interno às Polícias Militares, sobre os administradores da Segurança Pública. Para os fins deste artigo, delimitou-se o universo da abordagem ao contexto de um tipo específico de gerentes, os capitães⁴, e um ambiente próprio, o 22º Batalhão de Polícia Militar, da Polícia Militar de Minas Gerais⁵.

As escolhas metodológicas em foco motivaram-se em observações de ordem pessoal, procedidas na referida Unidade operacional, nos anos de 2001 e 2002, sobre uma particularidade que chamou a atenção: os baixos números da criminalidade na área de responsabilidade territorial do referido Batalhão, não correspondentes à realidade do conjunto de agências prestadoras de serviços de mesma natureza e nível institucional, da 8ª Região da Polícia Militar. No período comparado – julho de 2001 e julho de 2002, os referidos números apresentaram decréscimo, enquanto nas demais áreas de Batalhões da capital do Estado, tal realidade não acontecera. O cuidado de não buscar respostas simples era imperioso. No entanto, esse quadro apontava para algumas possibilidades, dentre elas o desempenho dos capitães à frente de suas equipes de trabalho, cujo cargo equivale, em importância, aos seus congêneres na

⁴ Denominação prevista no art. 9º, I, b, da Lei nº 5301, de 16Out1969, que contém o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais. O *capitão* é aquele militar que, na escala hierárquica, situa-se a três níveis do ápice e a aproximadamente o quádruplo dessa distância, em relação à base do universo de postos e graduações que compõem os cargos da carreira policial-militar. Por essa posição, atua como elo entre o planejamento e a execução operacional.

⁵ De acordo com o art. 6º, III, a; art. 37, *caput*; art. 38, I, e art. 52, II, da Lei nº 6624, de 18Jul1975, denominam-se Unidades de Execução Operacional os Batalhões de Polícia Militar, que se situam, na hierarquia dos órgãos em que se estrutura a PMMG, no nível de gestão de grupos de aproximadamente 500 policiais-militares, e a prestação de serviços de prevenção e repressão ao crime, em áreas que, na capital, correspondem a grupos de aproximadamente 450.000 habitantes, pelo que se depreende do Censo de 1986, do IBGE.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

iniciativa privada aos quais se incumbe “fazer acontecer” as estratégias pensadas pela direção da empresa.

Em decorrência dessa posição, faz-se cotidianamente necessário ao Capitão colocar-se no estudo de temas como o Poder de Polícia na realização de buscas e apreensões em áreas críticas, as condições legais de abordagens e batidas policiais, a autonomia policial para as ações de averiguações de indivíduos suspeitos de crimes, a maior autonomia nas ações que antecedem o processo penal e a custódia de presos, e ampliar a competência da autoridade de polícia ostensiva.

Num esforço de demonstração da realidade desse tipo de desempenho, devem-se registrar alguns fatos, importantes para os Oficiais do posto de Capitão, que exercem ou poderão exercer a função de Comandantes de Unidade, seja ela Operacional ou Administrativa, especialmente em Batalhões e Companhias⁶.



Oficiais do 22.^o BPM/2002

No biênio 2001 e 2002, foi observado pelo Comando da Unidade que ocorreu uma sensível redução na prática de crimes violentos, o que pode ser constatado na avaliação mensal nas Unidades que compõem a 8.^a Região da Polícia Militar, sendo o Comando do Policiamento da Capital Mineira, onde os números chegaram a apontar as tendências, conforme gráfico abaixo:

No mesmo período, graças aos trabalhos desenvolvidos no 22.^o BPM, a Unidade foi agraciada com o 1.^o lugar Nacional do Concurso Polícia Comunitária - Motorola - 2002⁷, através da 128.^a Cia PM.

⁶ Companhias são, de acordo com o art. 38, I e art. 53, I, da Lei nº 6624, de 18Jul75, subdivisões de um Batalhão.

⁷ O prêmio foi instituído pela Motorola, empresa do ramo de comunicações, essencialmente celulares e transmissão/recebimento de dados a longa distância entre veículos automotores, como forma de incentivar o trabalho das polícias brasileiras. Mais detalhes no site da empresa.



Na coleta de dados capazes de apontar as razões para esse diferencial dos números da criminalidade violenta referidos, bem como entender essa boa colocação num concurso nacional, começou-se a analisar o desempenho dos capitães, durante as operações policiais nas grandes favelas da Região Metropolitana⁸. Sem que os militares analisados percebessem, foram-se reunindo, sob a forma de anotações do Comandante⁹, observações, objetivando identificar relações entre o desempenho dos capitães e os resultados práticos alcançados por suas equipes, em campos como o modo de agir, em relação aos subordinados e à comunidade. Essas observações foram colhidas por ocasião

⁸ As favelas, tecnicamente denominadas *aglomerados urbanos*, situam nas denominadas *zonas quentes de criminalidade*, por serem pontos críticos de segurança ou locais de risco para a vida, o patrimônio e outros bens juridicamente tutelados, considerando se observarem, nesses locais, os maiores índices de criminalidade violenta, a que empiricamente se vêm atribuindo, como causa, a elevada exposição de seus habitantes a fatores causadores da violência.

⁹ A partir de agosto de 2002, extingue-se na PMMG a figura do Caderno de Registros, instrumento de que se valiam os comandantes de Batalhões (e demais militares em posição de comando, direção e chefia na estrutura organizacional), para observar o desempenho global dos oficiais lotados sob suas respectivas administrações, quanto aos quesitos de cidadania, capacidade de comando e conhecimento das normas institucionais. O instrumento legal posto em substituição a esse dispositivo passou a ser a Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade, disposta na Resolução nº 3676, de 16Set2002.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

dos planejamentos e durante a execução de operações de incursão¹⁰ nos grandes aglomerados urbanos das regiões Sul e Leste da Capital de Minas Gerais, em especial, nas favelas situadas no Morro das Pedras, Papagaio, Serra, Cafezal, Alto Vera Cruz e Taquaril.

2 O CAPITÃO NA ÓTICA DO COMANDANTE E SUBORDINADOS

2.1 O Treinamento¹¹ e os Encontros Profissionais¹²

Visando ao engrandecimento pessoal e profissional dos Oficiais e Praças do 22.^o Batalhão, o Capitão Chefe da Seção de Recursos Humanos, com o apoio de outros Oficiais, sempre se preocupava em realizar encontros com os militares da Unidade. Nesses encontros, além dos momentos de descontração, eram ministradas palestras com as mais diversas autoridades, sobre temas pertinentes à Segurança Pública, e à realização de dinâmicas de grupo orientadas pela psicóloga da Unidade e outros profissionais convidados.

Por iniciativa do Capitão, assessorado pelo Tenente responsável pelo treinamento e com o apoio do Comando, em 2001 foram realizados na Unidade, três encontros. De forma a quebrar a rotina de ambiente de serviço, os oficiais se reuniram em outubro, em um Hotel-Fazenda. Em setembro, foi realizado o encontro de Subtenentes e Sargentos. Os Cabos e Soldados também realizaram encontros no mesmo mês, na sede de um Clube Campestre.

¹⁰ Denominam-se *incursões* os procedimentos policiais de entrada planejada em regiões de alto risco para os policiais, que nessa condição requerem cuidados adicionais e o efetivo emprego de técnicas de abordagem e trabalho conjunto.

¹¹ Cf. art. 1.^o, § 1.^o, da Res. 3699, de 10Fev2003, o Treinamento Profissional de Segurança pública integra o conceito de educação profissional, dentro de uma perspectiva de educação continuada, e abrange o reforço, a atualização, a extensão, o aperfeiçoamento e a especialização dos conhecimentos indispensáveis ao militar, assegurando a sua habilitação para a execução das diversas atividades de policiamento ostensivo de preservação da ordem pública.

¹² Cf. a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/2002-CG, editada pelo Comando-Geral da PMMG para regular (e compendiar) todas as formas de emprego da Instituição na Segurança Pública. Denominam-se *Encontros* as reuniões de caráter profissional, realizadas entre os dirigentes (oficiais) de um Batalhão, de uma Região da Polícia Militar ou de um grupo de Unidades setoriais, para analisar o planejamento e a concepção dos serviços da PMMG num determinado espaço de tempo ou geográfico.

Esses encontros, além de robustecerem a solidariedade e o companheirismo entre os militares, ensinam a valorizar singularidades, repensar conceitos, descobrir valores e respeitar limites, reforçando nesses profissionais de Segurança Pública a serenidade, a prudência e o dever de servir à comunidade com o sentido amplo de justiça.

2.2 O Mandado Judicial Inteligente

“Os mandados de busca e apreensão já estão em nossas mãos, e só foram conseguidos, junto às Varas Criminais, devido aos levantamentos preliminares da Seção de Inteligência, que foram imprescindíveis para o convencimento do Juiz e do Promotor, considerando a grave situação de segurança pública.”
Capitão - Oficial de Inteligência

As operações policiais devem obrigatoriamente ser precedidas de uma análise de contexto criminal do local de atuação, em especial aquelas de cerco, bloqueio, interceptação e incursões em aglomerados urbanos, para surtirem efeito positivo, além da presença ostensiva, no que diz respeito à apreensão de armas, drogas, veículos roubados, marginais com mandados de prisão expedidos e ainda, à flagrância na prática de delitos. É imprescindível a coleta de dados dos infratores em atuação naquela área, em especial daqueles reincidentes em ações criminosas, pois se nota claramente que ocorre aumento do índice de criminalidade em uma determinada região, pelo “simples” fato de passar a morar ali algum fugitivo de cadeia pública ou penitenciária.

Da mesma forma, especialmente nas favelas, quando a situação começa a se tornar insegura, é comum os próprios moradores das ruas e becos localizarem cápsulas deflagradas, de cartuchos de diversos calibres e as entregarem aos militares das guarnições de rádio-patrolhamento. É comum também os próprios policiais encontrarem objetos desse tipo, sendo hoje com grande frequência aqueles de calibres 38, 45, 380, 765 e 12, dentre outros artefatos proibidos ou de uso restrito e, até mesmo, de fabricação caseira.

Na na área de inteligência policial¹³, devem-se destacar as iniciativas do Capitão Chefe da Seção de Inteligência, pelo fato de, em razão do cargo, ser

¹³ Considera-se atividade de inteligência toda aquela realizada por militares em trajes civis, sob a legislação federal das Forças Armadas, tendo em vista colher informações na sociedade, sobre delinqüentes em ação ou sobre a iminência de fatos cuja concretização possa colocar em risco a população. Com base nos informes produzidos por esses policiais, a Polícia Militar atua, disso resultando, com grande frequência, o desmantelamento de quadrilhas responsáveis por séries de assaltos a banco, ou tráfico de drogas, dentre outros delitos graves.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

detentor de informações sobre os delinquentes que atuavam na área do Batalhão, e ter bem detalhado os nomes, apelidos, características físicas, antecedentes criminais, endereços onde geralmente eram encontrados, com quem andavam, tipos de armas que possuíam, se possuíam mandado de prisão decretado, quantas vezes foram conduzidos por envolvimento em ocorrência policial, se estavam sob livramento condicional ou sursis, espécies de crimes que cometeram, ou seja, homicidas, estelionatários, estupradores, assaltantes, traficantes, e por fim o seu modo de agir, comumente chamado no meio policial de “modus operandi”.

2.3 A avaliação de desempenho operacional de um Batalhão

“O Geoprocessamento é mais uma ferramenta que estamos utilizando na avaliação operacional do Batalhão, aliada à avaliação de produtividade periódica, por subárea de Companhia operacional.” Capitão - Oficial de Operações

O Capitão responsável pela atividade operacional do Batalhão¹⁴, em resposta à demanda da sociedade, ajustou a missão básica do batalhão, na busca de melhores resultados operacionais na busca de uma polícia que preste a segurança mais efetiva e de melhor qualidade, e considerando que o Comando de Policiamento da Capital - CPC lançou, em junho de 1999, o Projeto Polícia de Resultados¹⁵, como um novo conceito de “Ser” e “Fazer” Polícia Ostensiva de Preservação da Ordem Pública.

Como forma de saber se as informações fornecidas pela sociedade eram suficientes para a manutenção dos índices criminais em níveis aceitáveis, o Oficial implantou o projeto de avaliação de desempenho operacional, onde vislumbrou o melhor método de organizar, dispor no espaço urbano e gerenciar os recursos operacionais existentes, com o fito de se produzirem serviços de proteção que atendessem aos anseios da comunidade.

¹⁴ Dentro da estrutura administrativa de cada Batalhão, denominam-se pela sigla “P3” o setor e seu respectivo titular (geralmente um capitão), incumbido do planejamento operacional da Unidade. É nesse setor que se elaboram as ordens de serviço e planos de policiamento a partir dos quais todas as Companhias desenvolvem seu trabalho.

¹⁵ Polícia de Resultados: Modelo de gestão adotado pela PMMG, no sentido de privilegiar uma administração operacional fundamentada na definição de resultados a alcançar - método indutivo que parte do conhecimento científico dos problemas locais de segurança pública e dos seus efeitos sociais para atingir os objetivos esperados. Pressupõe a utilização de métodos de acompanhamento e estudos técnico-científicos da evolução da criminalidade e da violência, tendo em vista aumentar a eficiência da Polícia Militar (Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/2002 - CG).

Nos dias atuais, é inquestionável a necessidade dos órgãos públicos, em especial as instituições militares, estabelecerem mecanismos de avaliação de desempenho de seus integrantes, como forma de valorizá-los e conciliar esta avaliação à sua atividade operacional, com vistas ao bem social. Ao promover o desenvolvimento dos fatores de motivação, a avaliação de desempenho é também instrumento de integração entre os objetivos do indivíduo e da Organização.

Diante da visão geral da criminalidade, a Seção de Operações¹⁶ lançou, sob a coordenação de seu Capitão chefe, em outubro de 2001, o Programa de Avaliação de Desempenho Comunitário, que teve a função de avaliar de forma justa o desempenho das Companhias Operacionais subordinadas ao 22º BPM, buscando alcançar maior qualidade da Unidade na prestação de serviços no campo da Segurança Pública, preservando a ordem pública de forma eficaz e com qualidade.

Para as Companhias que obtivessem os melhores resultados, a premiação instituída foi o agraciamento com o então denominado “Troféu Destaque Comunitário”.



Galeria de Destaques Comunitários / 2002

Além da Companhia destaque, também os militares eram agraciados com um diploma de Destaque Comunitário, tinham sua foto inserida na Galeria de Destaques da Unidade e recebiam uma recompensa escrita (Elogio Individual, Nota Meritória etc), nas hipóteses cabíveis segundo o Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais.

¹⁶ Sinônimo de “P3”, já explicada na Nota 14.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.ª RPM: uma investigação prática

Além das recompensas em nível de Batalhão, aqueles militares que eram destaques em grandes operações policiais recebiam a indicação para o Prêmio Expressão da PMMG, concedido periodicamente pelo Comando-Geral da Instituição, ou a indicação para medalhas profissionais da Polícia Militar, sempre com o acompanhamento de produção pelo Capitão responsável pelo setor operacional.

No dia-a-dia do Batalhão, além da avaliação de desempenho, própria da Seção de Operações, outros Capitães se destacavam na atividade operacional, com implementação de atividades específicas em suas funções.

2.3.1 A operação “Circuito Raja”

O Oficial intermediário deve conhecer bem o local onde desenvolverá seu trabalho, de forma que suas ações surtam efeitos eficazes aos olhos comunitários.

“– Comandante, temos que criar um grupo específico de policiamento para coibir assaltos através da implantação do policiamento no Circuito Raja, se possível, sempre comandado por um Oficial”. Capitão - Cmt da Cia Tático Móvel”

Numa parceria entre o 22.º Batalhão, moradores e empresários da Av. Raja Gabáglia, foi instalado o chamado “Circuito Raja”, que teve como objetivo principal a manutenção do policiamento preventivo ao longo daquela avenida, coibindo, assim, os diversos delitos praticados em toda a via, principalmente o roubo à mão armada.



Bike Patrulha - 2002

Além do policiamento constante na avenida, era executado ainda um policiamento ostensivo por meio de viaturas especificamente designadas.

Foram utilizadas viaturas no policiamento da avenida, além do emprego da Patrulha Raja Gabágua, constituída por policiais-militares que executavam incursões e operações policiais diversas nos aglomerados como o Santa Maria, o Pantanal, Morro das Pedras e outros que margeiam aquela avenida.

As preocupações da comunidade, aliadas à ampla divulgação pela imprensa dos fatos ali ocorridos, em função do grande número de aglomerados adjacentes que facilitavam a atuação dos marginais locais, tornaram a Raja Gabágua uma das prioridades do Comando do 22.º Batalhão, que não mediu esforços para garantir a manutenção plena da ordem pública daquele corredor viário.

2.3.2 A Patrulha São Tomás de Aquino

“Depois que foi instalada a patrulha São Tomás de Aquino no interior do Aglomerado Urbano do Papagaio, mediante planejamento específico, com avaliação de itinerário a percorrer e marginais em atuação, bem como incursões previamente definidas, o número de homicídios reduziu sensivelmente.” Capitão - Comandante da 124.ª Cia

A Rua São Tomás de Aquino é um dos logradouros localizados na Favela do Papagaio e apresentava um alto índice de delitos, em especial aqueles contra a vida e o tráfico de drogas.



Policiais em Patrulha - 2002

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

Com o envolvimento comunitário do Capitão Comandante da Companhia, seja com a manutenção da Polícia Militar na atividade de policiamento ostensivo, como no apoio às atividades sociais de outros órgãos públicos e de organizações não governamentais, e ainda, reuniões com lideranças comunitárias e religiosas, ocorreu uma sensível redução da criminalidade no aglomerado urbano citado.

Por recomendação do Comandante do Policiamento da Capital¹⁷, foi feita uma visita ao interior do aglomerado urbano, oportunidade em que todos os comandantes de Unidades da Capital puderam percorrer vários becos e ruelas daquele complexo, passando pela Rua União, em frente à Escola Guaraná Menezes, onde em abordagem policial, no ano anterior, em uma troca de tiros, fora baleado o Tenente Rabelo, que pertencia ao quadro de oficiais do 22.^o BPM e que faleceu em razão dos ferimentos.

2.3.3 Educação Policial para Cíveis

Não raras vezes, o Batalhão recebeu ofícios, cartas e convites da comunidade civil de uma forma geral, para participar de reuniões de professores, das associações de bairros, de condomínios, de entidades de classes e de empresas em geral, com o objetivo de abordar as principais orientações sobre cautelas a serem adotadas para minimizar as ações marginais junto aos seus integrantes.

Destacou-se, nessas atividades, o Capitão Subcomandante da 127.^a Companhia¹⁸, situada nas proximidades da periferia do Aglomerado da Serra, que é a mais populosa favela da capital mineira, com aproximadamente 150 mil habitantes.

O trabalho do Oficial se resumia em palestras com módulos de treinamento, com parte teórica e parte prática, onde eram apresentadas as condutas básicas preventivas para evitar delitos nas suas áreas de atuação.

¹⁷ Autoridade a que estão subordinados todos os Batalhões da 8.^a Região da Polícia Militar, responsável pelo emprego da PMMG na Capital do Estado.

¹⁸ Apesar de não constituir a regra no Estado de Minas Gerais, algumas Companhias passaram a ser comandadas por Major PM, tendo em vista a complexidade do espaço de responsabilidade territorial. Nessa condição, o então Comandante da Cia, capitão, passa a ocupar a condição de subcomandante, desenvolvendo encargos semelhantes (porém menos complexos), ao do novo titular da função, sob orientação deste.

Destacavam-se as palestras realizadas para os porteiros de edifícios, faxineiros, vigilantes e seguranças particulares, que, na maioria das vezes, deparavam-se com situações de risco iminente em seus locais de trabalho.

O Capitão selecionava o conteúdo das palestras de forma que elas estivessem sempre voltadas para as precauções rotineiras na área de segurança, como as cautelas na chegada e saída de pessoas e veículos no setor de trabalho, sistema de iluminação, obras físicas de proteção, preocupação com pessoas estranhas ou em atitude suspeita, telefonia com a fração policial mais próxima, ligação para a central de atendimento da Polícia Militar, dentre outras, de acordo com a especificidade do serviço realizado.

Os objetos dessas palestras aparentemente consideradas simplistas eram constantemente elogiados por aquelas pessoas que as solicitavam ou que assistiam a elas.

Além de profundo conhecedor de sua subárea de atuação, o Capitão tinha o domínio operacional de atuação na favela do Cafezal, onde conseguia com grande facilidade identificar os marginais que cometiam delitos naquela região da cidade, tendo engendrado operações eficientes de combate ao assalto a coletivos, em especial aqueles que ocorriam nas proximidades dos pontos finais dos ônibus, no interior de favelas, onde a incidência era significativa.

2.4 O pensamento logístico do Capitão: “Sempre buscar a segurança do policial-militar na atividade operacional”

“Sabendo dos riscos reais do PM em ocupar o Posto de Observação e Vigilância - POV, na saída da rua principal do Morro do Papagaio e na Av. Raja Gabáglia, foram instalados vidros blindados naqueles postos para prevenir possíveis agressões com armas de fogo aos seus ocupantes.”
Capitão - Logístico

O Capitão responsável pela área logística¹⁹ deve ser empreendedor para conseguir satisfazer as necessidades que hoje se observam na administração das operações.

São carências diversas que passam pelo fardamento, com os uniformes adequados a cada atividade e local de atuação operacional; com a munição e o armamento de maior poder de fogo, como os que são encontrados com grande

¹⁹ O fornecimento de armas e munições, os reparos em viaturas, a aplicação de recursos vindos dos cofres públicos para o desenvolvimento do policiamento de cada Batalhão, dentre outras, são atribuições da Seção de Apoio Logístico, comum na estrutura de todos os Batalhões da PMMG, geralmente conhecida pela sigla “P4”.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

número de criminosos; com os equipamentos de proteção individual, como o colete à prova de balas que hoje é de uso vital. São comuns os enfrentamentos ao “braço visível do Estado”²⁰, que tem nos policiais-militares seus primeiros agentes, sempre atuando de iniciativa na repressão aos infratores das normas legais.

Até mesmo o deslocamento de tropas para grandes operações requer um maior esforço, além daqueles próprios das atividades ordinárias de manutenção de viaturas orgânicas²¹ do Batalhão. Após algumas denúncias de possibilidade de invasão à sede do Batalhão, que se situa na margem de um aglomerado urbano, foi instalado um sistema de circuito interno de televisão, visando ao acompanhamento de pessoas nas proximidades da Unidade, além de dar proteção à estrutura logística e ao pessoal de serviço diariamente.

Percebia-se essa preocupação também no aperfeiçoamento no setor de informática das seções do Batalhão, e ainda, na tentativa de implementar os circuitos internos de televisão na Barragem Santa Lúcia, onde eram altos os índices de crimes contra o patrimônio, nas avenidas e praças de maior incidência criminal, tendo esse projeto se iniciado, conforme se verificava na fala do responsável pela função.

“Conforme diretriz do Capitão (...) estamos trabalhando na instalação da rede informatizada do Batalhão, de forma que possamos instalar um circuito interno de televisão na sala de operações, de onde teremos uma visão completa de todas as vias nas proximidades da sede da Unidade, auxiliando as operações.” Sargento Auxiliar de Informática.

Esse pensamento de cunho logístico, rememora a citação de um Sargento do 22.^o BPM, cuja fala também foi registrada dentro do propósito maior de coleta de dados para análise da relação entre o desempenho dos capitães e o grau de eficiência da Unidade.

Percebia-se essa preocupação também no aperfeiçoamento no setor de informática das seções do Batalhão, e ainda, na tentativa de implementar os circuitos internos de televisão na Barragem Santa Lúcia, onde eram altos os índices de crimes contra o patrimônio, nas avenidas e praças de maior incidência criminal, tendo esse projeto se iniciado, conforme se verificava na fala do responsável pela função.

²⁰ Expressão utilizada com grande frequência pelos doutrinadores em Direito, para designar a Polícia Militar.

²¹ Viaturas orgânicas são aquelas empregadas especificamente no policiamento.

“Conforme diretriz do Capitão (...) estamos trabalhando na instalação da rede informatizada do Batalhão, de forma que possamos instalar um circuito interno de televisão na sala de operações, de onde teremos uma visão completa de todas as vias nas proximidades da sede da Unidade, auxiliando as operações.”
Sargento Auxiliar de Informática.

Esse pensamento de cunho logístico, rememora a citação de um Sargento do 22.º BPM, cuja fala também foi registrada dentro do propósito maior de coleta de dados para análise da relação entre o desempenho dos capitães e o grau de eficiência da Unidade.

2.5 O Capitão e sua política de interação comunitária

“A atividade da Polícia Militar é em grande parte repressiva e precisa ser bem entendida pela comunidade civil, o que não prescinde de uma boa interação comunitária.” Capitão - Comunicador Social

O Capitão-chefe da Seção de Comunicação Social²² era o difusor constante dos projetos sociais, operacionais e administrativos da Unidade, procurando estreitar os laços de amizade com a comunidade e fortalecer a cooperação com as autoridades civis e militares, na busca da segurança pública, sempre se preocupando com a observância fiel às normas próprias de cerimonial público, de relacionamento com entidades de personalidade civil e com a imprensa.

Dentro da filosofia de sempre difundir os projetos do Batalhão, citam-se alguns que foram amplamente impulsionados pela atuação proativa do Capitão que estava à sua frente.

2.5.1 Revitalização do Projeto Bom de Bola/Bom de Escola

“ – O Capitão já passou as diretrizes para a elaboração da solenidade do dia das crianças, em cooperação com a Prefeitura de Belo Horizonte, que fornecerá lanche para todos os alunos, cesta básica para as mães dos alunos, e ainda, a realização de rua de lazer para todas as crianças.” Tenente - Secretária

Como forma de preservar o bom relacionamento com a comunidade da área do Batalhão, o Capitão Chefe da Seção de Comunicação Social diligenciou com o intuito de revitalizar o programa esportivo infantil, denominado Bom de Bola/Bom de Escola, em parceria com a Prefeitura do Município de Belo Horizonte-MG.

²² A seção é comum à estrutura dos Batalhões da Polícia Militar em todo o Estado. Também conhecida pela sigla “P5”, constitui elo entre a Instituição e a comunidade, especialmente por meio dos órgãos de comunicação de massa.



Bom de Bola / Bom de Escola - 2002

A origem desse projeto justificou-se pelo crescimento acentuado da violência urbana nos últimos tempos, trazendo com isso um clima de insegurança em algumas comunidades, devido aos atos infracionais, praticados com elevado grau de violência por menores de idade. A prática de esportes, aliada ao incentivo aos estudos, visava criar nesses menores o hábito saudável e consciente de ser desportista, contribuindo com a educação dessas crianças e jovens, para a melhoria da saúde e da qualidade de vida, além de uma maior integração social de todos.

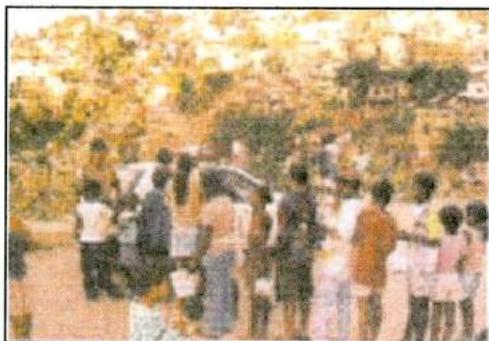
O público-alvo desse projeto eram crianças e adolescentes de 08 a 15 anos, que recebiam o lanche da Secretaria Municipal de Abastecimento e um *kit* de uniforme, completo, da MRV Engenharia. Um total de 150 infantes eram beneficiados com o projeto. Esses jovens aprenderam, nas dependências da Unidade policial, as modalidades esportivas de futebol de campo e de areia, voleibol, dentre outras atividades artísticas, culturais e recreativas.

2.5.2 Segurança ao Projeto Assistencial Sopão

“ – O Capitão (...) já tem um banco de dados contendo todas as organizações não-governamentais que atuam nas vilas que compõem o Aglomerado Morro das Pedras, e sobre as pessoas que estão à frente e qual o seu trabalho com as comunidades carentes.” Sargenteante²³ de Cia Operacional

²³ Sargenteante é designação utilizada para designar a função, normalmente exercida pelo sargento com maior tempo de serviço de cada Companhia PM, de preparar escalas de serviço e administrar a rotina do emprego de policiais militares, no que diz respeito ao controle de dispensas, licenças e férias.

Através de uma parceria firmada no mês de março de 2002 com a Associação dos Moradores do Bairro São Pedro, militares da 124.^a Cia PM davam cobertura²⁴ à distribuição de sopa no Aglomerado do Morro do Papagaio todos os dias da semana, uma vez por dia. O trabalho desenvolvido satisfazia uma das necessidades básicas da população do Aglomerado e construía uma relação saudável entre a Polícia e a Comunidade, restaurando assim os anseios da construção de uma cidadania de maior cooperação, entendimento e respeito humano entre as pessoas.



Distribuição de Sopa - 2002

2.5.3 Apoio ao Projeto de Assistência Odontológica a Crianças Carentes

“ - Os Capitães da Seção de Assistência à Saúde têm acompanhado os programas de assistência odontológica às crianças ”. Soldado da Unidade

Iniciou-se na Barragem Santa Lúcia, que é uma das vilas que integram a favela do Papagaio, em fevereiro de 2002, um projeto com vistas a dar assistência odontológica a crianças carentes da área do 22.^o BPM. O trabalho foi resultado de uma parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Associação Mineira de Assistência Social e a Polícia Militar, através de seus profissionais da área de saúde.

O projeto assistiu 96 crianças do Aglomerado do Papagaio, tendo como objetivo atender aproximadamente 500 crianças. Além de oferecer a assistência

²⁴ “Cobertura policial ” é expressão designadora do apoio de um militar ou grupo de militares a outro(s), numa situação em que os executores de determinada ação ou operação policial precisam concentrar-se em relação a um aspecto do trabalho, mas que, em razão disso, tenham obrigatoriamente de deixar de lado algum outro aspecto e fiquem, por isso, em situação de desvantagem em relação a uma reação praticada por um delinqüente. A cobertura assegura, assim, a tranquilidade aos executores principais.

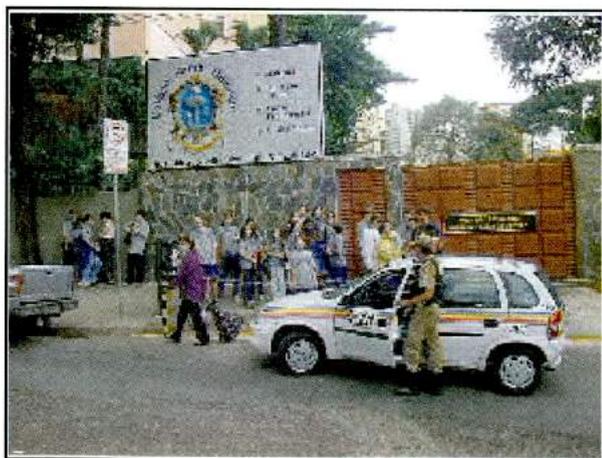
Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

básica de tratamento dentário, as crianças recebiam instrução a respeito da higiene bucal e eram feitos ainda os devidos encaminhamentos aos órgãos de assistência para outros tratamentos que se fizessem necessários.

2.5.4 Programa Anjos da Escola

“- O Capitão não está conseguindo atender a demanda de pedidos de palestras nas escolas pelos seus diretores. Está sendo necessário fazer uma agenda de atendimentos, pois estão sendo muito elogiados o conteúdo e a metodologia de exposição do tema”. Sargento PM de Cia Descentralizada.²⁵

Iniciado em meados de 1996, esse projeto foi implementado em 14 de junho de 1999, para resolver a questão da violência nas escolas e que afetava a segurança subjetiva²⁶ de toda a comunidade escolar. O programa teve por objetivo desenvolver uma ação de proteção aos educandários, incrementando medidas preventivas de segurança do corpo docente e discente e do patrimônio da escola, otimizando o clima de tranquilidade pública visando ao melhoramento das condições de ensino e aprendizado.



Anjos da Escola - 2002

²⁵ Companhia Descentralizada é expressão indicativa de Companhia cuja administração não funciona na sede de um Batalhão.

²⁶ “Segurança subjetiva” é expressão designadora da *sensação de segurança* da comunidade, gerada pela presença potencial da Polícia Militar onde essa sensação é despertada.

Os militares responsáveis pelo programa realizavam palestras e visitas em cerca de 200 escolas públicas e particulares de toda a Área do 22.º BPM e obtinham grandes resultados na diminuição do tráfico e uso de drogas nas escolas.

Os “Anjos da Escola” tinham como missão informar, guardar e proteger das drogas as crianças e adolescentes, além de serem responsáveis pelas demais questões da escola que envolviam a questão de segurança. Um dos principais objetivos do trabalho desses militares consistia em fixar no público-alvo algumas premissas de segurança que previam a prática de crimes nas imediações de escolas, sendo citados como exemplo as seguintes:

“Conquiste a confiança de seus filhos. É melhor que eles se abram com você que com um amigo da rua”; “Mantenha sempre o diálogo em casa”; “Converse sempre com seus filhos, bem como com os professores, sobre o aproveitamento escolar”; “Oriente seu filho a evitar fazer grupinhos na porta da escola, afastando assim o perigo da presença de estranhos”; “Envolva-se nos esforços de grupos para informar a comunidade sobre o problema das drogas”; “Discuta com a direção da escola sobre a necessidade do estímulo à criação de vínculos afetivos e à valorização da auto-estima dos jovens e crianças.”

O fruto dos trabalhos executados, junto às comunidades dos grandes aglomerados urbanos, na área do 22.º BPM, puderam ser bem percebidos, conforme se ilustra na reflexão de BUORO (1999:26), de que vivemos em uma sociedade que estimula o desejo de ser diferente por meio do consumo de produtos especiais, mas na qual, ao mesmo tempo, uma enorme massa de excluídos dribla a fome diariamente; uma sociedade em que somente mais Polícia e o Exército nas ruas e grades nas casas não resolvem o problema da violência; uma sociedade na qual um dos principais fenômenos de comportamento das últimas duas décadas nas grandes cidades brasileiras foi o crescente abandono da rua como espaço de convivência e lazer, com o conseqüente confinamento para os espaços fechados, privados e seguros.

2.5.5 Polícia e Comunidade - uma necessidade de interação

Até meados de 2001 foram registrados 18 homicídios no interior das vilas que integravam a Favela do Papagaio.

Com a implantação da Patrulha Policial denominada “São Tomás de Aquino” e adoção dos projetos sociais citados nos itens anteriores, com o apoio

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

do Capitão comandante da Companhia, estabelecendo de forma bem definida as atribuições de cada pessoa envolvida, chegou-se a um período de seis meses sem qualquer homicídio no local.²⁷

3 A CONDUTA ÉTICA, PROFISSIONAL E PESSOAL DO CAPITÃO DA PMMG

Eram 03:55 horas da manhã, estava no pátio do Batalhão e, antes de iniciar a chamada para uma grande operação de cerco, bloqueio, incursão, busca, apreensão e prisão de marginais no Aglomerado Urbano do Cafezal, quando um Capitão adentrou o portão principal da Unidade Operacional, marchando com a sua Companhia, que respondia a todos os seus comandos, de forma vibrante e enérgica, correspondendo aos comandos, por possuir aquele Oficial grande liderança sobre sua tropa.” Comandante.

Hoje a Polícia Militar conta com um efetivo de capitães, que representa um grande potencial de comando e gerência Institucional, no nível intermediário, onde surgem as grandes idéias de gestão e de execução da atividade operacional, por estar o Capitão ligado diretamente com a atividade fim e com as autoridades de decisão. Esse profissional tem de assimilar os impactos da carência social da comunidade, conviver com os recursos logísticos que dispõe, que quase sempre são insuficientes ou não são os ideais, além de compartilhar das dificuldades pessoais dos militares subordinados, com quem divide as missões policiais diárias e, ainda, idealizar e propor soluções para os problemas emergentes que, na maioria das vezes, são resolvidos com o fruto da criatividade individual e esforço pessoal.

A Polícia Militar Mineira, sempre preocupada com a qualificação dos profissionais que integram seus diversos quadros de pessoal, numa visão estratégica do contexto da defesa social, em parceria com a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, desenvolve, como pós-graduação “lato sensu”, desde 1999, o Curso de Especialização em Segurança Pública, destinado aos oficiais do posto de Capitão, tendo como objetivos principais ampliar e atualizar seus conhecimentos profissionais, habilitando-os ao exercício de seus cargos e aos postos de Major e Tenente-Coronel. Os Capitães devem aproveitar a realização desse curso para melhor prestar seus serviços à comunidade.

O Centro de Pesquisa e Pós-graduação, responsável pela execução do Curso de Especialização em Segurança Pública, em andamento no ano de 2003,

²⁷ Conforme dados disponíveis na “P3” do 22º BPM.

aplicou um questionário²⁸ aos alunos sobre a visão que eles possuem das missões próprias ao posto de Capitão. Chegou-se a algumas manifestações que sinalizam a direção a ser seguida por aqueles Oficiais que ocupam tão nobre cargo na estrutura administrativa do Estado, na condição de militar estadual, conforme define a Constituição Federal.

Estas concepções, em sua maioria, são próprias para todos os integrantes da Polícia Militar, mas acentuam-se no nível de gerência que ocupa o oficial intermediário da carreira militar. Do resultado dessa pesquisa, extrai-se um conjunto de deveres e valores cujo registro é importante, na medida em que situa, para o leigo, o tecido de que são feitas as atitudes dos integrantes da Polícia Militar de Minas Gerais, e sobre o qual são analisadas as condutas individuais entre adequadas ou não aos interesses da Instituição. São, assim, deontologias, essenciais à continuidade da PMMG.

3.1 Deontologia dos valores éticos

Pautar sua conduta, zelar pela transparência administrativa e combater a corrupção; respeitar e exigir a observância/cumprimento dos princípios de ética, tanto no desempenho das atividades policiais quanto na vida particular; elevar o nome da Corporação; respeitar a Corporação e as pessoas que dela fazem parte; ser o mediador das questões disciplinares, operacionais e administrativas; manter o moral da tropa elevado; ética de grupo: trabalhar com os superiores, pares e subordinados; ética profissional: adotar conduta ética legal na aplicação da lei; resgatar os valores da disciplina e hierarquia; demonstrar atitudes que levem ao fomento da ética profissional; inserir valores positivos na ética de grupo; zelar pela propagação de uma ética profissional sólida, consistente, competente, inteligente e voltada para os princípios de cidadania, que garanta maior credibilidade de nossa Corporação perante a sociedade; saber dosar as diferenças de comportamentos éticos e às vezes não éticos, a fim de vencer essas diferenças; ser um gerente e como tal, saber conduzir os homens que lhes são subordinados e principalmente com ética profissional; manter proteção/confidencialidade relativa às informações da Organização.

Além das citadas, foram colhidas as seguintes condutas ideais, na ótica dos entrevistados: ser um observador dos princípios constitucionais inerentes à atividade policial, tendo capacidade de crítica, questionando irregularidades e

²⁸ Cf. especificado nas referências bibliográficas.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

propondo melhorias; buscar o crescimento profissional por competência e capacidade; agir e conduzir suas ações profissionais com absoluta ética corporativa; transformar/ou fazer transformar as normas em práticas de segurança; er postura e compostura; ter uma atitude reservada; eximir-se de promiscuidade; irradiar ações positivas a partir de comportamento e conduta de Capitão; nesse sentido deve haver uma perfeita sintonia entre as ações e apresentação com o discurso e ações de comando, para que os subordinados se espelhem no Capitão; pois posicionamentos que se chocam prejudicam e contribuem para o descrédito do Oficial; tratar a todos indistintamente de posto ou graduação, situação funcional ou financeira da mesma forma, com respeito, bom senso, satisfação e motivação, pois tanto a positiva como a negativa terá grande poder de contágio, quando vinda do Capitão; zelar e fazer zelar pelo correto emprego dos meios de forma a gerar a atividade fim, mantendo sempre em mente que a atividade da PM é segurança pública e que tudo tem que estar voltado para esse fim.

3.2 Deontologia dos valores profissionais e administrativos

No campo administrativo, as condutas eleitas como essenciais pelos entrevistados foram: Difundir e possuir a probidade administrativa; difundir, preservar rigorosamente os princípios da administração pública na execução das atividades profissionais; primar e administrar pela eficiência e eficácia; ter iniciativa; zelar pelo patrimônio da PMMG; pautar suas ações na razoabilidade e administrar os bens, patrimônio da Corporação; propor medidas que levem à otimização da máquina administrativa, com vistas ao favorecimento da atividade operacional; divulgar mais a nossa verdadeira função; alguns se mostram apáticos e sem interesse em se qualificar para a sua missão.

Observou-se, em complemento às descritas, a opinião da quase totalidade dos entrevistados, no sentido de que o papel do Capitão deve continuar sendo o de assessor do Comando, Comandante de Companhia operacional, devendo a PMMG ter o cuidado para não fazer coincidir seu papel com o do Major nem com o do seu (do capitão) subordinado imediato: o Tenente.

Foram apontadas, na seqüência, as seguintes condutas ideais: desenvolver a atividade profissional de forma racional, dentro dos parâmetros da legalidade e legitimidade; ter uma visão gerencial ampla; ser capaz de ler os cenários atuais; projetar cenários futuros e propor ações que antecipem os problemas; zelar pelo correto emprego dos recursos sob sua responsabilidade,

atentando para a qualidade e efetividade do serviço prestado, bem como pela conduta de seus subordinados; cumprir as normas emanadas pela Polícia Militar, respeitando os fundamentos legais; cumprir as leis e documentos normativos; fiscalizar as atividades afetas a seu posto; ser administrador proativo; ter credibilidade; ser isento; questionar os processos existentes; reduzir gastos, direcionando-os unicamente para a atividade-fim; fazer-se reconhecido através da legitimidade, pela comunidade como relevante e garantir uma reciprocidade nessa relação; fazer valer o seu poder de comando e além de decidir, fazer valer o que foi decidido; garantir aos seus subordinados nos seus níveis o poder de decisão e comando.

3.3 Deontologia quanto aos valores pessoais

Primar pelo exemplo no exercício da chefia e liderança; inovar, criar na busca da solução dos desafios pessoais e da PMMG; cultivar e defender os valores supremos da dignidade humana; cultivar a honestidade; melhorar sua cultura geral e profissional; dar valor aos princípios morais e pessoais; assessorar o Comando com lealdade e competência.

Chefiar com habilidade a Tropa; demonstrar a seus subordinados, bem como a todas as pessoas com as quais tem contato, a importância da conduta pessoal para a credibilidade da própria Corporação; formar opiniões através de atitudes honestas, legalistas, dedicadas, de justiça, de interesse e enriquecimento intelectual; zelar pelo preparo físico e intelectual, dinamismo e participação nas atividades de assessoramento do Estado-Maior; provocar mudanças; preservar a auto-estima pela formação profissional contínua; buscar novos conhecimentos em sua área de atuação e em outras áreas de conhecimento; preocupar-se com o físico e com a mente; agir e atuar com lealdade, amor à profissão, companheirismo, respeito aos Direitos Humanos; atitudes positivas e coerentes; disponibilizar-se de maneira quase integral às suas funções, sem dispor da manutenção de valores sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, conclui-se que é imprescindível ao Capitão da Polícia Militar o exercício firme da liderança, fundamentando suas atitudes na força do exemplo, pois este não somente convence, mas acima de tudo, arrasta aqueles que o vêem e ouvem.

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

Na condição de gerente, é necessário que esse profissional de segurança pública esteja sempre atento e invulnerável às várias circunstâncias que contribuem para o quadro de insegurança que se apresenta diante de nós nos dias atuais.

É preciso agir com racionalidade, não deixando que a emoção momentânea prejudique o ordenamento normal das suas atividades. É necessário, ainda, entender as reais causas do problema social, existentes já há vários anos e em vários países do mundo, e que são responsáveis pelo aumento da violência e marginalização da sociedade.

É certo que, no âmbito geral da Administração Pública, existem fatores que, sem dúvida, contribuem para o agravamento da crise na defesa social, em especial na segurança pública. Cumpre salientar, então, que as forças policiais têm, na maioria das vezes, atuado nos efeitos dos problemas sociais e não nas causas estruturais.

O Capitão, na condição de comandante de policiais-militares, com uma subárea de atuação operacional do batalhão, terá que administrar o conflito real, de convívios paralelos, entre a comunidade de classe alta e dos excluídos socialmente. Em locais onde de um lado da avenida existem verdadeiras fortalezas, com piscinas, saunas, quadras de esportes, garagem para até dez carros e do outro lado da mesma via, barracos com paredes sem reboco, onde vivem crianças e adolescentes sem escolas, sem alimentação, sem esportes, sem cultura, tendo apenas os pais, todavia, sem um trabalho digno para confortá-los.

Apesar desses fatores, que muitas das vezes fogem à esfera de atribuições do militar, ainda existem dificuldades de ordem jurídica. Trata-se de alterações nos diplomas legais, concedendo benefícios a determinadas classes sociais, acabando por atrofiar ou aleijar instituições que sofrem grandes restrições quanto ao Poder de Polícia, que muitas vezes não pode deixar de ser exercido pois tem função essencial na vida comunitária.

Alguns legisladores, com a intenção de corrigir o desvios sociais, muitas vezes propõem leis que beneficiam infratores, em detrimento às pessoas de bem, influenciando, assim, as condutas irregulares.

É necessário que o Oficial Intermediário repense e assimile a vulgarização das leis penais, que se transformaram em verdadeiras colchas de retalhos, tendendo para normas penais de efeitos burocratizantes, mas inócuas para a

realidade brasileira atual, pois definem delitos, penas, normas de execução penal, que, na prática, são inexecutáveis face às carências estruturais.

O Capitão deve ter em mente que a um líder não é permitido transferir competência, ele deve agir, pois é representante do Estado e portanto deve contribuir na medida de sua capacidade legal para atender os anseios da comunidade. No seu rol de atribuições, sempre existirão atividades que poderão contribuir para, no mínimo, amenizar a insegurança das pessoas que necessitam de seu trabalho.

Em face das disposições constitucionais de 1988, foram derogados, em grande parte, dispositivos legais que tratavam de atentados aos bens juridicamente tutelados pelo Estado, perniciosos à vida em comunidade, valorizando, no entanto, muito as garantias individuais e coletivas. Essas garantias devem ser priorizadas pelos constitucionalistas, mas também, em contrapartida, devem ser revigoradas as obrigações e a forma de controle do Estado através de seus agentes.

As autoridades devem gozar de prestígio social, o cargo público deve ser fortalecido, pois quando é valorizada a autoridade, a coletividade, por via indireta estará resguardada. Deve ser creditada às autoridades judiciárias, do Ministério Público, das autoridades de Polícia Judiciária e de agentes que atuam com Poder de Polícia Ostensiva maior autonomia administrativa na repressão ao crime de maior repulsa social.

No campo processual penal houve evolução nos aspectos inerentes às prisões, porém restringiu-se muito a competência das autoridades que deveriam deter maior autonomia administrativa para enfrentar, em igualdade de direitos processuais, o crime que já está organizado em algumas cidades brasileiras. Caso não seja enfrentado com o rigor necessário, poderá gerar ações com requintes de terrorismo, que começam a surgir em algumas ações criminosas.

Em breves exposições iniciais, foram apresentadas algumas ações próprias aos Capitães de um Batalhão de Polícia Militar que atuam em atividades de policiamento ostensivo geral, mas que, sem dúvida, não contemplam nem esgotam a gama de atribuições inerentes aos cargos ocupados por esses importantes oficiais da estrutura da carreira policial-militar. Destaca-se ainda, a necessidade desses militares possuírem conhecimentos específicos sobre os problemas policiais que se mesclam em grandes movimentos sociais como as

Desempenho de capitães em Batalhão Operacional da 8.^a RPM: uma investigação prática

invasões de propriedades por integrantes do movimento sem terra, sem teto ou sem casa, movimentos paredistas, rebeliões em presídios, a mendicância generalizada, os crimes de trânsito e contra o meio ambiente.

É preciso que o Capitão esteja ciente e atue para a revisão dos mecanismos de atuação dos órgãos de defesa social, no sentido de estabelecer o ciclo completo de polícia, com inserção no Direito Processual Penal. São necessárias mudanças significativas, quanto à maior competência para as Autoridades de Polícia Ostensiva, na custódia de suspeitos durante a realização das operações policiais, nas abordagens e identificação de pessoas, no procedimento legal de acesso a residências ocupadas por suspeitos de crimes violentos; na maior discricionariedade na execução de mandados judiciais, em especial, para busca e apreensão de armas, drogas e produtos de delitos em residências de marginais reincidentes.

Assim, nesse contexto de prováveis mudanças no sistema nacional de segurança pública, é preciso que o Capitão da Polícia Militar seja, antes de tudo, legalista, tenha firmeza de propósitos e convicção na direção de sua carreira, com o exercício pleno das suas atribuições, interagindo-se com as lideranças da comunidade civil, com as autoridades constituídas, tudo isso, sempre na direção do bem comum, não se descuidando do combate incessante a qualquer forma de infração ao regime jurídico vigente.

***Abstract:** It presents a Superior Police Officer's experiences. He works at Batalhao de Policiamento Ostensivo Geral from Capital Of Minas Gerais State. His experiences are associated with the research made for the students of Curso de Especializacao de Seguranca Publica. In the end, they present the expected conduct from Police Officers.*

***Key words:** Captain of Police the expected conduct from Police Officers.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, *Constituição*. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BUORO, Andréa. *Violência urbana: dilemas e desafios*. São Paulo: Atual, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. Trad.: Klauss Brandini Gehardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. III.

MARCO FILHO, Luiz de. *História militar da PMMG*. 2ed. Belo Horizonte: O Lutador, 1993.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Resolução n.º 3676, de 16Set2002*: dispõe sobre procedimentos para realização da Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 2002.

_____. *Lei n.º 5301, de 16Out1969*: contém o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar. Belo Horizonte: Palácio da Liberdade, 1969.

_____. MINAS GERAIS. Polícia Militar. Diretriz para produção de serviços de segurança pública n.º 01/002 – CG: regula o emprego da Polícia Militar na Segurança Pública. Belo Horizonte, p. 3-5. 2002.

_____. MINAS GERAIS. *Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar. Pesquisa de Campo*. CESP/2003. Belo Horizonte. MG.

_____. MINAS GERAIS. Resolução n.º 3699, de 10 de fevereiro de 2003. Aprova as diretrizes para a Educação Profissional de Segurança Pública, da Polícia Militar de Minas Gerais, e dá outras providências.

TEMER, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. 6.ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

DIAGNÓSTICO DA MORTALIDADE VIOLENTA ENTRE JOVENS NA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA IMPORTÂNCIA DE INDICADORES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS¹, E ESTRATÉGIAS DA PMMG ANTE O PROBLEMA²



Ten-Cel PM Renato



Maria Letícia



Maria Thais



Cap PM Protásio

RENATO VIEIRA DE SOUZA

Tenente-coronel da PMMG, Graduado em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM/MG), Mestrando em Administração Pública pela FJP. Chefe da Seção de Emprego Operacional (PM/3), do Estado-Maior da PMMG. Especialista em Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, pela UFMG.

MARIA LETÍCIA DUARTE CAMPOS

Socióloga. Mestranda em Administração Pública, Superintendente Central de Modernização Institucional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

MARIA THAÍS DA COSTA OLIVEIRA SANTOS

Psicóloga. Especialista em Administração Pública e Mestranda em Políticas Sociais pela FJP. Assessora da SEPLAG.

GILBERTO PROTÁSIO DOS REIS

Capitão da PMMG, Graduado em Segurança Pública pela APM/MG. Pesquisador “Benemérito Notável” da PMMG. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Chefe da Assessoria de Planejamento Prospectivo/Estado-Maior da PMMG.

¹ Artigo adaptado do estudo homônimo realizado como atividade acadêmica do Mestrado em Administração Pública, na Fundação João Pinheiro/MG, no campo da Gestão de Políticas Sociais.

² Aspecto não constante do estudo originalmente apresentado à Fundação João Pinheiro pelos mestrandos Maria Letícia Duarte Campos, Maria Thais da Costa Oliveira Santos e Renato Vieira de Souza, porém inserido, sob orientação deste, no presente artigo, a pedido do Conselho Editorial da revista *O Alferes*, para atender as expectativas do público desse periódico.

Resumo: Diagnostica e analisa tendências da mortalidade violenta por homicídio entre jovens na Região Sudeste. Especifica as políticas de segurança pública adotadas pela PMMG, para enfrentamento do problema.

Palavras-chave: homicídios, jovens, tendências, estratégias de intervenção.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade e a violência representam, na atualidade, um dos problemas mais graves a serem solucionados pelos diversos níveis de governo - federal, estadual e municipal. Nesse aspecto, a segurança pública vem adquirindo significado fundamental para a garantia da qualidade de vida dos cidadãos, destacando-se como tema primordial de políticas públicas.

O incremento da violência tem trazido para o debate dois pontos de enriquecimento para a análise do problema. O primeiro diz respeito ao alargamento do conceito de violência, para uma percepção menos empírica e mais científica, tendo em vista as peculiaridades que vem assumindo e seus novos significados. O segundo ponto refere-se ao aumento da quantidade e da qualidade dos indicadores objetivos capazes de traduzir a profundidade e complexidade da questão, respectivamente pelo aprimoramento de meios estatísticos para mensuração dos índices da violência e pelo uso de novas tecnologias de leitura geográfica.

Segundo MICHAUD (1989), utilizado no documento que fornece as principais diretrizes e a base instrumental para a elaboração deste trabalho — Mapa da Violência III —,

há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variados, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

A forma e o grau da violência passam a constituir parâmetros que podem auxiliar no aprofundamento do problema e lançar luzes sobre propostas de intervenção do poder público, além de servir para conscientização e sensibilização à participação da sociedade.

No Brasil, a sistematização de dados e a construção de indicadores da violência têm avançado muito nos últimos anos, possibilitando não só revelar suas características e especificidades, auxiliando na redefinição e no refinamento dos conceitos que os tipificam, mas também auxiliando no estabelecimento de relações entre as diversas variáveis captadas, tais como a distribuição espacial e temporal, modalidade da violência, faixas etárias de incidência e outros.

Apesar de não constituir objeto central deste artigo, é interessante mencionar quais estratégias tem a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) adotado, em relação ao problema da violência entre jovens em Minas Gerais. O propósito é oferecer uma referência, naturalmente alternativa, para outros Estados. As estratégias em questão podem ser sintetizadas em *integração e ciência*. A primeira é observável a partir de cinco empreendimentos, em torno dos quais a Instituição vem orientando seus esforços nas áreas tecnológica e de pessoal: os programas *Fica Vivo*³ e *Centros de Referência do Cidadão* (CRC)⁴, o SIDS (Sistema Integrado de Defesa Social)⁵, o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)⁶, e os CONSEP (Conselhos Comunitários de Segurança Pública)⁷. Em todas essas frentes de ação institucional, está presente a *ciência*. A descrição sobre cada um deles, bem como a demonstração do modo como está presente a *cientificidade*, dá-se na seção 3 deste artigo.

³ Denominação “comercial” atribuída ao Programa de Controle de Homicídios no Aglomerado Morro das Pedras, de Belo Horizonte, explicado na seção 3.

⁴ Centros criados para operacionalizar a presença do Estado nos aglomerados urbanos da capital mineira, também especificados na seção 3.

⁵ Sistema baseado na centralização da coleta e gestão de dados sobre a segurança pública, com presença física e coordenada pela Secretaria de Estado de Defesa Social, em implantação a partir do 2.º semestre de 2003 no Quartel do Comando-Geral da PMMG. Pormenores analogamente alinhavados na seção 3.

⁶ O PROERD baseia-se no D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*) em 1983, pelo Distrito Escolar de Los Angeles, em conjunto com o Departamento de Polícia local. Encontra-se presente em todos os estados norte-americanos e em mais de 40 países. No Brasil, está sendo aplicado em quase todos os Estados. A apreensão de 22 toneladas de cocaína que seriam distribuídas nas escolas de Los Angeles/EUA foi o inspirador do Programa.

⁷ O apoio da PMMG à estruturação e funcionamento, em toda Minas Gerais, de CONSEP, está regulado na Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) Nr 05, de 2002.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

Neste estudo, como ponto central, importa realizar um diagnóstico da ocorrência da mortalidade violenta por homicídio, entre jovens que moram nos estados da região Sudeste, no período de 1991 a 2000, e verificar a possibilidade, a partir da análise dos dados e indicadores disponíveis, de realizar prognósticos e tendências sobre a questão para os próximos anos, com vistas à construção de políticas públicas capazes de auxiliar na superação do problema.

A escolha do espaço a ser analisado deve-se à percepção empírica de que o *modus operandi* da violência nessa região apresenta formas de manifestação parecidas, podendo-se inferir que o aprendizado e a disseminação das técnicas e a difusão do conhecimento e da inovação nas atividades que envolvem a criminalidade e a segurança são favorecidos pela proximidade geográfica e pelas condições culturais, econômicas e sociais assemelhadas, particularmente dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

São esses estados detentores dos três maiores PIB's do país e neles estão localizadas também as três principais metrópoles urbanas brasileiras, reconhecidamente focos dinâmicos da violência. Parte-se, portanto, do pressuposto da necessidade de uma ação de intervenção política integrada, de âmbito regional, como estratégia de otimização dos recursos disponíveis e de envolvimento amplo da sociedade, como mecanismo para expansão das respostas aí desenvolvidas, para um contexto maior de reversão dos índices pela ação governamental.

Os dados vão revelar a constância e a regularidade da ocorrência dos homicídios por morte violenta em cada um dos estados da região, e é a partir dessa possibilidade de previsibilidade e regularidade dessas ocorrências que se pretende conhecer melhor a questão e estabelecer mecanismos de redução e superação do problema, utilizando uma base científica aprimorada e construindo técnicas mais eficientes.

Da análise do instrumento de coleta de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM - do DATASUS⁸, pode-se depreender que morte

⁸ DATASUS é a denominação do Departamento de Informática do SUS (Sistema Único de Saúde). Este é um dos principais Programas do Ministério da Saúde. O DATASUS tem a responsabilidade em dar suporte tecnológico à descentralização da gestão da saúde no Brasil. Por ser órgão de informática de âmbito nacional, o DATASUS atua como centro tecnológico de suporte técnico e normativo, para prover as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde de suporte técnico e dados, que são utilizados para o planejamento, operação e controle do SUS.

violenta é a denominação genérica indicativa da causa de óbitos ocorridos por acidentes de transporte, por homicídio ou agressões fatais e por suicídio. Esse conceito revela, nesses casos, a morte como “*resultado de uma intervenção humana, ou seja, resultado de alguma ação dos indivíduos, seja contra si, como no caso dos suicídios, seja intervenção intencional ou não de outras pessoas*”⁹. Esses dados constituem a base para a discussão sobre a violência levada a um grau extremo e, assim como o espectro de uma epidemia é medida pela quantidade de mortes que causou, a intensidade das diversas formas de violência guarda estreita relação com as mortes que origina.

A opção, neste trabalho, de se utilizar mortalidade violenta por homicídio como o indicador mais relevante, dentre as diversas manifestações de violência que resultaram em morte, deve-se à constatação da representatividade dessa categoria de morte violenta em termos de quantidade, comparativamente às demais categorias, comprovando uma escalada homicida na região e no país. Na região Sudeste como um todo, 47,0% dos óbitos entre jovens de 15 a 24 anos devem-se a homicídios, enquanto nas capitais da região registra-se que 56% dos óbitos entre jovens têm a mesma causa, em 2000.

Os dados que serão apresentados revelam que a violência pode e deve ser tratada como um fenômeno de natureza social. Assim sendo, dadas as condições em que se origina, a violência torna-se um fenômeno constante, previsível e relativamente de fácil prognóstico, em função da convivência dos grupos e/ou das estruturas da sociedade. Como será demonstrado, é possível, ainda que com uma certa margem de erro, a partir dos dados levantados, prever quantos jovens morrerão na região Sudeste como um todo e em cada Estado, no próximo ano, por homicídio.

Por fim, cabe justificar a escolha de se desenvolver essa análise a partir do grupo que compõe a faixa etária considerada jovem, entre 15 e 24 anos. A definição de juventude, segundo o Mapa da violência III¹⁰, adquire conotações diversas, de acordo com a área de interesse de conhecimento. O corte por faixa etária ajuda na superação desse problema e, utilizando as definições da Organização Pan-Americana de Saúde e da Organização Mundial de Saúde, para quem a adolescência abrange o período de 14 a 19 anos, e se considerar

⁹ Cf. base conceitual do DATASUS, no tocante ao Sistema de Informação sobre Mortalidade.

¹⁰ Trata-se de estudo produzido por WAISWELFISZ (2002), patrocinado pela UNESCO, pelos Instituto Ayrton Senna e Ministério da Justiça.

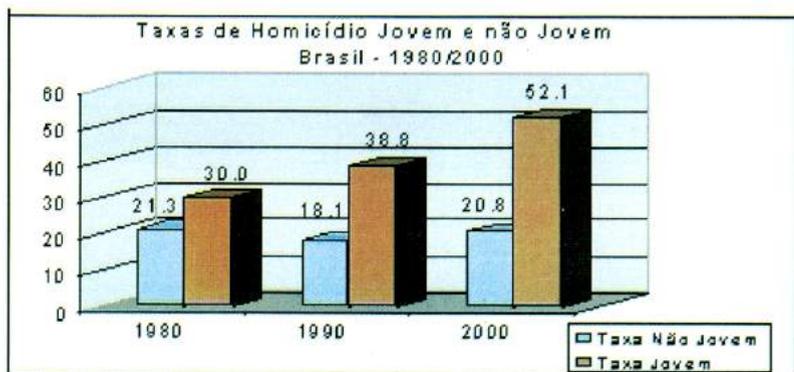
Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

considerar o conceito de juventude como sendo *“uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar como profissional, a faixa etária pode ser estendida dos 15 aos 24 anos”*¹¹

Por outro lado, o SIM do DATASUS, que centraliza informações sobre óbitos em todo o país, apesar de apresentar alguns problemas que comprometem a fidedignidade dos dados, é reconhecidamente um sistema capaz de cobrir um universo bem significativo de mortes e de identificar suas causas.

No âmbito global do país, o documento Mapa da Violência III, já referido, aponta o avanço das taxas de homicídios em relação à população total, vitimizando, relativamente, cada vez mais a juventude. No ano de 1980, foram registrados 27.464 homicídios, dos quais 7.524 atingiram jovens e 19.940, as restantes faixas etárias. Após 20 anos, em 2000, foram registrados 46.027 homicídios totais, 17.797 entre jovens e 28.230 no resto da população. O Gráfico I demonstra que, na medida em que se relativizam esses dados segundo a população, evidencia-se, de forma clara, que os avanços da violência homicida no Brasil, nas duas últimas décadas, tiveram como eixo exclusivo a vitimização juvenil.

Gráfico I



Fonte: Waiselfisz (2002) – SIM/DATASUS.

2 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Analisando-se os dados referentes aos estados e regiões do país, pode-se estabelecer uma relação direta entre as taxas de vitimização de jovens, por homicídios, e as taxas de homicídio da população geral. Onde os níveis de

¹¹ Mapa da Violência III, 2002, p. 18.

homicídios são baixos, também a vitimização juvenil é baixa. Ao aumentar as taxas de homicídios, aumenta também o nível de vitimização juvenil. Isso indica que a violência tem evoluído sobre a base dos homicídios juvenis. Assim a sobre-vitimização juvenil está relacionada com o nível de violência geral.

Para introduzir essa idéia, apresenta-se a seguir o Quadro I, por Unidade da Federação (UF), divididos em 3 grupos de taxas alta, média e baixa, para as variáveis vitimização de jovens e nível de homicídios.

QUADRO I
Distribuição das UF por Nível de Homicídios e de Vitimização Juvenil.
Ano de 1999.

		NÍVEL DE VITIMIZAÇÃO DE JOVENS		
		ALTO	MÉDIO	BAIXO
NÍVEL DE HOMICÍDIOS	ALTO	Distrito Federal Amapá São Paulo Espírito Santo Rio de Janeiro Pernambuco	Roraima	Rondônia Mato Grosso
	MÉDIO	Bahia Amazonas	Rio G. Sul Goiás Paraná Sergipe Alagoas	Ceará Mato Grosso Sul
	BAIXO	Piauí	Minas Gerais Paraíba Tocantins	Maranhão Santa Catarina Rio G. do Norte Acre Pará

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Pelos dados mostrados, 16 UF's confirmam essa hipótese (homicídio alto/vitimização alta; homicídio médio/vitimização média; homicídio baixo/vitimização baixa), 3 UF's não confirmam, e 8 se encontram em situação neutra. Destaca-se que, da região Sudeste, objeto desta análise, Rio, São Paulo e Espírito Santo situam-se no

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

quadrante *alto nível de homicídios e alto nível de vitimização* de jovens, enquanto Minas Gerais apresenta *pequeno nível de homicídios*, mas um *médio nível de vitimização* de jovens.

De 1991 a 2000, a região Sudeste teve aumentado, percentualmente, em 55,8%, o número de óbitos por homicídio da população total, e 72% no número de óbitos por faixa etária de 15 a 24 anos. No primeiro caso, Minas contribuiu com o maior índice da região - 62,7% no período -, enquanto no segundo, o Estado ficou com o segundo maior percentual, atrás apenas do Espírito Santo, e com dobro do Rio de Janeiro.

Na década entre os anos de 1991 e 2000, o número total de homicídios registrados pelo SIM, em todo o país, passou de 30.556 para 45.919, o que representa um aumento de 50,2%, bem superior ao incremento populacional, que foi de 15,6% no mesmo período.

TABELA I - Número de óbitos por homicídios - Faixa etária: população total Local: Região Sudeste e Estados/período 1991/2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	SUDESTE
1991	975	1.211	5.055	9.691	16.932
1992	844	1.103	4.516	9.027	15.490
1993	1.104	1.199	5.362	9.219	16.884
1994	1.173	1.096	6.414	9.995	18.678
1995	1.162	1.186	8.226	11.566	22.140
1996	1.199	1.225	8.049	12.350	22.823
1997	1.426	1.307	7.966	12.552	23.251
1998	1.692	1.471	7.570	14.001	24.734
1999	1.543	1.546	7.249	15.810	26.148
2000	1.446	1.970	7.331	15.632	26.379
% aumento	48,3	62,7	45,0	61,3	55,8

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA II - Número de óbitos por homicídios Faixa etária: 15 a 24 anos Região Sudeste e Estados - Período 1991/2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	SUDESTE
1991	238	338	1.757	3.782	6.115
1992	208	276	1.482	3.555	5.521
1993	343	322	1.725	3.484	5.874
1994	333	329	2.106	4.006	6.774
1995	392	355	2.886	4.222	7.858
1996	402	348	2.773	4.450	7.973
1997	492	381	2.895	4.676	8.444
1998	593	456	2.749	5.376	9.174
1999	537	520	2.710	6.133	9.936
2000	531	741	2.816	6.430	1.0518
% aumento	123,1	119,2	60,3	70,0	72,0

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Entretanto, as taxas de homicídios (por grupo de 100.000 habitantes) permitem relacionar o número de homicídios com o total da população, do que resulta um indicador sobre os níveis relativos de incidência, quando comparadas com diferentes volumes de população. Assim é possível verificar a posição “privilegiada” do estado de Minas Gerais, relativamente aos demais estados da Região.

TABELA III - Taxa de óbitos por homicídios - Faixa etária: população total Local: Região Sudeste e Estados - Período 1991/2000

UF/região	ANO									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Espírito Santo	37,7	32,1	41,3	43,3	42,2	41,7	48,6	56,6	50,7	46,7
Minas Gerais	7,7	6,9	7,5	6,7	7,2	7,2	7,6	8,4	8,8	11,0
Rio de Janeiro	39,6	35,0	41,2	48,9	62,2	58,8	57,5	53,9	51,0	50,9
São Paulo	30,8	28,2	28,4	30,3	34,6	35,7	35,6	35,2	36,7	36,4
SUDESTE	27,1	24,4	26,3	28,7	33,6	35,7	35,6	39,1	43,4	42,2

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

**TABELA IV - Taxa de óbitos por homicídios - Faixa etária: 15 a 24 anos
Local: Região Sudeste e Estados / Período 1991/ 2000**

UF/região	ANO									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Espírito Santo	46,7	40,0	64,6	61,5	71,0	69,4	82,9	97,7	92,3	83,6
Minas Gerais	11,1	8,9	10,3	10,3	11,0	10,4	11,2	13,2	14,9	20,9
Rio de Janeiro	76,2	63,6	73,2	88,4	120,0	111,9	115,2	107,2	105,0	107,6
São Paulo	64,1	59,0	56,6	63,8	65,9	67,3	69,2	78,0	87,2	89,6
SUDESTE	52,0	46,1	74,1	57,7	62,4	61,3	63,7	68,0	72,3	75,2

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Na Tabela V, a seguir, pode-se perceber que, em geral, não vem ocorrendo diferença significativa na posição relativa dos estados. As unidades da Federação que compõem a região Sudeste, e que detinham as maiores taxas, permanecem registrando o mesmo patamar no ordenamento geral, bem como se observa, claramente, a estabilidade do estado de Minas Gerais na situação de bem colocado nesse *ranking*. Verifica-se, no entanto, a representatividade da taxa de homicídio da população de jovens, no cômputo geral, ao longo do período analisado.

**TABELA V - Ranking dos Estados da região Sudeste em relação aos demais Estados da Federação - Taxa de Homicídios
População Total/População De 15 A 24 Anos - Período 1991/ 2000**

UF/região Sudeste	População Total			População de 15 a 24 anos		
	Posição em		Taxa 2000	Posição em		Taxa 2000
	1991	2000		1991	2000	
Espírito Santo	4º	3º	46,7	6º	4º	83,3
Minas Gerais	25º	23º	11,0	23º	23º	21,2
Rio de Janeiro	2º	2º	50,9	1º	1º	107,6
São Paulo	7º	4º	42,2	2º	3º	89,6

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

As capitais têm experimentado um aumento bem maior no número de homicídios do que o registrado nos estados como um todo, particularmente para a faixa etária de 15 a 24 anos. Em números percentuais, Belo Horizonte é a

capital que registrou o maior incremento no período, tanto para a população total como para a população jovem, apresentando, neste caso, o impressionante incremento de 225,7%.

TABELA VI - Número de óbitos por homicídios Faixa etária: população total Local: Capitais da Região Sudeste Período 1991/ 2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	308	1.919	4.850	165	7.242
1992	280	1.060	4.413	131	5.887
1993	274	1.802	4.352	206	6.634
1994	261	2.236	4.606	238	7.341
1995	373	3.474	5.722	250	9.818
1996	396	3.742	5686	223	10.047
1997	436	3.665	5607	277	9.985
1998	436	3.497	6.065	284	10.282
1999	574	2.998	6.890	293	10.755
2000	718	3.311	6.765	230	11.024
% aumento	133,1	72,5	39,5	39,4	52,2

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA VII - Número de óbitos por homicídios Faixa etária: 15 a 24 anos Local: Capitais da Região Sudeste Período 1991/ 2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	105	679	2.065	55	2.904
1992	92	353	1.921	36	2.402
1993	92	613	1.732	73	2.510
1994	91	722	1.970	78	2.861
1995	133	1.218	2.163	110	3.624
1996	138	1.307	2.122	81	3.648
1997	140	1.328	2.134	111	3.713
1998	140	1.352	2.335	109	3.936
1999	241	1.137	2.666	142	4.186
2000	342	1.341	2.797	97	4.577
% aumento	225,7	97,5	35,4	76,4	57,6

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

Em termos relativos, novamente a situação apresenta um novo ângulo, onde a Capital mineira apresenta a menor taxa da região, para os dois grupos de faixa etária, sendo que, no entanto, para a população total o índice tem permanecido praticamente inalterado ao longo do período, enquanto para o grupo de jovens, conforme Tabela VII, o aumento tem sido preocupante. Rio de Janeiro, Vitória e São Paulo estão entre as capitais brasileiras com maior taxa relativa de homicídios para os dois grupos etários, posicionando-se entre as primeiras do país.

TABELA VIII - Taxa de óbitos por homicídios – 1991/2000
Faixa etária: população total - Local: Capitais da Região Sudeste

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	15,3	35,1	50,4	64,0	41,7
1992	13,8	19,3	45,7	50,5	33,8
1993	13,4	32,8	44,9	79,0	37,9
1994	12,7	40,6	47,3	90,7	41,8
1995	18,0	62,9	58,6	94,7	55,7
1996	18,9	67,4	57,8	83,9	56,6
1997	20,5	65,1	56,1	101,7	55,4
1998	20,1	61,3	59,8	101,8	56,2
1999	8,1	51,9	67,0	102,6	55,8
2000	14,8	56,5	64,8	78,7	56,5

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA IX - Taxa de óbitos por homicídios Faixa etária: 15 a 24 anos - Local: Capitais da Região Sudeste Período 1991/ 2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	26,5	73,5	115,7	110,0	92,1
1992	22,9	38,0	106,4	71,0	75,4
1993	22,6	65,6	94,9	142,0	78,0
1994	22,0	76,8	106,7	149,7	88,0
1995	31,7	128,8	115,8	208,4	110,3
1996	32,4	137,2	112,2	151,2	109,7
1997	32,3	136,9	111,0	200,7	109,8
1998	31,8	136,9	119,5	191,2	114,5
1999	53,9	113,1	134,3	241,8	119,8
2000	75,4	113,1	138,8	160,5	128,8

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Nas capitais, é possível observar uma movimentação mais significativa no ranking geral, indicando uma certa mobilidade nos focos dinâmicos da violência, ao mesmo tempo em que aumenta significativamente a taxa de homicídio entre jovens.

TABELA X - Ranking das capitais da Região Sudeste em relação às demais capitais da Federação - Taxa de Homicídio População Total/ População de 15 a 24 anos - Período 1991/ 2000

UF/região Sudeste	População Total			População de 15 a 24 anos		
	Posição em		Taxa 2000	Posição em		Taxa 2000
	1991	2000		1991	2000	
Vitória	2º	2º	78,7	3º	2º	160,5
Belo Horizonte	22º	25º	14,8	22º	16º	75,4
Rio de Janeiro	9º	5º	56,5	6º	4º	131,1
São Paulo	4º	4º	64,8	1º	3º	138,8

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

As evidências permitem afirmar que a escalada da violência homicida no país avança, vitimando principalmente a juventude. O **Gráfico II** revela que existem marcadas diferenças no número de óbitos por homicídios nas diversas idades. No Brasil, até os 13 anos, registram-se poucos casos de morte por homicídio. A partir de 14 anos, o número de vítimas de homicídio tende a crescer até a idade de 20 anos. A partir daí, o número cai gradualmente.

GRÁFICO II



Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

Nos Estados da região Sudeste, para a faixa etária de 15 a 24 anos, identifica-se a seguinte situação, detalhada por idade na Tabela XI:

TABELA XI - Participação (%) dos homicídios no total dos óbitos por idade simples Faixa etária: 15 a 24 anos - Local: Estados da Região Sudeste ANO 2000

UF	Idade (anos)										Total 15 a 24
	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
MG	16,9	17,8	19,8	26,9	23,8	22,5	23,4	20,6	24,4	22,1	22,4
RJ	44,0	51,0	56,0	58,4	58,3	57,3	52,5	52,1	51,8	51,5	53,9
ES	25,5	51,4	52,0	51,2	55,3	51,8	53,4	44,7	47,0	49,1	49,4
SP	37,6	46,4	55,6	55,0	53,9	53,5	50,3	49,7	48,7	45,6	50,4

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA XII - Participação (%) dos homicídios no total dos óbitos por idade simples Faixa etária: 15 a 24 anos - Local: capitais dos Estados da Região Sudeste - ANO 2000

Capitais	Idade (anos)										Total 15 a 24
	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
MG	38,8	35,7	41,7	48,2	37,4	29,4	36,7	36,5	44,6	37,6	38,0
RJ	44,8	51,1	58,9	60,5	61,9	56,0	52,0	53,1	52,0	54,8	55,0
ES	18,8	58,3	36,0	37,9	40,9	56,0	37,1	44,4	34,6	38,5	39,4
SP	49,3	60,3	65,2	69,3	65,8	61,9	62,4	60,2	62,5	56,0	61,9

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Em destaque os percentuais acima de 50%, tanto nos Estados como nas capitais, ressaltando mais uma vez a diferença da realidade no Estado de Minas e, principalmente, mostrando a trágica condição dos jovens, de forma particular nos estados de São Paulo, Rio e Espírito Santo e suas respectivas capitais.

3 ESTRATÉGIAS DA PMMG ANTE A MORTALIDADE VIOLENTA POR HOMICÍDIO ENTRE JOVENS

Conforme mencionado na Introdução, apesar de não constituir objeto central deste artigo, mostrou-se interessante mencionar quais estratégias tem a

PMMG adotado, em relação ao problema da violência entre jovens em Minas Gerais. As estratégias, sintetizadas em *integração* e *cientificidade*, encontram-se associadas e são observáveis em cinco programas: o *Fica Vivo*, o CRC, o SIDS, o PROERD e os CONSEP¹².

O *Fica Vivo* é denominação escolhida pela comunidade do aglomerado Morro das Pedras, para o Programa de Controle de Homicídios. Este surgiu em 2001 e reuniu, em torno do problema da mortalidade violenta entre jovens, vários órgãos da Administração Pública Estadual e do Município de Belo Horizonte, empresários e conselho de moradores do aglomerado. A eleição deste para *piloto* do Programa deu-se por se verificarem no local os maiores índices de morte por brigas entre gangues. Por meio de apontamentos de ordem sociológica fornecidos pelo Crisp/UFGM e do potencial de trabalho da Polícia Militar, procedeu-se à implantação do programa em dois níveis de intervenção: proteção social e ação conjunta entre os órgãos integrantes do sistema de Defesa Social do Estado.

Atualmente, a Corporação tem presença mínima no local, atuando maciçamente os outros órgãos. Ao início de 2003, a Secretaria de Estado da Defesa Social assumiu a coordenação geral do Programa e tem o objetivo de, a partir das experiências desse *piloto*, expandir o Fica Vivo para outras áreas críticas do Estado. Os números de mortes de jovens tem apresentado decréscimo desde a implantação do Programa no Morro das Pedras. O primeiro grande teste para a comunidade local foi a inauguração de uma micro-empresa (pizzaria), inaugurada em agosto de 2003, montada por meio de arrecadações dos gestores do Programa e na qual atuam, como administradores e funcionários, jovens do aglomerado.

Os CRC constituem centros de referência onde os moradores de aglomerados urbanos (favelas) têm acesso a serviços essenciais à efetiva promoção da Justiça. Baseiam-se no pressuposto de que ao Estado contemporâneo cabe a responsabilidade de ocupar espaços historicamente por

¹² Segundo o Programa PROERD mineiro, constituem parceiros da Polícia Militar no seu desenvolvimento o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), organizações dos governos do Estado e dos Municípios, apoiadores não-governamentais, famílias dos alunos, seus professores atuais, Diretoria de suas escolas e empresas privadas voluntárias. O objetivo é “diminuir a violência e prevenir o uso de drogas por crianças e adolescentes em Minas Gerais, mediante aulas no seu ambiente escolar”.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

ele abandonados, que correspondem às regiões em que, por inércia da Administração Pública, veio se instalando nos últimos anos uma sensação de ausência do Poder Público, fator responsável por um clima de legitimidade da justiça pelas próprias mãos. Estudo realizado sob a coordenação de POCHMANN e AMORIM (2003), permite estabelecer uma relação entre exclusão social e a violência, partindo da idéia de que a esta encontram-se mais expostos os moradores de aglomerados urbanos.

Em 2003, sete aglomerados urbanos de Belo Horizonte possuem CRC. Nesses locais, atuam agentes do Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil e de outros órgãos do Poder Público, oferecendo aos residentes meios para a solução pacífica de conflitos. O custeio das despesas com a prestação desse serviço ocorre com base em convênio firmado entre o Governo do Estado e a SENASP/ Ministério da Justiça, e na parceria entre a UFMG, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Telemar, os CORREIOS, a Loteria Mineira, o SEBRAE e, principalmente, os moradores desses aglomerados, geralmente organizados em conselhos comunitários.

O SIDS é um sistema concebido para a gestão das informações de segurança pública, gerenciamento que vai desde o atendimento das emergências policiais pela Polícia Militar, até a execução penal, passando pela investigação policial, o controle de inquéritos e processos judiciais. Baseia-se no intercâmbio, num mesmo sistema central, de dados armazenados nos sistemas dos órgãos públicos ligados à prevenção e à repressão ao crime. O resultado mais visível dessa integração é o fim do retrabalho na digitação de dados e produção de estatísticas, facilitando a formulação de políticas sociais e de antecipação aos movimentos da criminalidade.

Dois módulos sustentam toda essa estrutura: o **REDS** (Registro de Eventos de Defesa Social), que terá abrangência em todo o Estado e simboliza a padronização do boletim utilizado para registro de ocorrências pelas equipes dos diversos órgãos participantes do SIDS que atuam nas ruas, e um **módulo de estatística espacial**, que permitirá, dentre outras análises, visualizar, em mapas, o comportamento criminal em uma determinada localidade (região, área, setor, sub-setor, município, bairro, rua, etc). Sua utilidade está em racionalizar e potencializar o emprego de recursos humanos e logísticos do Estado, no amplo espectro de ações que integram a prestação da defesa social.

No que diz respeito ao seu comportamento em relação ao SIDS, a PMMG fez constar no Plano Estratégico 2003-2007 (p. 51), o objetivo de

implantar o SIDS em todas as frações da Instituição (presente nos 853 Municípios do Estado), mediante o desenvolvimento do módulo de registro de eventos de Defesa Social (REDS), que se destina ao registro informatizado de boletins de ocorrências policiais, tanto da Polícia Militar quanto da Civil, de trânsito, de meio ambiente e de bombeiro, bem como de requisições e representações.

O PROERD é programa que funciona em Minas Gerais desde 1998², já instalado em várias Unidades da Federação brasileira, proveniente do Distrito Escolar de Los Angeles/EUA e idealizado pela professora Ruth Rich, em 1983; chegou ao Brasil no início dos anos 1990, por meio da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e consiste num conjunto de dezessete lições, aplicadas em um módulo semestral por policiais-militares previamente treinados, a um público de crianças localizadas na faixa etária de 9 a 12 anos.

A seleção das escolas dá-se pelo critério de maior exposição de seus alunos a fatores geradores da violência e a outros capazes de induzir ao uso de drogas, dentre eles a convivência em áreas geográficas consideradas críticas do ponto de vista de carência ou ausência de aporte de recursos públicos e de insuficiente desenvolvimento de políticas sociais pelo Estado. Foram formados em todo o Estado de Minas Gerais, no período de 1998 a 2003 (1º semestre), 65.055 crianças, oriundas de 508 escolas públicas e privadas.

CONSEP não é peculiaridade de Minas Gerais, tampouco o Estado é pioneiro na sua constituição. No entanto, o conhecimento do que trata a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública Nr 05/2002, expedida pela PMMG aos seus administradores, é ilustrativo do significado dessa sigla e do modelo de relação entre a comunidade e os órgãos públicos incumbidos de lhe prover segurança:

Modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5.º, XVII da Constituição Federal, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município. (...) Os CONSEP têm vida própria e subordinação apenas à publicidade e à lisura de seus atos, que a PMMG pretende enfatizar por mecanismos como a prestação de contas, eleições periódicas e registro público.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

O PROERD, os CONSEP, os CRC, o SIDS e o Fica Vivo representam também o ingresso da *cientificidade* nas políticas públicas desenvolvidas nas ações da PMMG em razão dos mecanismos de acompanhamento, aprimorados continuamente, que têm subsidiado, inclusive por meio de mapas geoprocessados, a escolha de prioridades institucionais no desempenho de seu papel constitucional.

Com o efetivo ingresso da SENASP na cena da gestão nacional da segurança pública, e a opção político-técnica de sua equipe, a partir de 2003, por condicionar o repasse de recursos aos Estados à apresentação de projetos e à prestação de contas, tanto a *integração* quanto à *cientificidade* vêm se consolidando como características centrais da relação polícia-comunidade. Todas as quatro frentes de ação estratégica descritas neste tópico representam o empenho da PMMG em interferir no fenômeno da violência, sendo uma expectativa institucional que o público de jovens enfocado neste artigo seja alcançado direta ou indiretamente, a curto, médio ou longo prazos, pelos resultados de todo esse trabalho.

4 CONCLUSÃO

Atendendo aos objetivos deste artigo, desenvolveu-se a análise dos dados disponíveis sobre mortalidade violenta por homicídio, focando-se nos jovens da faixa etária entre 15 e 24 anos, em comparação com a população total, residente nos estados da região Sudeste, no período de 1991 a 2000. Para isso, centrou-se a identificação e caracterização da violência, de forma a comprovar que, longe de ser produto aleatório de atores isolados, é possível configurar “tendências”.

À parte do cenário trágico revelado pelos dados e indicadores apresentados e da constatação de ser possível calcular, com uma pequena margem de erro, o número de jovens que morrerão nos próximos anos, mantidas as condições sociais, políticas e econômicas, revela-se, por outro lado, o aumento da capacidade do poder público e da sociedade reverterem esse processo, na medida em que se conhece mais profundamente esse problema.

Os caminhos para a promoção dessa mudança passam pela definição de políticas e estratégias que estimulem a plena inserção dos jovens e articulem esforços e iniciativas do setor público seja federal, estadual ou municipal, da esfera privada, das organizações não-governamentais e dos próprios jovens, por meio da valorização e do fortalecimento da identidade juvenil e da sua participação como setor consciente e ativo na construção da cidadania. Deixou-

se de avaliar especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, por fugir aos propósitos do estudo.

As intervenções realizadas visando alterar esse quadro devem ser acompanhadas e avaliadas a partir dos indicadores que apontaram e definiram o problema. Esse trabalho pretendeu comprovar a importância da sistematização, estruturação e confiabilidade dos dados, da relevância da construção de indicadores para a análise e propostas de intervenção.

Mostrou-se o modo como a PMMG está lidando com o problema aqui diagnosticado. Por se tratarem de políticas de longo prazo, ainda é cedo para mensurar resultados do *Fica Vivo*, do PROERD, do trabalho dos CONSEP, do funcionamento dos CRC e do SIDS. Contudo, a prática e a observação cotidiana têm mostrado que essas estratégias constituem um bom começo, menos susceptível às discontinuidades de gestão, porque subsidiadas por metodologia própria e ancoradas em uma crescente cientificidade.

A violência entre os jovens tem raízes cuja identificação este artigo não pretendeu explorar. No entanto, algumas respostas para o problema já foram obtidas. Mediamente, o SIDS, os CONSEP, os CRC e o PROERD lançam esperança de um futuro menos violento. Por seu turno, o *Fica Vivo* significa respostas mais objetivas e imediatas para o problema. Em todas essas estratégias, a aproximação – necessária, oportuna e inadiável – entre o Estado e a sociedade, no campo das ações contra a violência, vai inaugurando um tempo de travessia entre um modelo em crise, baseado na distância entre o promotor e os destinatários da segurança pública, e um tempo novo, escrito sob o signo da participação.

A mortalidade violenta entre jovens na Região Sudeste, diagnosticada neste artigo, expõe causas diretamente vinculadas à segurança pública, mas também insinua outras, que merecem estudo e a adequada intervenção. Compreendê-las é o passo seguinte e talvez a chave para o entendimento de uma questão essencial à segurança no Brasil. Agir sobre essas causas é um dos grandes desafios, talvez o maior, posto aos cientistas sociais, à classe política e à sociedade como um todo. O futuro, não mais simplesmente aguardado, mas responsabilmente escrito, terá muito a reportar.

Abstract: Recongnizing and analyzing tendencies for the Southeast Region, in a context of criminality and security. There are a great number of violent homicides among youths in this Region. The Police Department has adopted norms to confront these problems

Key words: Homicides, youths, tendencies, strategies of intervention.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. *Tabelas de unidades territoriais*. Departamento de Informática do SUS (DATASUS), acessado em 09Jun2003, em www.datasus.gov.br.

JANNUZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceito, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Diretriz para a produção de serviços de segurança pública, Nr 05*. Disciplina o apoio à estruturação e funcionamento de conselhos comunitários de segurança pública – CONSEP – em Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 2002.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD*. Belo Horizonte: Seção de Emprego Operacional/Estado-Maior/Comando-Geral, 2003.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Plano Estratégico 2003-2007*. Belo Horizonte: Comando-Geral, 2003.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência III: os jovens do Brasil, juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2002.

ZALUAR, Alba. *Qualidade de dados: políticas públicas eficazes e democracia*. IV Conferência Nacional de Estatística. Textos para discussão. Vol. 3. Rio de Janeiro, UERJ, 1996.

AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO MILITAR DA PMMG¹



MARCOS ANTÔNIO SANTOS

Major da PMMG, Mestre em Administração Pública - EG/FJP, Especialista em Informática Aplicada - CEFET/MG, Pós-graduado (aperfeiçoamento) em Gestão e Organização Educacional - FAE/UFMG, Supervisor de Ensino e Subcomandante do Centro de Ensino Técnico da Academia de Polícia Militar.

Resumo: *O artigo apresenta o enfoque da educação profissional na LDB e sua regulamentação, discute as especificidades do ensino militar, que lhe confere identidade ímpar e, por fim, analisa a aplicabilidade das normas educacionais nacional ao ensino policial-militar de Minas Gerais no contexto atual.*

Palavras-chave: *Ensino militar; educação profissional; formação policial-militar e segurança pública.*

1 INTRODUÇÃO

Desde a época de cadete, ouvia professores e instrutores se referirem ao ensino ministrado na Academia de Polícia Militar (APM) como próprio e regulado em lei específica, diferente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esse fato me intrigava, até que em 2000 resolvi investigar os motivos que levaram o legislador a tratar o ensino militar fora das molduras da LDB.

Parece-me oportuno tratar desta questão neste momento, pois, pioneiramente, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) desenvolve vários projetos de cursos que traduzem características endógenas da Corporação que, a princípio, parecem ir de encontro às normas da educação nacional. Nesse cenário, os idealizadores dos novos cursos em construção - técnico e bacharel

¹ Artigo originado de dissertação de mestrado do autor sobre a formação básica do policial-militar de Minas Gerais.

As especificidades do ensino militar da PMMG

em segurança pública - e os conselheiros do Conselho Estadual de Educação (CEE) trabalham com indagações, devido a incerteza de tratar a questão das especificidades do ensino militar em tais projetos.

Por este motivo, o objetivo deste artigo é comparar o ensino militar da PMMG com a educação profissional nacional. Para tal, serão examinadas as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a educação profissional em relação às normas e estrutura de ensino da PMMG, para abordar as especificidades do ensino militar e a legislação que condiciona a formação do policial-militar de Minas Gerais.

O resultado desta investigação, que pretende atingir o objetivo proposto, se encontra descrito a seguir.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA LDB

A atual LDB trouxe nova concepção para a educação profissional, na tentativa de superar os enfoques assistencialistas e economicistas dessa modalidade educacional, bem como do preconceito social que a desvalorizava. A respeito disso, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) manifestou que,

(...) após o ensino médio, a rigor, tudo é educação profissional. Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos sequenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária (BRASIL, Conselho Nacional de Educação, 1999a:23).

Logo em seu art. 1º, a LDB disciplina que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em vários ambientes, inclusive no trabalho, e, no art. 2º, que uma das finalidades da educação é a qualificação do educando para o trabalho. Mais adiante (art. 17), trata dos sistemas de ensino estaduais que compreendem as instituições mantidas pelo poder público (BRASIL, 1998b).

O capítulo III, formado pelos arts. 39 a 42, é dedicado exclusivamente à educação profissional, que deve ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, ciência e tecnologia, e deve ser conduzida de modo que desenvolva aptidões para a vida produtiva. Permite o reconhecimento e a certificação de

seus cursos para prosseguimento ou conclusão de estudos, desde que os diplomas sejam devidamente registrados.

Pela primeira vez, uma lei da educação regulamenta a formação técnico-profissional, dá-lhe contornos próprios e define formas de financiamento, caracteriza, inclusive, que as despesas com essa modalidade de ensino não são consideradas manutenção e desenvolvimento do ensino, e estão fora do percentual de recursos tributários constitucionalmente obrigatórios para a educação.

A educação profissional, portanto, não substitui a educação regular. Enquanto esta se insere entre os direitos universais e inalienáveis do cidadão, a educação profissional, de modo complementar e integrado a esta, deve ser entendida como processo, com começo, meio e fim, a cada momento. Para tanto, seu foco é estabelecido na empregabilidade (mercado), entendida não apenas como capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de mantê-lo num mercado de trabalho em constante mutação.

3 A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Decreto n.º 2 208, de 17 de abril de 1997, regulamentando os arts. 39 a 42 da LDB, que tratam da educação profissional, estipula dentre seus objetivos: formar profissionais para exercer atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, para sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1998a).

Esse Decreto disciplina que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. Estipula, ainda, que a educação profissional compreende os níveis básico, técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio - e tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

As especificidades do ensino militar da PMMG

Em relação à educação tecnológica, referida no Decreto 2 208, de 17 de abril de 1997, a Lei n. 8 948, de 8 de dezembro de 1994, já havia instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SNET), integrado pelas instituições de educação tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao MEC e sistemas congêneres dos Estados, Municípios e Distrito Federal, prevendo, também, a participação da rede particular no SNET, desde que sejam ouvidos os respectivos órgãos superiores deliberativos² (BRASIL, 1999).

O SNET tem como finalidade permitir melhor articulação da educação tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais incluídas na política nacional de educação, para o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração com os diversos setores da sociedade e do segmento produtivo.

O Decreto n.º 2 406, de 27 de novembro de 1997, regulamentando a Lei n.º 8 948, estipula que os Centros de Educação Tecnológica representam modalidade de instituições especializadas de educação profissional, e têm por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada (BRASIL, 1998c).

Dentre as características básicas dos Centros, o Decreto especifica a oferta de educação profissional; a conjugação, no ensino, da teoria com a prática; a integração efetiva *et*. educação profissional ao trabalho; desenvolvimento da atividade docente estruturada, observada a qualificação exigida em cada caso; organização flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos. Os Centros Federais de Educação Tecnológica gozarão de autonomia para criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da educação profissional.

A Portaria n.º 2 267, de 19 de dezembro de 1997, ao estabelecer diretrizes para elaboração do projeto institucional de que trata o Decreto n. 2 406, que regulamenta a Lei n. 8 948, prevê que o processo de implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica far-se-á mediante a aprovação, pelo MEC, do projeto institucional de cada instituição de ensino (BRASIL. Ministério da Educação, 1997).

² Essa Lei, apesar de ser anterior à LDB e sua regulamentação, foi sancionada com base em seu projeto, que se encontrava em tramitação no Congresso Nacional.

A Portaria 1 647, de 25 de novembro de 1999, que dispõe sobre o credenciamento de Centros de Educação Tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional, especifica que a instituição interessada em credenciar-se como centro de educação tecnológica dirigirá sua solicitação, sob a forma de projeto, ao MEC, constando o elenco dos cursos que pretende implantar, bem como daqueles de educação profissional de nível técnico já autorizados pelo respectivo sistema de ensino.

A análise do projeto será efetuada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) do MEC, constando de verificação de adequação técnica e sua conformidade à legislação aplicável e de avaliação de mérito por comissão de especialistas. O não-atendimento dos requisitos legais ou técnicos ou a avaliação negativa de mérito implicará o envio do projeto ao CNE, com indicação de indeferimento. Já o atendimento dos requisitos legais e técnicos, com avaliação positiva do mérito do projeto, facultará sua implementação, mediante prévia assinatura de termo de compromisso.

As análises da comissão de especialistas serão realizadas com base em padrões, critérios e indicadores de qualidade para cursos e áreas específicas, estabelecidos pela SEMTEC do MEC, ouvido o CNE, que as submeterá à homologação do Ministro da Educação. Ocorrendo parecer favorável, será expedido o ato de autorização, o qual constitui requisito prévio indispensável para a realização do processo seletivo para preenchimento das vagas iniciais do curso autorizado. Caso o parecer seja desfavorável à autorização, a instituição só poderá apresentar nova solicitação relativa ao mesmo curso, após o prazo de dois anos, a contar da data da publicação da homologação.

A autorização para o funcionamento terá prazo de validade de um ano, para os cursos com duração de até dois (2) anos, e de dois (2) anos, para os cursos de três (3) anos de duração, a contar do início de seu funcionamento, findo o qual ocorrerá nova avaliação, *in loco*, por uma comissão de especialistas da SEMTEC do MEC, para fins de reconhecimento.

As instituições credenciadas poderão abrir novos cursos de nível tecnológico de educação profissional, nas mesmas áreas profissionais daqueles já reconhecidos, independentemente de autorização prévia, devendo encaminhar projeto para o reconhecimento dos referidos cursos. A abertura de novos cursos de nível tecnológico da educação profissional, nas áreas em que a instituição ainda não tiver cursos reconhecidos, depende da autorização de funcionamento.

As especificidades do ensino militar da PMMG

Os Centros de Educação Tecnológica terão a prerrogativa de suspender ou reduzir a oferta de vagas em seus cursos de nível tecnológico de educação profissional, para adequá-la às necessidades do mundo do trabalho, formalizando tal ato por meio de comunicação à SEMTEC do MEC. Os cursos serão autorizados a funcionar em um *campus* determinado, especificado no projeto, e indicado expressamente no ato da autorização.

4 AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO MILITAR EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Antes de iniciar a discussão das especificidades do ensino militar em relação à educação profissional nacional, vale lembrar que, ao instituir diretrizes curriculares para a tal modalidade de educação, o MEC teve por premissa possibilitar a definição de metodologias para elaboração de currículos, a partir de competências profissionais por área, cabendo a cada instituição constituir seu currículo pleno com flexibilidade, para atender as demandas do cidadão, mercado e sociedade.

Tem-se de reconhecer que os pareceres e resoluções - expedidos pelos conselheiros do CNE e homologados pelo Ministro da Educação - conseguiram traduzir estes objetivos sem engessar a flexibilidade curricular. Isso foi possível, graças à determinação contida na LDB de que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em vários ambientes, inclusive no trabalho. A qualificação profissional do educando é uma das finalidades da educação, que deve ser conduzida, de modo que desenvolva aptidões para a vida produtiva.

Diferentes das diretrizes do MEC e bases curriculares do Ministério da Justiça³ (MJ), apresentam-se a legislação e a filosofia do ensino militar e, particularmente, as normas para a educação profissional de segurança pública

³ O MJ, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, apresentou, em dezembro de 1999, às forças policiais do País sua proposta de bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão. A proposta iniciou-se com uma análise externa e interna das organizações policiais, em 1998, que concluiu pela necessidade de mudança na formação dos policiais. As bases curriculares objetivam propor a reformulação dos currículos dos cursos de formação dos policiais federais e estaduais, com o intuito de proporcionar a unidade de pensamento e ações adequadas às necessidades sociais atuais. Considerando a natureza autônoma do ensino policial nas unidades federativas, procura descrever um modelo de perfil desejado para o profissional da área de segurança do cidadão, e contém as competências básicas que serão necessárias à construção do novo modelo de formação proposto para as forças policiais.

da PMMG. Em determinados casos, chega-se a discutir a necessidade de alguns princípios se encontrarem insertos nos documentos normativos da Instituição. A exposição desse conjunto de características da organização militar estadual torna-se essencial ao exame deste estudo sobre a formação policial-militar, na medida em que se constitui nas especificidades da estrutura do ensino militar da Instituição e no dos objetivos deste artigo.

A LDB, em seu art. 83, estabelece que o ensino militar é regulado em Lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. Analisando este artigo, Souza, Silva (1997) concluem que o ensino militar não cabe nas molduras da LDB, em virtude de sua natureza voltada para estrita profissionalização, envolvendo comportamentos disciplinares rígidos, manejo de armas e posse de procedimentos e informações, por vezes, sigilosos e reservados.

As conclusões desses autores encontram respaldo nas especificidades do ensino militar, percebidas, inicialmente, na grade curricular dos cursos da Instituição, dotada de disciplinas tais como armamento e equipamento policial, tiro policial, ordem-unida, técnica policial, munições e explosivos, defesa pessoal e outras que não são estudadas em nenhum currículo do ensino regular e profissional. O conhecimento necessário à atividade policial-militar é forjado em escolas que cultuam a hierarquia e disciplina como sustentáculos da organização, fugindo ao padrão da educação regular e profissional.

Sabidamente, a LDB previu que o ensino militar deve ser regulamentado em lei específica, pois essa modalidade de formação profissional tem características endógenas que lhe conferem identidade muito particular, classificada por alguns educadores como educação não-formal.⁴

Esse caráter não-formal atribuído ao ensino militar atende a filosofia educacional, mas não condiz com a realidade e o significado do termo. A meu ver, o ensino militar caracteriza-se como modalidade de educação excessivamente formal, pela variedade de normas que o regulamentam e interferem em seu desenvolvimento.

A primeira especificidade do ensino militar refere-se ao grau de autonomia das escolas. Na PMMG, o Centro de Ensino Técnico (CET), Centro de Ensino

⁴ Modalidade de educação não-regulamentada pela LDB. No caso da PMMG, uma Lei Estadual (6.260, de 13 de dezembro de 1973) formaliza o desenvolvimento do ensino na estrutura da Instituição, atendendo dispositivo da própria LDB (art. 83).

As especificidades do ensino militar da PMMG

de Graduação (CEG), Centro de Pesquisa e Pós-graduação (CPP) e Centro de Treinamento Policial (CTP) - que integram a APM - e as Companhias de Ensino e Treinamento (Cias ET) - no interior do Estado - que desenvolvem os cursos necessários à atividade de segurança pública têm autonomia relativa, pois não executam todo o seu planejamento. Na estrutura da PMMG, essas escolas profissionalizantes recebem o modelo curricular formatado para as necessidades da Instituição, mas não podem alterá-los nem ao cronograma de seus funcionamentos. Também não podem nomear professores de outras organizações nem modificar os regulamentos de cursos e o regimento interno.

Essas funções são próprias do Diretor da Academia, que também tem poderes limitados quanto aos órgãos que dirige. Na escala hierárquica, o Chefe do Estado-Maior vem em primeiro lugar, seguido do Comandante-Geral, que é quem tem poderes para decidir os destinos do ensino de segurança pública na PMMG. As instituições de ensino, referidas anteriormente, têm autonomia apenas para nomear os professores internos das escolas e desenvolverem os conteúdos programáticos de cada disciplina, mesmo assim os programas de cursos têm de ser aprovados pelo Diretor da APM. Nas unidades descentralizadas ou interiorizadas, onde o ensino também ocorre, compete ao comandante de batalhão administrá-lo em todos os seus aspectos, por meio das companhias-escola e da seção de pessoal, e as restrições que atingem os Centros repercutem, em maior grau, no interior do Estado.

Essas características, da estrutura da Instituição, vão de encontro à autonomia das escolas preconizada na LDB, mas que são justificáveis no caso da PMMG. Na estrutura militar, não é a escola que define o perfil do profissional de uma instituição, mas a própria organização, apoiada em políticas governamentais, é que define o tipo de funcionário apto a servir aos cidadãos e à sociedade. Além disso, uma das finalidades do ensino de segurança pública é proporcionar embasamento e habilitação profissional aos policiais-militares para o exercício de seus cargos previstos em lei. O ensino militar não segue somente a LDB, mas também uma infinidade de normas próprias, o que lhe confere identidade ímpar.

Outra característica da formação básica policial-militar refere-se ao ato de matrícula do aluno no curso. Ao candidato interessado não basta simplesmente dirigir-se a um Centro ou a uma Companhia de Ensino e Treinamento (Cia ET), com histórico escolar e documentos pessoais para consolidar sua intenção de realizar algum curso. Para matricular-se no Curso Técnico em Segurança Pública

(CTSP) ou Curso de Formação de Oficiais (CFO), o candidato precisa ser aprovado em concurso público - dentro do limite de vagas -, para ocupar o cargo de soldado de segunda classe ou de cadete.

A partir da matrícula, o aluno adquire a condição de funcionário público da classe dos militares estaduais, com uma série de direitos e deveres. Um de seus direitos é a exoneração ou exclusão do cargo por ele ocupado. A administração tem o dever de assegurar ao policial-militar o uso do contraditório e a ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV, da Carta Magna, antes de desligá-lo do curso. Esse direito, muitas vezes, acarreta inúmeros problemas à administração da escola, que não pode cancelar a matrícula do aluno por infração de seu regimento interno ou regulamento de curso, em razão do envolvimento do fato com normas próprias da Instituição e constitucionais caracterizar superposição organizacional.

No concurso para admissão de alunos do CTSP ou CFO, exige-se uma série de exames psicológicos e de saúde, que complicam o desenvolvimento do curso, em virtude de vários candidatos se maticularem mediante liminar judicial. Essa situação ocorre com frequência e diz respeito ao questionamento de vários resultados de exames (psicotécnico, de sangue, de vista, somático e outros). Com isso, vários alunos são incluídos no CTSP e CFO, por decisão judicial, ao longo dos cursos, acarretando dificuldades para a integralização das disciplinas, nomeação de professores e conclusão dos cursos. Aberrações também acontecem e são provocadas por sentenças judiciais que determinam abono de faltas de alunos, em desrespeito à frequência mínima prevista na LDB - e nas normas de ensino da PMMG -: 75% da carga horária. Existem casos de alunos se maticularem no curso, quando este se encontra na metade de sua realização, e serem promovidos sem a devida conclusão do CTSP ou CFO.

Ainda quanto a essas especificidades, o aluno está sujeito à rígida disciplina militar, que tem o propósito de moldar-lhe o comportamento requerido pela estrutura e hierarquia castrense, além de ter de submeter-se às cominações previstas no código penal e penal-militar. Conforme seu comportamento, por faltar ou chegar atrasado à aula, ele pode ser punido disciplinarmente ou condenado por não cumprir ordem legal de superior hierárquico. Esta última situação torna o aluno, de um momento para outro, em criminoso, que pode ser preso em flagrante delito e colocado à disposição da justiça militar.

Os dois casos exemplificados, numa escola regular, não se configurariam em situações graves. No máximo, provocariam moção ou advertência, caso os

As especificidades do ensino militar da PMMG

fatos tivessem outras vertentes envolvidas. Esse cenário extremamente exigente e controlador cria, tanto para o aluno quanto para a administração, ambiente desagradável para o ensino e, algumas vezes, interfere no relacionamento entre aluno e professor, com prejuízo para o ensino e a aprendizagem.

Mais uma especificidade do ensino militar de Minas Gerais trata-se das próprias diretrizes para a educação profissional de segurança pública que, na realidade, não traçam as linhas macronormativas para o desenvolvimento do ensino na PMMG, mas se constitui em documento extremamente detalhado. Este mais se assemelha a regimento escolar ou a regulamento específico de curso, deixando pouca margem às escolas para interpretar as nuances próprias de cada curso sob sua égide.

Essa abrangência normativa e detalhamento das regras justificam-se, em parte, pelo número de escolas que habilitam e qualificam os militares da Instituição. Ao todo, são doze escolas e, conseqüentemente, a mesma quantidade de pessoas responsáveis pela direção (comandantes) que, em tese, podem decidir, de formas divergentes, sobre os mesmos casos, prejudicando a homogeneidade de comportamentos específicos ligados ao ensino militar, e acarretar vários tipos de ações judiciais, prejudiciais à carreira policial e aos cofres públicos.

A necessidade de detalhar excessivamente as diretrizes está relacionada com a variedade extensa de normas que regulamentam as atividades dos profissionais de segurança pública de Minas Gerais. Se algumas minúcias são necessárias, todo o excesso pode ser prejudicial ao ensino. As diretrizes que vigoraram de 1996 a 2002 foram modificadas, 35 vezes, e a atual foi alterada, quatro (4) vezes, no período de seis (6) meses. A maior parte dessas modificações não caberia numa diretriz, pois se refere a comportamentos esporádicos, aplicados a situações específicas. Esse costume de modificar normas internas para atender interesses imediatos e casuísticos⁵ - o qual proporciona decisões políticas em detrimento das técnicas - faz parte da cultura militar e encontra-se enraizado no seio da administração, constituindo mais uma característica do ensino da PMMG.

Outro detalhe que caracteriza o ensino militar é a disposição total dos alunos para freqüentar o curso, em detrimento de outras atividades, e o fato de eles receberem salário integral nesta situação. O ano escolar e o calendário de

⁵ Provocado por medidas de caráter específico, baseadas em casos concretos e não em preceitos gerais, que não permitem ao colegiado decidir cada caso, pois as diretrizes direcionam a decisão a ser tomada.

ensino são desgastantes, pois o aluno assiste a oito (8) aulas por dia, perfazendo 1 600 horas durante o ano letivo, praticamente o dobro da educação regular. Permeando as aulas curriculares, os alunos executam vários tipos de policiamento, serviços e outras atividades que fogem totalmente ao ensino regular ministrado no mundo civil. Tudo isso constitui exigência institucional de cumprir carga horária semanal de 40 horas, aliado à questão de o aluno encontrar-se empossado em cargo estadual.

Todas as unidades que executam o ensino na Organização elaboram planejamento detalhado de desenvolvimento de seus cursos, amparado nas diretrizes do Comandante-Geral, e remete-o à Academia de Polícia Militar para aprovação, acompanhamento e supervisão.

A Academia funciona, institucionalmente, como órgão normalizador do ensino de segurança pública. Qualquer dúvida a respeito de procedimento escolar, que seja adotado no âmbito da PMMG, é esclarecida pela APM em parecer, nos moldes dos conselhos estaduais e nacional de educação. Algumas vezes, quando a questão envolve toda a Corporação, a decisão final é do Chefe do Estado-Maior ou do Comandante-Geral.

Em razão de o aluno de escola militar ser funcionário de carreira, outra particularidade que se apresenta é a responsabilidade que a Instituição assume, caso ocorra ao discente algum sinistro. Se o aluno se machucar ou ficar impossibilitado para a atividade policial, em decorrência de prática de alguma disciplina escolar (educação física, defesa pessoal, marchas e competições desportivas), o Estado tem o dever de proporcionar-lhe assistência médica, trancar sua matrícula no curso e garantir seu retorno às aulas, quando se recuperar.

Essa tutela estatal é garantida ao aluno-funcionário público pela legislação vigente, que lhe entende a situação de aprendiz e faz-lhe algumas concessões, mesmo com as atividades curriculares acompanhadas por professor. Tal situação, bastante comum, provoca perda de aulas e acarreta novas contratações de professores e outros prejuízos para o desenvolvimento do curso.

A freqüência às atividades curriculares do curso é outro ponto em que o ensino militar difere do regular. Na PMMG, o aluno é obrigado a participar de todas as aulas previstas, e sua ausência não-justificada da sala de aula constitui transgressão disciplinar. Somente o comandante da unidade, em caso de urgência e comprovada necessidade, pode dispensar o aluno de atividade escolar e, quando isto ocorre, o abono de faltas é justificável até o limite de 15% da carga

As especificidades do ensino militar da PMMG

horária por disciplina. Numa escola militar, é proibido faltar às aulas, mas é permitido abonar faltas, ambas as atitudes justificadas em relação ao ensino regular, pelo caráter funcional do aluno.

A avaliação da aprendizagem é outro aspecto divergente, pois ela tem, no meio militar, a finalidade de classificar os alunos para as atividades de segurança pública dos cidadãos e redundando em posição hierárquica na Instituição. Sempre que mais de 25% dos alunos não alcançarem a média mínima para aprovação em determinada disciplina, pode-se realizar uma pesquisa pedagógica⁶ para investigar os motivos do baixo rendimento escolar.

A avaliação da aprendizagem é procedimento tão sério, no meio militar, que a utilização de meios fraudulentos ou má-fé pelo aluno, durante a realização de qualquer prova, gera punição disciplinar e grau zero (0) na disciplina. O aluno que se envolve em fatos que comprometem a moral e a profissão, ou é condenado por sentença definitiva à pena restritiva de liberdade, ou pode ser demitido da PMMG, se assim o decidir o conselho de ética e disciplina militar da escola.

Também é expulso da Instituição o aluno que revela conduta indevida ou desonrosa, ou comete falta que o incompatibiliza com a carreira militar, ou sofre duas punições graves no período de um ano, ou demonstra inaptidão para o serviço policial. Nesses casos, o aluno tem sua matrícula cancelada e é desligado do curso.

Mais um ponto que merece destaque é a dedicação do corpo docente militar da APM ao ensino e aprendizagem. Para melhorar a qualidade das atividades docentes, os professores precisam dedicar maior tempo às atividades de planejamento, pesquisa e avaliação das aulas. Isso não vem ocorrendo com os professores militares da APM, e pode estar relacionado com a estrutura interna da PMMG, que não prevê corpo docente militar na APM nem nas demais escolas profissionalizantes da Instituição. Com isso, o magistério nas escolas da PMMG é desenvolvido por militares e civis designados para encargos temporários que, no caso dos militares, são desenvolvidos juntamente com seus cargos rotineiros de segurança pública. Apesar de as diretrizes de ensino da PMMG considerarem o exercício da docência prioritário em relação às atividades policiais, o dia-a-dia da Instituição, na prática, nem sempre permite priorizar essa determinação.

⁶ Trata-se de uma sindicância para apurar os reais motivos que levaram tantos discentes a perderem média em determinada disciplina. Na oportunidade, são ouvidos professor, alunos e administração da escola, para chegar ao culpado pelo fracasso: se o professor, que cobrou assuntos não ministrados; os alunos, que não estudaram o suficiente; ou a administração, que deixou de observar aspectos técnicos em relação à prova.

O quadro 1 sintetiza as principais especificidades do ensino militar da PMMG comparativamente com a educação profissional nacional. Relaciona, ainda, as características endógenas da formação da Corporação com as normas legais que definem sua identidade.

QUADRO 1

ESPECIFICIDADES DO ENSINO MILITAR COMPARATIVAMENTE COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NACIONAL

ESPECIFICIDADES	ENSINO MILITAR	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	MOTIVAÇÃO LEGAL
Autonomia das escolas	Pouca	Ampla	Estrutura da PMMG
Matrícula em curso	Mediante concurso público e exames	Imediata à inscrição ou após processo seletivo	Exigências constitucionais
Normas discentes	Código de ética, penal, militar e processual-militar	Regimento da escola e regulamento de curso	Exigências constitucionais e leis federais
Diretrizes educacionais	Casuísticas e com enunciados específicos	Enunciados genéricos e amplos	Estrutura da PMMG
Disposição do aluno para o curso	Total, com direito a bolsa de estudos	Parcial, sem recebimento de bolsa de estudos	Legislação estadual
Ano letivo	1.600 horas	800 horas	Legislação interna da PMMG
Desenvolvimento do curso	Vários órgãos envolvidos	Somente a escola	Estrutura da PMMG
Vínculo do aluno com a escola	Empregatísticos	Pedagógico	Legislação estadual e interna da PMMG
Frequência	Obrigatória, com abono de faltas	Não-obrigatória, sem abono de faltas	Legislação estadual e interna da PMMG
Classificação no curso	Gera vantagens pessoais para o aluno	Inexiste o conceito classificatório	Legislação estadual e interna da PMMG
Dedicação dos docentes ao ensino	Parcial	Exclusiva	Estrutura e legislação estadual
Punição	Administrativa, disciplinar e penal	Administrativa	Legislação federal e estadual

FONTE: Adaptado de MINAS GERAIS (2003); BRASIL (1996).

As especificidades do ensino militar da PMMG

Essa breve síntese, sobre as especificidades do ensino militar da PMMG em relação à educação profissional nacional, permite relacionar as características da formação dos militares de Minas Gerais à cultura militar e à própria legislação federal e estadual, que definem a estrutura e as atividades das forças policiais-militares dos Estados.

A legislação pertinente às polícias militares tem perpetuado a tradição de forças auxiliares e reserva do Exército, e, conseqüentemente, propiciado a semelhança da estrutura da PMMG à da Força Terrestre, impedindo avanços pedagógicos mais profundos, o que tem sido minimizado, em parte, por sua recente adequação às diretrizes e bases curriculares do MEC, Ministério da Justiça (MJ) e a LDB.

A meu ver, os avanços na área de ensino são um pouco tímidos, pois a Instituição quer e precisa ir além, mas, ao mesmo tempo, vê-se compelida a cumprir uma série de normas legais que a impedem de adequar-se totalmente ao ensino regular e profissional.

Outro fator, que pode estar relacionado com a não-adequação total do ensino militar da PMMG à educação profissional nacional, é o receio de romper bruscamente o elo entre a formação curricular atual e a tradição e a cultura militar, sedimentadas nos dois últimos séculos da história de Minas Gerais e do Brasil. O temor de abalar os pilares da hierarquia e disciplina freia um pouco a implantação de metodologias modernas de ensino nas escolas militares. A Instituição quer se modernizar, mas teme que sua estrutura hierárquica, altamente disciplinada, seja apaisanada⁷.

5 A APLICABILIDADE DAS NORMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NACIONAL AO ENSINO MILITAR DA PMMG

Desde a promulgação da atual LDB, e as portarias, pareceres e resoluções que a regulamentam, a educação profissional foi colocada definitivamente na pauta da sociedade brasileira. Essas normas constituíram-se nos principais fatores que possibilitaram a implementação de cursos e currículos experimentais em várias áreas do conhecimento, devidamente ajustados à legislação vigente e aprovados pelos conselhos de educação competentes.

⁷ O termo paisano é empregado na linguagem de caserna para designar o cidadão que não é militar – o civil.

De acordo com a LDB, o ajustamento de cursos e currículos deve flexibilizar com as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico e atender as demandas do cidadão, do mercado e da sociedade. Para isso, as diretrizes do MEC para a educação profissional nacional trazem princípios, critérios, definição de competências profissionais e procedimentos que devem ser observados pelos conselhos de educação e escolas na organização e planejamento dessa modalidade de ensino, proporcionando aos cidadãos meios de acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

O cenário traçado pela atual LDB, indubitavelmente, traz nova concepção para a educação profissional, possibilitando que todos cursos realizados após o ensino médio sejam considerados profissionalizantes. Essa característica, reconhecida pelo CNE, acaba com a dualidade entre o ensino profissional e acadêmico, e, por extensão, pode ser aplicada ao ensino militar, que pode ser visto como vertente ou área desta nova educação profissional.

Apesar dos entraves provocados pela legislação e estrutura da PMMG, considero que as especificidades do ensino militar podem ser absorvidas pelas atuais diretrizes da educação profissional nacional. Na seqüência, pretendo comprovar essa possibilidade pela análise da LDB e sua regulamentação, que contemplam as normas a respeito desse tipo de ensino.

Como já foi abordado no início deste artigo, a LDB estipula que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em vários ambientes, inclusive no trabalho, com vistas na qualificação do educando para as atividades profissionais. Quando se refere aos sistemas de ensino estaduais, a LDB considera como tais as instituições mantidas pelo poder público.

Ao se referirem especificamente ao ensino profissional, as diretrizes da educação nacional determinam que ele seja integrado às diferentes formas de educação e ao trabalho, permitindo o reconhecimento e a certificação de seus cursos para prosseguimento ou conclusão de estudos, desde que os diplomas sejam devidamente registrados.

As premissas da LDB estão ratificadas no Decreto n.º 2 208, de 17 de abril de 1997, que detalha a regulamentação da educação profissional e preceitua que um de seus objetivos é a formação de profissionais aptos a exercer atividades específicas no trabalho, com escolaridade a partir do nível médio.

Esse objetivo deixa latente que a educação profissional tem seu foco voltado para o mercado e emprego, pois permite sua realização em instituições

As especificidades do ensino militar da PMMG

especializadas e nos ambientes de trabalho. Permite, ainda, que a educação de nível técnico tenha organização curricular própria e independente da do ensino médio, e seja estruturada em disciplinas agrupadas em módulos.

Os Centros de Educação Tecnológica, de acordo com o Decreto n.º 2 406, de 27 de novembro de 1997, constituem-se em instituições especializadas em educação profissional que têm por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com a sociedade. Dentre as características básicas de tais centros, encontra-se a oferta de educação profissional integrada ao trabalho, com o propósito de habilitar o técnico de nível médio.

O Decreto prevê que a implantação de centros, em âmbito federal, será efetivada após aprovação do projeto institucional da escola pelo MEC. Em nível estadual, as escolas mantidas pelo poder público que tiverem seus projetos aprovados pelo CEE serão implantadas por meio de ato do Secretário de Estado da Educação.

As diretrizes para elaboração de projetos institucionais de cada órgão de ensino, referentes à implantação de Centro Federal de Educação Tecnológica, estão previstas na Portaria n.º 2 267, de 17 de dezembro de 1997, e estipulam que o MEC constituirá comissão encarregada de proceder à análise e avaliação desses projetos, com vistas na expedição do competente decreto. A análise do projeto constará de verificação de adequação técnica e sua conformidade à legislação citada, além de avaliação de mérito por comissão de especialistas.

O credenciamento de centros, regulamentado pela Portaria n.º 1 647, de 25 de novembro de 1999, ocorrerá com o ato de autorização de funcionamento dos cursos elencados e aprovados no projeto, e terá validade de um ano. Após esse período, nova avaliação, *in loco*, será procedida por especialistas do MEC, para obtenção de reconhecimento.

Esses fatos guardam similaridade entre as reformas de formação básica em curso na PMMG - por meio do CTSP implantado no CET e Cias ET - e as normas de educação profissional nacional, pois o CTSP se enquadra na concepção de curso experimental na área de segurança pública, encontra-se ajustado à legislação pertinente e seu projeto institucional tramita no CEE para aprovação.

Quanto ao currículo do curso, este se encontra alinhado às demandas do mercado e da sociedade, pela absorção das bases curriculares do MJ, as quais propõem currículo de base comum dentro do enfoque moderno de direitos

humanos, e por englobar a formação básica aprovada pelo Conselho Nacional de Comandantes-Gerais (CNCG). Some-se a isso o fato de a PMMG, pela primeira vez, ter submetido projeto institucional de formação profissional básica ao CEE, fundamentado na proposta do MJ e na legislação educacional nacional de nível técnico.

O projeto do CTSP, implantado na Instituição, atende aos princípios da LDB em relação à educação, pois abrange os processos formativos desenvolvidos nas atividades policiais-militares, que objetivam qualificar o profissional de segurança pública para os serviços constitucionais de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. O CTSP atende a preceito do Decreto n. 2 208, de 17 de abril de 1997, inerente à empregabilidade, uma vez que a formação do educando é realizada em instituição de ensino mantida pelo poder público - no próprio ambiente de trabalho, especializada na função estatal de prover a segurança dos cidadãos.

O CTSP está sendo desenvolvido com organização curricular própria, mediante disciplinas agrupadas em módulos e independentes do ensino médio. No final, esse curso propiciará aos soldados da PMMG o reconhecimento e a certificação de conclusão de estudos, pois os diplomas de técnico de nível médio em segurança pública serão devidamente registrados no CET, como determina a legislação.

O CET, mercê de sua finalidade e de acordo com o Decreto n.º 2 406, de 27 de novembro de 1997, em âmbito estadual, caracteriza-se como Centro de Educação Tecnológica⁸, faltando-lhe apenas o CEE instituir a habilitação de técnico em segurança pública, e a Secretaria de Educação realizar a inspeção escolar nas respectivas dependências, para que ocorra seu credenciamento como tal. O reconhecimento da escola como Centro de Educação Tecnológica virá, oportunamente, após decorrido um ano do credenciamento, e dependerá de nova avaliação por especialistas da Secretaria de Educação.

O quadro 2 sintetiza a similaridade entre a formação militar na PMMG e as normas da educação profissional nacional.

⁸ O Projeto de Lei de ensino da PMMG prevê a criação do Centro de Ensino Tecnológico na estrutura da APM.

QUADRO 2

SIMILARIDADE ENTRE A FORMAÇÃO MILITAR DA PMMG E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NACIONAL

SIMILARIDADE	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO MILITAR
Desenvolvimento da educação	Ambiente de trabalho	Ambiente de trabalho - PMMG
Finalidade	Qualificação do educando para as atividades profissionais	Capacitação dos PMs para a atividade de segurança pública
Objetivo	Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no trabalho	Desenvolver as potencialidades e habilidades necessárias ao desempenho das atividades PMs
Escolaridade	A partir do nível médio	A partir do ensino médio
Organização curricular	Própria mediante disciplinas agrupadas em módulos	Específica, com currículo organizado em módulos
Foco	Volta para o mercado e emprego	Voltada para o mercado e estadual e emprega, atualmente, 1.114 PMs
Instituição especializada em educação profissional	Centro Federal de Educação Tecnológica: habilita o técnico de nível médio	CET: habilita o técnico em segurança pública de nível pós-médio
Processo de implantação de instituição de ensino	O Centro é efetivado após aprovação de projeto institucional pelo MEC	O Centro de Ensino Tecnológico será efetivado após inspeção da SEE

FONTE: Adaptado de Minas Gerais (2003); BRASIL (1996)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando esse ambiente, julgo factível aplicar as normas nacionais da educação profissional ao ensino policial-militar ministrado pela PMMG. Os motivos que me levam a esta conclusão já foram elencados, e as especificidades da formação policial-militar podem ser respeitadas e traduzidas no projeto institucional de cada escola ou instituição e no plano de curso, conforme a legislação própria permite.

Ademais, recente proposta de bases curriculares do MJ para o ensino das polícias representou complementação curricular que surgiu em momento bastante oportuno e reforçou as características do ensino militar, abrindo nova perspectiva de inserir essa modalidade de trabalho nas diretrizes nacionais de educação profissional de nível técnico e tecnológico.

Apesar desta análise ter abrangido apenas o CTSP, desenvolvido no CET e Cias ET, ela se aplica *in totum* ao projeto de transformar o CFO em curso de bacharelado em segurança pública, uma vez que tanto a legislação como o ambiente onde será desenvolvido são os mesmos. De igual forma, as especificidades tratadas neste artigo são inerentes aos demais cursos, pois as diretrizes para o ensino militar da Instituição abrangem todo processo educacional, do soldado ao coronel.

Ainda fica o fato de a LDB, ao referir-se aos estudos desenvolvidos na caserna, tratá-los de ensino militar, e não como educação militar, dando a entender que a qualificação dos militares para o trabalho não é um processo, mas um meio de possibilitar habilitação aos funcionários encarregados de zelar pela segurança dos cidadãos. Parte do pressuposto que o cidadão se encontra formado e que necessita somente de algo mais para desempenhar seu papel na sociedade.

O ideal seria a LDB reconhecer que os estudos desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, Polícias e Bombeiros militares, apesar de específicos, se caracterizam em algo mais abrangente, que envolve inúmeros aspectos necessários à formação de um novo profissional, além da internalização de nova cultura - a militar. A propósito Brito, Pereira (1996) consideram que, durante a formação dos policiais-militares mineiros, acontece o rompimento de antigos valores e sensibilidade do aluno, ocorrendo-lhe uma domesticação e mudança de concepção pela cultura militar. Nessa oportunidade, o aluno perde a identidade civil e adquire a identidade militar.

Fica, com este estudo, a certeza que o CEE deve considerar as especificidades do ensino profissional (militar) da PMMG e tratá-lo como tal, respeitando as características basilares dessa bicentenária Instituição, a hierarquia e disciplina. Não cabe a esse órgão educacional colocar empecilhos, mas orientar, com flexibilização dentro dos parâmetros macros da legislação, a condução e construção dos projetos de cursos dos novos profissionais de segurança dos cidadãos, que se pretende formar em Minas Gerais.

Abstract: *The article presents the approach of the professional education in the LDB and its regulation, argues the especificidades of the military education, that confers it uneven identity e, finally, analyzes the applicability of the educational norms national to education policeman-military man of Minas Gerais in the current context.*

Key words: *Military education, professional education, formation policeman-military man and public security.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n.º 2.208 - 17 abr. 1997. Regulamenta os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394 de 20 dez. 1996. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, 1998a. p.91-93.

_____. Decreto n.º 2.406 - 27 nov. 1997. Regulamenta a Lei 8.948 de 8 dez. 1994. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, 1998c. p.124-126.

BRASIL. Lei n.º 9.394 - 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, 1998b. p.22-44.

_____. Lei n. 8.948 - 08 dez. 1994. Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/legisla.shtm>>. Acesso em: 15 mar. 1999. 2p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 16 de 05out99. Trata das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília: Câmara de Educação Básica, out. 1999. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/parecer/shtm>>. Acesso em: 12 nov. 1999a. p.1-42.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 4 de 10 dez. 1999. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 dez. 1999b. Seção 1. p.52.

BRASIL. Constituição da República, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1994, 230p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 646 de 14 maio 1997. Trata da implantação da educação profissional prevista na Lei n.º 9.394 de 20 dez. 1996 e Decreto n.º 2.208 de 17 abr. 1997. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, 1998. p.175-177.

_____. Ministério da Educação. Portaria n.º 2.267 de 19 dez. 1997. Estabelece diretrizes para elaboração do projeto institucional de que trata o Decreto n.º 2.406 de 27 nov. 1997. Brasília: Secretaria de Educação Média e

Tecnológica. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/legisla.shtm>>. Acesso em: 5 mar. 1999. 2p.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 1.647 de 25 nov. 1999. Dispõe sobre o credenciamento de Centros de Educação Tecnológica e autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/legisla.shtm>>. Acesso em: 30 mar. 2000. 4p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa de Modernização do Poder Executivo Federal. *Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão*. Brasília, dez. 1999. 187p.

BRITO, Mozart José de; PEREIRA, Valéria da Glória. Socialização Organizacional: a iniciação na cultura militar. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n.º 4, p.138-165, ago. 1996.

CASASSUS, Juan. La educación entre la globalidad y la localidad. *Educação Brasileira*, Brasília, n.º 36, v.18, p.13-33, jan./jun. 1996.

COMPANHOLE, Adriano; COMPANHOLE, Hilton Lobo. *Todas as constituições do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1978. 824p.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. *A educação e a formação militar de nível médio; a EsPCEx - análise de alguns elementos*. 1990. 249f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos.

FRANÇA, Júnia Lessa; BORGES, Stella Maris; VASCONCELLOS, Ana Cristina de et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 4.ª ed. rev. aum. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 213p.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino médio e profissional : as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997. 104p. (Questões da nossa época, 63).

LUDWIG, Antônio Carlos Will. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1998. 120p. (Questões da nossa época, 66).

MARINEN, Otwin. O treinamento da polícia em uma democracia. *Revista Eletrônica da USIA* . v.2, n.º 4, p.1-5, nov. 1997.

MILITÃO. Flexibilização da educação profissional. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n.º 3 p.95-105, jan./jul. 1998.

As especificidades do ensino militar da PMMG

MINAS GERAIS. Lei n. 6.260 - 13 dez. 1973. Dispõe sobre o sistema de ensino da Polícia Militar de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11Dez73. p.5.

_____. Lei n.º 6.624 - 18 jul. 1975. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 jul. 1975, p.7.

_____. Projeto de Lei s/n.º de 13 ago. 2003. Estabelece as diretrizes e bases do Sistema de Educação de Polícia Militar, na PMMG. Belo Horizonte: Polícia Militar, 1999, 8p.

MINAS GERAIS. Constituição, 1989. *Constituição do Estado de Minas Gerais*. 6.ª ed. rev. aum. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, 221p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Resolução n.º 3.699 de 10 fev. 2003. Aprova as diretrizes para a educação profissional de segurança pública. *Boletim Geral da Polícia Militar*. Belo Horizonte, 18 fev. 2003, p.248-334. (Separata).

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser; cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. 1999. 285f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Ricardo Santos; MOREIRA, Alexandre Fernandes; MOREIRA, Cícero Nunes Moreira *et al.* A reforma da educação de segurança pública na PMMG. *O Alferes*, Belo Horizonte, v.16, n.54, p.1-25, jul./dez. 2001.

SANTOS, Marcos Antônio. *A formação básica do policial-militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico*. 2000. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

SARTI, Ingrid. Educação e Estado no Brasil: notas sobre o conceito de política educacional. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.º 21, p.115-139, 1979.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. *Como entender e aplicar a nova LDB*. 2.ed. São Paulo: Pioneira. 1997. 82p.

XAVIER, Conceição Clarete. A formação dos educadores em face da globalização e a velocidade das transformações culturais, científicas e tecnológicas. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n.º 1, p.42-47. fev./jul. 1997.

OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ENGENHOS EXPLOSIVOS: A PARTIR DE RETROSPECTIVA HISTÓRICA, A NECESSIDADE DE UMA DOCTRINA OPERACIONAL¹



Tenente Euler



Sargento Francis

EULER ROBERTO SOARES DE SOUZA

1.º Tenente da PMMG Chefe do Esquadrão Antibombas/GATE

FRANCIS ALBERT COTTA

2.º Sargento da PMMG Sub Chefe do Esquadrão Antibombas/GATE

Resumo: Partindo de uma retrospectiva histórica sobre eventos que envolveram engenhos explosivos improvisados, aponta para a necessidade da sistematização e consolidação de uma doutrina operacional na área de bombas e explosivos. Fornece dados para a tomada de decisões e procedimentos iniciais em ocorrências de bombas.

Palavras-chave: Ações antibombas, bombas, explosivos, Esquadrão Antibombas

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em explosões, destruições, mutilações e mortes decorrentes de artefatos explosivos, logo o imaginário popular se transporta, quase instantaneamente, aos ataques terroristas a Nova York. Na lembrança, desfilam imagens dos conflitos entre palestinos e israelenses, da intolerância entre

¹ Trabalho dedicado ao Major Eid Pereira da Silva Júnior, aos integrantes do Esquadrão Antibombas da Polícia Militar de Minas Gerais e às Equipes de Inativação de Engenhos Explosivos da Guarda Nacional Republicana de Portugal, militares que arriscam quotidianamente suas vidas no atendimento de ocorrências envolvendo engenhos explosivos improvisados.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

católicos e protestantes na Irlanda do Norte, de argelinos mortos pelo Grupo Islâmico Armado (GIA), das bombas do Hesbolá, do Hamas, do Eta a explodir tanto no Oriente quanto na Europa.

Nesse contexto, e tendo como motivações questões políticas, religiosas e criminosas, a sede pelo poder e a intolerância não se restringem ao leste europeu, à ex-URSS², ao Oriente Médio, à Europa Ocidental³ ou à Ásia⁴. Elas também estão presentes, com intensidade, na América Latina através das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas⁵, do Sendero⁶ e do Tupac Amaru⁷, no Peru, dentre outras facções que instalam o terror e o caos em seus países.

Em sua essência, o terrorismo se caracteriza por atos de caráter violento que provocam medo e pânico generalizados. Violência esta que pode ser real ou presumida. Espalhando o sentimento de insegurança (não há lugar seguro, todos são vítimas em potencial), os grupos terroristas e facções criminosas conseguem instalar um estado de mal-estar e instabilidade. A literatura especializada e os fatos cotidianos mostram que os principais alvos são autoridades, prédios públicos, instalações militares e áreas de grande frequência de pessoas. Dentre o vasto repertório de ações odiosas e covardes, operacionalizadas pelos terroristas e facções criminosas, encontram-se os atentados à bomba, os seqüestros, os assassinatos, os assaltos, as sabotagens e os ataques armados.

Diante de um quadro tão dramático, o que as autoridades podem fazer? O combate ao terrorismo se faz através de duas frentes: a primeira são as ações contraterror, isto é, possuem, fundamentalmente, caráter repressivo; a segunda frente passa pelas ações antiterror, que se constituem de orientações, informações

² "Terror ataca e mata em Moscou: explosão destrói prédio matando 70 pessoas. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 14 de setembro de 1999.

³ "França teme terror e reforça segurança". Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 5 de dezembro de 1996.

⁴ "Homem-bomba mata 21 em Sri Lanka: guerrilheiro se explode matando ministro e ferindo pessoas durante desfile. Jornal Estado de Minas, 8 de junho de 2000.

⁵ "SILVA, Eumano. Colômbia: no país da guerrilha. Revista Época, 9 de agosto de 1999. DIAS, Cristiano. FARCíonoras: assassinato com colar-bomba de uma mulher expõe o horror da guerrilha colombiana. Revista Veja, 24 de maio de 2000.

⁶ "A vez do Sendero: terror maoísta volta à cena e ataca posto policial em Lima". Revista Isto é, 21/5/1997.

⁷ ZILERI, Marco. Terror em festa de gala: guerrilha invade missão japonesa durante recepção e faz 400 reféns. Revista Veja, 25 dezembro de 1996.

e todo um conjunto de eventos preventivos. Mas como o Brasil e mais especificamente Minas Gerais entram nessa discussão?

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, o Brasil passou por certa turbulência política marcada por inúmeros atentados envolvendo artefatos explosivos - utilizados tanto pela direita quanto pela esquerda⁸. A esquerda brasileira, impulsionada pelo exemplo da guerrilha rural dos “barbudos” de *Sierra Maestra* e diante da impotência do (Partido Trabalhista do Brasil) PTB, do (Partido Comunista Brasileiro) PCB, dos nacionalistas e de outros setores sociais, comprometidos com a classe trabalhadora, fragmentou-se, sobretudo a partir de 1966, em diversas tendências e organizações. Dentre elas: a organização guerrilheira VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) do Vale do Ribeira; a ALN (Ação Libertadora Nacional), de Carlos Marighella, autor do *Mini manual do guerrilheiro urbano*, escrito em meados de 1969 e traduzido para várias línguas; o COLINA (Comandos de Libertação Nacional), organização de orientação assumidamente cubana, cuja efêmera existência circunscreveu-se praticamente ao Estado de Minas Gerais, e o MNR (Movimento Nacional Revolucionário), grupo que operou em 1966/67, na Serra do Caparaó⁹.

Com o processo de redemocratização do país e o advento da Constituição cidadã, ocorre uma mudança sensível no emprego criminoso de artefatos explosivos. Se, estatisticamente, os artefatos usados nas décadas de 60 e 70 possuíam uma conotação eminentemente política¹⁰, a partir da década de 90 foram objetos de crimes passionais, extorsões¹¹ e brigas entre torcidas nos estádios de futebol¹². Existiram ainda casos de intolerância contra minorias - homossexuais e negros - como os promovidos por grupos “neo-nazistas”

⁸ “Ordem dos Advogados do Brasil acusa militares por atentado.” *Jornal Estado de Minas*, 18 de dezembro de 1996.

⁹ BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

¹⁰ MARQUES, Regiane. Década de 70 foi marcada por onda de atentados à bomba. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 1999.

¹¹ PASCOAL, Gabriel. Explosão no Belvedere: bomba danifica carros, empresário sobre 10.º atentado por causa de dívida. *Jornal Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 4Out99.

¹² SOARES FILHO, Ney. Polícia apura bomba no esporte. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 de outubro de 1997.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

Paulistas¹³. Como resquícios dos movimentos guerrilheiros e por infiltração de indivíduos que não se inseriram nas novas “regras do jogo”, ocorreram, ainda na década de 90, embates entre forças policiais e manifestantes que se utilizaram de bombas incendiárias como coquetéis *molotov* para reivindicar direitos sociais¹⁴.

Facções criminosas cariocas, como o Comando Vermelho e o Terceiro Comando, ou paulistas, como o Primeiro Comando da Capital, apropriaram-se de conhecimentos específicos sobre artefatos explosivos improvisados ou comercializados e iniciaram suas atividades, operacionalizando seqüestros, assaltos a bancos ou resgate de presos em penitenciárias ou delegacias. Diante desse novo quadro social, surgiu a necessidade de se criar, no âmbito da força policial-militar mineira, uma equipe especializada para o atendimento de ocorrências que envolvessem explosivos.

No início da década de 90, recém-chegado do Chile, onde realizou estudos teóricos e práticos por cerca de um ano, com os *Carabineros*, o então Tenente Eid Pereira da Silva Júnior idealizou e criou o Esquadrão Antibombas da Polícia Militar de Minas Gerais - uma equipe especializada que tem como missão principal atuar no campo de ocorrências de atentado a bomba, executando ações de varredura, localização, remoção e desativação de engenhos explosivos; atua ainda em ações antiterrorismo, apoio às equipes táticas e pesquisas sobre equipamentos e técnicas antibombas.

Dentre os tipos de ocorrências atendidas pelo Esquadrão Antibombas, 70% são as ameaças de bombas e 30%, explosões, apreensões de materiais e localização de artefatos explosivos improvisados ou comercializados. Quanto aos materiais utilizados na fabricação dos artefatos, encontram-se pólvoras, acessórios comerciais e explosivos militares. Os locais de maior incidência de ocorrências com bombas são: escolas, repartições públicas, comerciais,

¹³ SILVA, Marcos Sérgio. Nazistas põem bomba no Campo Belo: objetivo dos fanáticos é matar negros e gays de São Paulo. *Jornal Notícias Populares*, São Paulo, 28 de setembro de 1999.

¹⁴ CUNHA, Newton. Campo de Batalha: confronto entre sem casa e PM deixa dois mortos e vários feridos. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 de abril de 1999. ARAÚJO, Thaís. Liderança da Liga Camponesa. *Jornal Hoje em Dia*, 27 de abril de 1999; LIMA, Ilson. Liga Operária Camponesa mantém base de guerrilha em Minas e Rondônia. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de maio de 1999.

indústrias e residências. Por ser o carro-chefe das ações do Esquadrão Antibombas e pelo fato de que, na maioria das vezes, quem primeiro chega ao local da ocorrência é o policial-militar que atua quotidianamente no setor onde eclodiu a crise. As considerações deste artigo serão iniciadas pela ameaça de bomba.

2 AMEAÇA DE BOMBA

Bombas são engenhos construídos com a utilização de substâncias explosivas, inflamáveis, bacteriológicas, radioativas, gases tóxicos, ou outras de efeitos análogos, com finalidade de causar danos, lesões ou mortes. Tecnicamente as bombas se dividem em: 1) *EOD - Explosive Ordinance Disposal* - artefatos regulamentares, são industrializados e possuem especificações técnicas: granadas, mísseis, minas, e 2) *IED - Improvised Explosive Device* - artefatos não regulamentares feitos com mecanismos improvisados ou adaptados de forma caseira.

Ameaça de bomba é a comunicação direta ou indireta, informação ou suspeita fundada da existência de uma bomba em determinado local. As **ameaças de bombas** podem ser: 1) **falsas** - quando as informações ou análise da suspeita forem consideradas infundadas, não havendo elementos ou provas que confirmem a possível existência da bomba, ou 2) **reais** - quando existem elementos materiais ou testemunhais que comprovem ou confirmem a possível existência da bomba.

Basicamente, existem três alternativas frente a uma ameaça de bomba: 1) ignorar a ameaça; 2) evacuar imediatamente o local, ou 3) investigar, analisar e evacuar o local, se for o caso. Os quadros elaborados por Décio José Aguiar Leão são extremamente úteis para a tomada de uma decisão no caso de uma evacuação.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

Quadro de análise da motivação de ameaça de bomba

TIPO	CARACTERÍSTICAS	CARACTERÍSTICAS	AGENTES
Trote (80%)	<ul style="list-style-type: none"> - apresenta a ameaça como evento imediato, informando horários e alertando para necessidade da evacuação; - fala rápida e curta; - disfarce da voz ou sotaques forçados; - não receptivo à conversação; - não apresenta detalhes técnicos ou objetivos da ameaça; - não insiste no convencimento da ameaça. 	<ul style="list-style-type: none"> - criar clima de confusão e instabilidade - provocar a paralisação ou liberação de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> - crianças - estudantes - funcionários
Criminosa (19%)	<ul style="list-style-type: none"> - faz exigências ou condiciona a ameaça a pedidos; - fala e conversação tensas ou inquietas; - direcionada a ameaça para determinada pessoa ou local; - procura dar convencimento ou provas da veracidade da ameaça 	<ul style="list-style-type: none"> - vingança; - extorsão; - paralisação ou danos na atividade 	<ul style="list-style-type: none"> - ex-funcionários, ex-namorados ou outras pessoas de relacionamento anterior; - grupos criminosos especializados
Terrorista (1%)	<ul style="list-style-type: none"> - apresenta a ameaça como possibilidade futura de ocorrer; - declara suas intenções, motivações e grupo a que pertence; - é receptivo à conversação; - demonstra conhecimentos técnicos sobre explosivos; - procura dar convencimentos ou provas da veracidade da ameaça 	<ul style="list-style-type: none"> - criar clima de medo e pânico; - chamar a atenção para determinada causa. 	<ul style="list-style-type: none"> - extremistas e grupos radicais motivados por política, religião ou questões sociais.

Fonte: Ações Antibombas - Décio José Aguiar Leão

Uma evacuação precipitada poderá gerar pânico, causar acidentes, lesões e até óbitos. Como já salientado, a paralisação das atividades poderá ser o único objetivo do ameaçador. Dependendo da instalação e do tipo de atividade, se a evacuação for total e o artefato não tiver sido localizado, será extremamente difícil sua detecção em uma varredura técnica. Quem melhor conhece as particularidades de um determinado ambiente é aquele indivíduo que ali desenvolve suas atividades.

Quadro de análise da veracidade da ameaça de bomba

AMEAÇA FALSA	AMEAÇA REAL
<ul style="list-style-type: none">- Características de ameaça tipo trote;- não existem provas da ameaça;- não existem antecedentes de problemas com bombas;- não existe clima ou motivação para um atentado;- local ou pessoa ameaçada não é um alvo potencial;- segurança é eficiente e confiável.	<ul style="list-style-type: none">- Características de ameaça tipo criminosa ou terrorista;- existem provas materiais ou testemunhais de uma possível bomba;- existem antecedentes de problemas com bombas;- existe clima ou motivação para um atentado;- local ou pessoa ameaçada é um alvo potencial;- segurança é ineficiente ou falha

Fonte: Ações Antibombas - Décio José Aguiar Leão.

Em uma ocorrência de ameaça de bomba, há duas atitudes extremas praticadas por gestores das instituições envolvidas na crise. De um lado, indivíduos que, por serem responsáveis pelas vidas daqueles que ocupam o estabelecimento, decidem, mesmo sem analisar a ameaça - por falta de conhecimento específico ou por precaução, - evacuar totalmente as instalações. Geralmente, isso ocorre em instituições de ensino e repartições públicas. No outro extremo, estão os gerentes de grandes empresas, geralmente multinacionais, que, mesmo tendo todos os indícios de uma ameaça real, assumem o risco de uma explosão e não permitem a paralisação das atividades. A decisão de evacuar ou não o local é uma questão central em uma ameaça de bomba. Sempre que possível, deve ser deliberada após análise técnica. Sugere-se analisar os quadros abaixo antes de tomar essa importante decisão.

Quadro de análise da evacuação em caso de ameaça de bomba

NÃO EVACUAÇÃO	EVACUAÇÃO PARCIAL	EVACUAÇÃO TOTAL
- Análise de ameaça falsa; - Bomba não localizada	- Análise de ameaça real; - bomba localizada; - cálculo de danos controlados - Acesso de pessoas/objetos no local é limitado.	- Análise de ameaça real; - bomba não localizada; - cálculo de danos elevados; - acesso de pessoas/objetos no local é livre.

Fonte: Ações Antibombas - Décio José Aguiar Leão.

Ao chegar ao local da ocorrência, o policial-militar deverá colher o maior número de informações possível. Esse trabalho é de suma importância para a equipe especializada, bem como para os profissionais que realizaram as investigações. Dentre outras, sugere-se que sejam feitas as seguintes perguntas:

- 1) caso não tenha sido direcionada para determinada pessoa, quem seria o indivíduo com maior margem de probabilidade de receber uma ameaça? Existe algum motivo recente na vida do indivíduo/local que justificaria tal ato?
- 2) existem possibilidades do objetivo da ameaça ser algum ponto vital da instalação?
- 3) a instalação possui um bom sistema de controle de identificação de visitantes?
- 4) todas as repartições são abertas ao público?
- 5) foi identificado algum objeto suspeito?

Após tomar nota das informações preliminares, o policial-militar deverá contactar com o indivíduo que recebeu a ameaça ou denúncia e questioná-lo sobre:

- 1) quais foram as palavras exatas do ameaçador?
- 2) que horário a denúncia ou ameaça foi recebida?
- 3) o denunciante/ameaçador mencionou que hora o artefato iria explodir?

- 4) qual a linguagem da ameaça?
- 5) identificou o sexo, sotaques ou outras características do ameaçador?
- 6) havia ruídos ao fundo (telefone público, risadas, música etc.)?
- 7) houve tentativa de negociação com o ameaçador?

Inicialmente, há duas explicações lógicas para uma ameaça/ denúncia de bombas:

- 1) o informante tomou conhecimento do fato e, por questões de preservação de vidas ou bens materiais, resolveu denunciar;
- 2) o ameaçador quer gerar pânico e medo, paralisando as atividades cotidianas.

Por diversas vezes, a Polícia Militar esteve a gerenciar ocorrências de ameaças de bombas em entidades de ensino como a Universidade Federal, Pontifícia Universidade Católica, Centro Universitário de Belo Horizonte, Unicentro Newton Paiva e diversas escolas da rede pública e particular¹⁵, além de empresas de grande porte como a (Companhia Energética de Minas Gerais) CEMIG¹⁶, a Refinaria Gabriel Passos e mesmo o Fórum Lafayette. A prática mostra que em cerca de 80% dos casos, a ameaça é falsa, querendo o ameaçador apenas a paralisação das atividades e liberação de funcionários e/ou estudantes. Em períodos de exames, apresentações de trabalhos, festividades e vésperas de feriados, as chamadas aumentam consideravelmente. Nesse contexto, o pânico seria outro motivo de preocupação, pois, uma vez instalado, elevaria o potencial de prejuízo material e humano, sendo, na maioria dos casos, o maior objetivo dos autores de ameaça de bombas.

Como afirmado, o ideal seria que o policial-militar que primeiro chegasse ao local da ocorrência colhesse todas as informações pertinentes ao evento e aguardasse a chegada da equipe especializada, pois, mesmo uma varredura antibombas possui suas especificidades. Os artefatos são dos mais variados tipos e os explosivos, por sua vez, guardam certas particularidades.

¹⁵MARIA, Gláucia. Santa Efigênia. Bomba explode e fere seis estudantes. *Jornal Diário da Tarde*, 22 de dezembro de 2000.

¹⁶NOGUEIRA, Roberto. Ameaça de bomba: telefonema anônimo anuncia explosão de bomba e tumultua prédio da Cemig na avenida Barbacena. *Jornal Diário da Tarde*, 28 de dezembro de 2000.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

Para se ter uma idéia do perigo que corre um indivíduo de “boa vontade” mas sem conhecimento técnico específico e equipamento apropriado, alguns dados ajudarão a compreender a amplitude e perigo de uma ação envolvendo artefatos explosivos improvisados:

Uma caixa de sapatos comporta cerca de cinco quilos de alto explosivo (altos explosivos são aqueles que possuem características de ruptura e cuja velocidade de detonação está acima de 2.000 m/s, como por exemplo o (trinitrotolueno) TNT, a nitropenta, o trotil, o C4 ou as dinamites). Os explosivos mais densos (relação entre massa e volume) são mais potentes, portanto, são mais compactos, ocupando um espaço menor se comparados com os baixos explosivos (pólvoras, por exemplo). Suponha-se que um dos sistemas de acionamento do artefato da caixa de sapatos seja de movimento com seus respectivos elementos constitutivos, isto é, detonador, fonte de poder e fios condutores. Ligado ao sistema tem-se outro gatilho de descompressão e um terceiro dispositivo de tempo. Em outras palavras, se o indivíduo de “boa vontade” tentar remover, o artefato explode! Se tentar abrir a caixa, o artefato explode! Se demorar a tomar uma decisão, o artefato explode! O que aconteceria com o nosso indivíduo de “boa vontade”? Certamente não seria enterrado, pois, não haveria corpo. Veja-se mais detalhadamente o porquê.

A explosão é o escape súbito e repentino de gases do interior de um espaço limitado gerando gases, altas pressões e elevadas temperaturas. A hipotética caixa de sapatos, numa velocidade de cerca de 7.000 m/s, ocupará o espaço de cinco caixas d'água de 1.000 litros. Imagine-se o que acontece com a estrutura de alvenaria ao receber esta pressão. Melhor não falar nos efeitos sobre o corpo do indivíduo de “boa vontade” que estava a menos de dez centímetros da caixa de sapatos. Fale-se apenas daqueles que estavam a menos de 50 metros e que tiveram tímpanos perfurados e seus órgãos internos estourados, além do incêndio que se iniciou após a explosão em consequência do efeito térmico-incendiário. Com a fragmentação, os estilhaços de vidro e madeira acertaram alguns curiosos que estavam aglomerados nas proximidades. Ressalte-se que não são apenas os estilhaços que provocam o óbito, mas, fundamentalmente, as ondas de choque.

A explosão é um processo químico e físico caracterizado por grande velocidade de transformação, pela formação de grande quantidade de gases em elevada temperatura e por uma grande força expansiva que produz efeitos mecânicos e sonoros. Os efeitos da explosão se dividem em primários e

secundários. Nos efeitos primários, tem-se a *onda positiva* - também conhecida como *onda de choque*. É a violenta expansão polidirecional de gases de alta pressão. É o principal efeito da explosão. Os gases em expansão comprimem a atmosfera ao redor, gerando um vácuo atrás de si. A onda de choque empurra o ar, gera o vácuo e vai enfraquecendo até sua força equiparar-se com a força da pressão atmosférica. A *onda negativa* ocorre quando a pressão dos gases da onda positiva torna-se menor que a pressão atmosférica e esta retorna em direção ao epicentro da explosão, eliminando o vácuo deixado pela onda positiva. Nesse processo, ocorre a *fragmentação* - decomposição ou desintegração dos objetos pela onda de choque - e o *efeito térmico-incendiário* - geração de altíssima temperatura. Os efeitos secundários são a *onda de reflexão* - que consiste na mudança de rumo de uma onda positiva, quando ela encontra um objeto que não consegue fragmentar - e a *onda de convergência* - ocorre quando a onda positiva encontra um objeto que não tem força para fragmentá-lo, porém, a superfície do objeto não possui área suficiente para provocar uma reflexão. A onda se divide e, após passar pelo objeto, volta a unir-se, seguindo sua trajetória.

O exemplo da caixa de sapatos é apenas fruto de imaginação atrelada a uma possibilidade concreta. Todavia, inúmeros militares já foram vítimas de pequenos artefatos. Alguns possuem seqüelas como perda parcial da audição, problemas de visão, cicatrizes e mesmo perda de membros. A ação aconselhável quando se depara com um possível artefato explosivo é *não mexer, não tocar, não remover e não ficar próximo*. Isolar o local e acionar a equipe especializada seria o caminho mais seguro.

3 AS BOMBAS DE IMPACTO

O mês era outubro de 1997. No interior do estádio Magalhães Pinto, conhecido por Mineirão, duas grandes equipes realizam uma partida. De um lado está o Cruzeiro; do outro, o Vasco. O estádio está lotado e os ânimos dos torcedores, exaltados. No intervalo do primeiro tempo, torcedores dos dois clubes se encontram. Após troca de insultos, Claudemir da Silva Reis, um adolescente de apenas 16 anos, é atingido no tórax e fígado por uma *bomba de impacto*. O estudante não suporta e falece¹⁷. Em julho do mesmo ano, outro adolescente havia sentido literalmente na pele os efeitos de semelhante artefato. Tratava-se de Cleiton Rodrigues, de 15 anos, que teve o olho esquerdo perfurado

¹⁷ "Assassinato no Mineirão: Polícia apura bomba no esporte". Jornal Estado de Minas, 10 de outubro de 1997.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

por uma brita - material usado na fabricação da bomba. O acusado de ter confeccionado a bomba, um menor de 16 anos, teve a mão esquerda decepada.

Esses são alguns dos inúmeros casos envolvendo as famosas bombas de impacto. Um artefato relativamente fácil de ser confeccionado, mas que, devido ao tipo de explosivo utilizado, a vítima pode ser o próprio fabricante, seja no processo de montagem ou no seu transporte.

Com as *vistorias técnicas antibombas* implementadas nos estádios, tem diminuído sensivelmente a incidência de bombas de impacto. Não são poucos os indivíduos presos por portarem tais artefatos¹⁸. Mas o perigo não cessa quando o policial realiza a apreensão. Sem o conhecimento do potencial ofensivo da “bomba de impacto”, ela é colocada no porta-luvas da viatura, e após passar por vários quebra-molas e buracos, por uma questão de sorte, chega à Delegacia Especializada de Armas (DEAME), Munições e Explosivos do Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOEsp). Ali o policial-militar entrega o “tijolo quente” ao detetive de plantão, que fica a esperar a chegada de um técnico da DEAME.

Diferentemente dos demais artefatos explosivos improvisados, a “bomba de impacto” tem como sistema de acionamento o simples atrito ou impacto, não necessita de calor ou uma fonte de energia. Sua carga explosiva é altamente sensível. Portanto, seu desmantelamento deve ser feito por pessoal tecnicamente capacitado e equipado.

4 AS BOMBAS POSTAIS

Em 1972, foram enviadas 147 cartas-bombas pela organização palestina Setembro Negro. Uma delas foi destinada ao embaixador de Israel no Brasil Itzhak Harakvi. A bomba foi entregue na embaixada de Israel em Brasília e teria sido postada em Amsterdã / Holanda no dia 18 de setembro de 1972. Media 210 mm de comprimento por 110 mm de largura e 08mm de espessura. A carta-bomba foi desativada por peritos do (Instituto Nacional de Criminalística) INC/Departamento de Polícia Federal e continha cerca de 20 g de explosivo à base de PETN + RDX (tetraceno de pentaeritrita + hexogeno), detonador n.º 08 de cobre - achatado em um torno - e sistema de acionamento por percussão sobre uma espoleta do tipo “Boxer” encaixada no detonador.

¹⁸ SANTOS, Nádia. Bomba para o clássico: artefato seria atirado por um torcedor durante o jogo entre Cruzeiro e Atlético. *Jornal Diário da Tarde*, 5 de abril de 1999.

A partir do caso da embaixada de Israel, desencadeou-se uma série de outras ocorrências envolvendo bombas postais em todo o território brasileiro. Existem casos em que as bombas chegaram a explodir, como o ocorrido em Belo Horizonte em 2001, onde três policiais-militares foram vítimas. Em decorrência da explosão, um deles teve deslocamento de retina e o outro perdeu parte considerável de sua audição.

A casuística mostra que alguns fatores são comuns nas bombas postais, diferenciando-as das correspondências comuns. Abaixo listamos os principais itens que podem nos levar à suspeição de uma correspondência:

- a) forma de entrega anormal, diferente da convencional;
- b) postagem não esperada;
- c) envelope/embalagem firme, com espessura desproporcional ou deformada;
- d) excesso de lacre;
- e) materiais com fios, arames e peças metálicas;
- f) mancha de óleo, gordura ou tinta;
- g) cheiro anormal (massa de pão, amêndoa);
- h) remetente desconhecido, não endereçado, endereço incompleto;
- i) excesso de selos (nacional e internacional) violados ou alterados;
- j) escritas como: privado, confidencial, em mãos;
- k) escrito com recortes de jornal/revista;
- l) nomes e títulos incorretos, títulos sem nome;
- m) erros de escrita em palavras simples.

Além dos aspectos retromencionados, devem-se levar em conta questões de ordem subjetiva, tais como: se o destinatário seria um alvo em potencial, se existiria uma circunstância que poderia atrair algum tipo de ameaça, vingança ou atentado.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

Ocasionalmente, observam-se dispositivos de carta-bomba, usados no passado, reaparecendo em diversas ocorrências atuais. Os mecanismos de acionamento mais utilizados são os sistemas de tração e descompressão, o que leva a entender, num primeiro momento, que invariavelmente esta bomba só seria acionada ao ser aberta. Contudo, em virtude das várias vezes que já teria sido manuseada, seu sistema poderia se alterar ficando mais sensível.

Dependendo do tipo de explosivo usado, bastariam apenas alguns gramas para tirar a vida de uma pessoa. Diante desse elevado potencial ofensivo, recomenda-se que, ao si deparar com uma correspondência nas situações narradas, o destinatário jamais tente abri-la e até mesmo manuseá-la. Deve-se isolar o objeto em um determinado local e acionar de imediato o Esquadrão Antibombas para que policiais com conhecimentos técnicos adotem medidas próprias para o caso.

5 O TÉCNICO EM BOMBAS E EXPLOSIVOS

O policial que trabalha com bombas e explosivos precisa de frequente treinamento e condições para pesquisa. Por se tratar de um tema diretamente relacionado a outras áreas do conhecimento, tais como a química, a mecânica e a eletricidade, só é possível atingir um nível avançado de conhecimentos através de laboratórios com testes e experiências. Tal empiria será traduzida em ações antibombas e ações contra bombas no teatro de operações.

A prioridade de qualquer policial em uma ocorrência deve ser salvar vidas, inclusive a do próprio profissional de segurança pública. Um técnico em bombas e explosivos sem condições ideais de trabalho expõe não só a sua vida como também a de outros policiais e civis envolvidos na ocorrência. Além da preocupação com a vida, os policiais devem atentar para a proteção do patrimônio, segundo o direito de propriedade consagrado pela Constituição do Brasil. Nesse contexto, coloca-se a pergunta: como desativar um bomba sem danificar um bem?

Em uma ocorrência com bombas, têm-se que proporcionar subsídios para a investigação. Os trabalhos técnicos investigativos fornecerão dados que permitirão identificar os autores das ameaças e dos artefatos. Para que esse trabalho seja realizado, o policial-militar deverá preservar os indícios e os vestígios nos locais de crime, evitando sua deterioração, além de colher o maior número de informações.

Não basta ao policial técnico em bombas ser um autodidata, é necessário possuir equipamentos específicos que possibilitem proteção individual e uma desativação com segurança e qualidade. É imperioso acompanhar o avanço tecnológico contemporâneo, pois o mercado internacional disponibiliza uma série de produtos para a área de bombas, sendo, dessa forma, inadmissíveis a improvisação e o amadorismo.

6 LEGISLAÇÃO

Os legisladores brasileiros deram a devida importância aos explosivos, face ao grande perigo que representam para a tranquilidade pública. Foram registrados no Código Penal Brasileiro dois artigos que tratam diretamente do assunto, tipificando o *Crime de Explosão* (art. 251) e o *Crime de Fabricação, fornecimento e aquisição ilegais de explosivos* (art. 253), além de outros artigos relacionados indiretamente, como, por exemplo, a qualificação e o agravamento de pena pelo uso de substância explosiva.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também abordou o assunto, reprimindo pessoa que “venda, forneça ainda que gratuitamente, ou entregue de qualquer forma à criança ou adolescente explosivo, fogos de estampido ou artifício”, demonstrando claramente o perigo de dano físico em caso de uso indevido.

O Código Penal Militar dedicou um artigo com a tipificação de causar ou tentar causar explosão em lugar sujeito à administração militar, visando com isto à proteção à vida, integridade física e o patrimônio.

O art. 41 das Lei das Contravenções Penais é claro em seu enunciado: “*provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto.*” O pânico é imprevisível, excessivo, irracional, a mais contagiosa das emoções humanas, motivo pelo qual nos preocupamos com as ameaças de bombas, que quase sempre têm por finalidade causar pânico.

O tema explosivos foi inserido na Lei de Segurança Nacional, no Sistema Nacional de Armas, Lei 94.044/88, que dispõe sobre as normas para transporte de explosivos; na Lei 9.437/97, que trata do emprego de artefato explosivo e incendiário sem autorização; no Decreto-Lei 4.238/42 e na Lei 6.429/77, que regulam as várias classes de fogos de artifício, sua fabricação e uso.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

As Forças Armadas têm por competência a fiscalização e o controle sobre a fabricação, comercialização e utilização de produtos controlados. Para tal, editou-se o R-105 - Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados - que engloba todas as armas, munições e explosivos de uso proibido e permitido, regulamenta a fabricação, o comércio, o uso, o transporte e o armazenamento de explosivos, delegando ainda competência para os estados atuarem na fiscalização e no controle, emitindo licenças para as empresas que utilizam tais produtos.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Segurança Pública criou a DEAME - Delegacia Especializada de Armas Munições e Explosivos - e lhe deu competência para fiscalizar, emitir licenças e apurar infrações relativas a produtos controlados. É de sua responsabilidade a emissão de portes, registro de armas e a realização de exames para habilitação de blaster - profissionais responsáveis por atuar diretamente com explosivos - em todo o Estado.

A Polícia Militar de Minas Gerais, atualmente, dispõe do Esquadrão Antibombas do Grupamento de Ações Táticas Especiais. Tal equipe é composta por policiais técnicos especialistas em desativação de engenhos explosivos improvisados e convencionais. Está munida de raios X portátil, traje anti-fragmentação, canhões disruptores e outras ferramentas úteis para o cumprimento de sua missão. Os especialistas do Esquadrão Antibombas são responsáveis pela desativação de engenhos em todo o Estado de Minas Gerais.¹⁹

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das ameaças de bomba, das bombas de impacto e das bombas postais, tem-se uma infinidade de outros tipos de ocorrências que envolvam engenhos explosivos improvisados ou comercializados. Em todas as situações, o perigo de explosões, destruições, mutilações e mortes é grande, pelo fato de que, com explosivos, só se erra uma vez, não sendo aconselhável nenhuma medida de reação ao artefato sem conhecimento e equipamentos específicos.

Do que foi exposto, depreende-se que a despeito de ter-se um Esquadrão Antibombas, composto por profissionais altamente qualificados no Brasil e no exterior, atuando desde início da década de 1990, falta à Polícia Militar de Minas Gerais uma doutrina operacional definida, que normatize a

¹⁹ As Diretrizes de Operações Policiais-Militares (DOPM) Nr. 12, de 1994 - CG, prescrevem que são ocorrências típicas de atuação do GATE, dentre outras, *ameaças de bombas e atos terroristas*.

atuação deste corpo especializado²⁰, bem como a definição dos procedimentos a serem adotados pelos policiais-militares dos diversos batalhões da Corporação quando da eclosão de uma ocorrência envolvendo engenhos explosivos improvisados.

Preocupações neste sentido se fizeram sentir quando da emissão dos “*procedimentos operacionais a serem adotados em ocorrências e/ou ameaças de bombas*”. Este documento sintetizava toda a doutrina em duas folhas, e foi encaminhado a todos os Batalhões da Polícia Militar. “*Os procedimentos operacionais*” classificava as ocorrências de bombas em quatro graus: I) possibilidade real; II) certa possibilidade; III) poucas possibilidades e IV) remotas possibilidades. Para cada, indicava os procedimentos a serem adotados. Todavia, em todos os graus os procedimentos eram realizados pelos próprios policiais-militares dos batalhões²¹.

Dois anos após a emissão dos “Procedimentos operacionais”, o Capitão Eduardo Lucas de Almeida detectava que “as lamentáveis cenas de salas vazias e pessoas desesperadas, novamente se repetiram, e ao avaliarmos minuciosamente a atuação da PMMG em tais ocorrências, verificamos uma significativa parcela de culpa pela ausência de uma postura mais técnica”²².

Certamente, no decorrer de mais de uma década de práticas, os homens do Esquadrão Antibombas forjaram no dia-a-dia um saber que, confrontado com as técnicas e teorias norte-americanas e européias, constituíram um *modus operandi* peculiar, fruto dos meios disponíveis e as especificidades locais. Todavia, necessário se faz reunir estes procedimentos e normatizá-los de maneira institucional.

²⁰ Quando da fundação da Companhia de Operações Especiais, ao tratar da organização básica, o plano de Desdobramento de 1987 prescrevia o efetivo de três sargentos “peritos em desmontar artefatos”, Todavia, nada mais mencionava sobre os procedimentos por eles adotados. Cf. Diretriz de Operações Policiais Militares n.º. 006/87-CG. Funcionamento e emprego da COE. Separata do Boletim Geral da PMMG, n.º 17, de 27 de janeiro de 1987, p. 3.

²¹ Procedimentos operacionais a serem adotados em ocorrências e/ou ameaças de bombas. Ofício encaminhado pelo Comandante do Batalhão de Missões Especiais ao Comandante do Comando de Policiamento da Capital.. 04 de maio de 1994.

²² Cf. Ofício do Capitão Eduardo Lucas de Almeida, Chefe da Seção de Inteligência ao Major Wagner Cláudio Teixeira, Comandante do Grupamento de Ações Táticas Especiais. Belo Horizonte, 17 de maio de 1996.

Ocorrências envolvendo engenhos explosivos: a partir de retrospectiva histórica, a necessidade de uma Doutrina Operacional

Enquanto isso não se realiza, serve-se deste veículo de transmissão de conhecimentos para propor um diálogo com o vasto público da Polícia Militar de Minas Gerais. Um público composto pelos profissionais especialistas em policiamento ostensivo, que são os primeiros a se depararem com as ocorrências de alta complexidade, e os profissionais especialistas em desativação dos engenhos explosivos.

Aos primeiros, espera-se um grau de profissionalismo e amadurecimento tal que lhes permita seguir as recomendações elencadas no corpo deste artigo, nomeadamente: a recolhimento criterioso de informações, o isolamento do local de crise e o acionamento das equipes especializadas. Neste contexto, deve-se sempre ter em mente que o policial-militar que primeiro chega ao local da ocorrência é a peça fundamental no processo de gerenciamento e solução da crise.

Quanto aos especialistas em desativação, é sensato e necessário o atrelamento dos recursos humanos, devidamente capacitados, ao aparato tecnológico disponível. De acordo com o Capitão Diógenes Viegas Dalle Lucca, da nossa co-irmã Polícia Militar de São Paulo “*trabalhar com explosivos é preciso*”. Tal frase carrega o duplo sentido de primeiramente ter-se consciência da precisão no sentido de necessidade, uma vez que situações dessa natureza têm acontecido com frequência e pela complexa e indispensável condição de serem os especialistas do Esquadrão Antibomba competentes na resolução dessas ocorrências. Urge que se preparem adequadamente, para que não haja, na melhor das hipóteses, risco desnecessário à sua integridade física; secundariamente, trabalhar com explosivos é preciso no sentido de exatidão, por se tratar de um assunto técnico, regido por normas, procedimentos e cuidados que são eficazes desde que cumpridos com rigor.

Abstract: Department. The Police Department has been alerted with the development of incidents, which improvised bombs are being used. The Police are aware of a need to create a specific Operation

Key words: Department to solve these problems. Anti bombs actions, bombs, explosives and Bomb Squad.

A GEOGRAFIA DO MEDO: REFLEXÕES SOBRE O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA EM BELO HORIZONTE



ALEXANDRE MAGNO ALVES DINIZ

Professor Adjunto do programa de pós-graduação em Tratamento da Informação Espacial - PUC-MG

Resumo: *O presente estudo resgata alguns conceitos introduzidos por cientistas ligados à Geografia da Percepção e os aplica na análise do sentimento de insegurança em Belo Horizonte. Trabalha-se com duas dimensões distintas: insegurança em relação ao bairro/vizinhança e em relação à cidade. Os resultados demonstram que o sentimento de insegurança é, no mais das vezes, circunscrito a pontos específicos da cidade, com destaque para o Centro, as favelas e periferias. Os níveis de insegurança são geralmente maiores em relação à cidade como um todo, do que em relação aos bairros/vizinhanças onde as pessoas vivem. Porém, correlações espaciais revelam não existir relação alguma entre a incidência de crimes violentos e o sentimento coletivo de insegurança.*

Palavras-chave: *Violência urbana, criminalidade, percepção, espaço geográfico, ação, toponímia, topofobia, insegurança, medo.*

1 INTRODUÇÃO

O aumento da criminalidade tem promovido uma série de efeitos negativos na sociedade brasileira. Os seus impactos transcendem os prejuízos causados às vítimas diretas, promovendo gigantescas perdas econômicas e sociais. A segurança pública já figura entre os principais itens nos orçamentos municipal, estadual e federal, em detrimento de áreas importantes como a saúde, educação e infra-estrutura. Em função da violência urbana, o Brasil recebe visitantes estrangeiros muito abaixo do seu potencial turístico e da sua infra-estrutura instalada. O mesmo acontece com investimentos externos em indústria e prestação de serviços, que são carregados a outros destinos em virtude dos altos níveis de criminalidade.

Mas a violência urbana tem também causado perdas intangíveis decorrentes das profundas mudanças na qualidade e no estilo de vida dos brasileiros. Em outras palavras, a criminalidade violenta produz um conjunto de vítimas indiretas que encontram nas taxas criminais, em conversas e nos meios de comunicação, bases para o cálculo subjetivo de probabilidades de vitimização (Paixão e Andrade, 1993). Esta percepção, por sua vez, acaba alimentando o sentimento de insegurança, fazendo com que as pessoas deixem de sair de casa ou evitem certas áreas da cidade, bem como passem a investir maciçamente em equipamentos de segurança pessoal. Grades, cercas elétricas, circuitos internos de TV, vigilância privada já são traços comuns das residências brasileiras.

Curiosamente, nem sempre a sensação de insegurança ou o medo da vitimização guardam relação direta com a incidência criminal, uma vez que é possível que o cálculo subjetivo de probabilidades de vitimização exacerbe o sentimento de insegurança, acirrando padrões de conduta defensiva. Neste sentido, a *Geografia da Percepção* traz importantes subsídios para a compreensão dessa discrepância, uma vez que os seus sectários fazem uma distinção entre o ambiente objetivamente observado (que reflete as coisas como elas são), e o ambiente percebido (que reflete como as coisas aparentam ser ao indivíduo). Esta diferença, ou inconsistência é chamada de *dissonância cognitiva*, que indica o desencontro entre aquilo que é percebido pelo indivíduo e a realidade (Mayhew, 1997).

O presente estudo debruça-se sobre esta temática, explorando a percepção da população de Belo Horizonte acerca da violência e os níveis de insegurança através de uma abordagem geográfica. Busca-se avaliar em que medida o sentimento de insegurança na capital é corroborado pela incidência criminal. Estudos como este são raros e auxiliam em grande medida a identificação de padrões de comportamento, oferecendo subsídios para a gestão da segurança pública.

2 GEOGRAFIA E PERCEPÇÃO

A *percepção ambiental* é o modo através do qual indivíduos apreendem o seu ambiente, sendo resultante da avaliação e armazenamento de informações sobre esses espaços (Mayhew, 1997). Tal conceito está associado a uma corrente do pensamento geográfico intitulada *Geografia da Percepção*, que tinha como principal missão contrapor as visões reducionistas atreladas à economia neoclássica que influenciava, em grande medida, o pensamento geográfico no pós-guerra. A *Geografia da Percepção* sugere que os indivíduos não agem

como *homens econômicos*¹, pois sendo seres complexos, sua percepção ambiental nem sempre corresponde à realidade objetiva (Andrade, 1986; Goodey e Gold, 1986).

Existem, no entanto, duas facções distintas na escola da percepção, uma inspirada no positivismo e no kantismo, intitulada “escola behaviorista” e outra com fortes ligações com o humanismo (Andrade, 1987). Os teóricos da corrente behaviorista promoveram uma significativa modificação em relação às abordagens teóricas vigentes, mas conservaram os mesmos métodos. Em outras palavras, não se questionava a busca por generalizações e teorias, mas sim a quimérica noção econômico-racional do comportamento humano (Johnston, 1986). Aqui a percepção do ambiente tem importância fundamental, pois é a partir dela que os indivíduos tomam decisões em relação a sua vivência no espaço (Goodey e Gold, 1986).

Dentre os teóricos desta facção, destaca-se Julian Wolpert, que foi, para muitos, o precursor da **Geografia da Percepção**. Wolpert ao analisar o processo de tomada de decisão de indivíduos, notou que estes estavam longe de operar com a racionalidade maximizadora de ganhos do *homem econômico*. Ao invés, Wolpert (1964) cunhou o termo “*satisficer*” para descrever o comportamento geral dos indivíduos, que visam muito mais a sua própria satisfação (bem-estar social), do que lucros máximos por meio de um comportamento econômico e racional. Mas os conceitos mais relevantes e mais próximos da presente análise foram introduzidos por Wolpert (1965) quando abordava o processo de decisão migratória.

De acordo com esta proposta, a percepção ambiental pode ser fracionada em espaços distintos, moldados de acordo com as vivências dos indivíduos. O *espaço de ação* representa a área na qual um indivíduo se movimenta e toma decisões sobre a vida, incluindo as atividades relacionadas às compras, estudo, trabalho, etc. Em outras palavras, o *espaço de ação* representa o conjunto de locais em relação aos quais os indivíduos têm alguma familiaridade. Por outro lado, o *espaço de atividade*, representa o espaço no qual os indivíduos vivem o dia-a-dia, constituindo-se um recorte do *espaço de ação* com o qual o indivíduo

¹ Um ser teórico que tem conhecimento perfeito de uma economia e tem a habilidade de agir no seu próprio interesse de modo a maximizar lucros. A idéia do homem econômico tornou-se uma ferramenta importante para os economistas neoclássicos, mas outros escritores sugeriram o conceito de **satisficer** como sendo mais realista.

A geografia do medo: reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte

interage com maior frequência. Portanto, segundo Wolpert (1965), existe uma hierarquia de *espaços de atividade* para a maioria das pessoas. Esses espaços tendem a aumentar em extensão espacial, partindo da unidade domiciliar, bairro, passando pelo espaço de trabalho/econômico e espaço urbano de modo geral. A medida em que se move em direção aos níveis superiores da hierarquia espacial, a familiaridade com o espaço torna-se menor.

Geralmente, os locais mais bem conhecidos tendem a ser mais escolhidos como base para as mais diversas atividades (moradia, trabalho, estudo, lazer). Entretanto, diante de uma miríade de opções, Wolpert (1965) revela que os indivíduos tomam decisões em relação ao espaço avaliando as localizações dentro de um determinado *espaço de ação*, atribuindo a cada local uma certa *utilidade espacial*. A *utilidade espacial*, representa, portanto, a importância que cada lugar tem para um indivíduo. Fatores como moradia, economia, amenidades, características de uma vizinhança são percebidos por indivíduos e famílias como sendo satisfatório ou insatisfatório. No último caso, estresses em relação às características do local podem resultar no desejo de mudança.

Entretanto, nesse processo de busca, o indivíduo pode não identificar dentre os sítios em avaliação a *utilidade espacial* almejada. Neste caso, aquele indivíduo vai estender o seu *espaço de ação* através de uma *pesquisa comportamental*. Em linguagem simples, uma pessoa irá procurar por um sítio apropriado para uma atividade dentro da área melhor conhecida por ela/ele. Se os sítios presentes naquele *espaço de ação* não atendem às demandas, o indivíduo ampliará a sua área de busca, familiarizando-se com uma nova área, estendendo, portanto, o seu *espaço de ação*.

Por outro lado, a escola humanista sugere não só a introdução de novas bases filosóficas, como também metodológicas às abordagens geográficas. Trata-se de uma visão de geografia humana centrada na percepção, criatividade, experiência e valores humanos. De acordo com essa proposta, toda investigação é subjetiva uma vez que reflete as atitudes e percepções do pesquisador que pode, inclusive, influenciar o próprio campo de estudo. Ao invés de buscar leis que regulamentam o comportamento, os humanistas sublinham as experiências individuais, tendo seus resultados um caráter eminentemente idiográfico (Bunkse, 1996).

Destaca-se na escola humanista o geógrafo de origem chinesa *Yi-Fu Tuan*, que introduz alguns conceitos importantes para a presente análise. Segundo Tuan (1980), *topofilia* representa o sentimento de afeição em relação a

determinados lugares, “um elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 1980:5). Em contraposição, a *topofobia* representa a aversão a determinados lugares. A percepção é fundamental ao processo de construção de *topofilias* e *topofobias*, representando tanto resposta mecânica dos sentidos aos estímulos externos, como uma atividade proposital, na qual certos fenômenos são ressaltados e registrados, enquanto outros preteridos ou totalmente bloqueados (Tuan, 1980).

Muito do que percebemos, tem *valor* para nós, portanto, a percepção do espaço é fortemente influenciada pelos padrões culturais nos quais estão inseridos os indivíduos. A cultura pode influenciar a percepção de tal modo que as pessoas verão coisas que não existem, podendo esta criar alucinações coletivas (Tuan, 1980). Nota-se, portanto, que *topofilias* e *topofobias* são construídas a partir de vivências diretas e indiretas de indivíduos nos mais diversos lugares. Tais lugares podem variar grandemente em escala, indo desde um quarto, uma casa, uma praça, até uma nação ou continente.

Com base nessa discussão, percebe-se que a *Geografia da Percepção* traz subsídios importantes para a análise do sentimento de insegurança, introduzindo conceitos e modelos de comportamento que auxiliam na identificação e explicação de *dissonâncias cognitivas*. Essas discrepâncias são analisadas a seguir.

3 FONTES DE DADOS E METODOLOGIA

Para materializar o objetivo do presente estudo, trabalhou-se com duas fontes de dados. O Instituto de Pesquisas da PUC - MINAS - Lumen produziu em 1999 um survey que explora a percepção da população de Belo Horizonte em relação à violência urbana. O estudo levantou a percepção da população de Belo Horizonte sobre a violência urbana contemplando 1252 pessoas no município, entrevistadas entre os dias 15 e 16/03/1999, sendo que a definição da amostra levou em conta o peso populacional de cada Unidade de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Lumen, 1999).

De posse dessas informações, duas taxas de sentimento de insegurança foram produzidas para cada Unidade de Planejamento (UP): uma em relação à cidade de Belo Horizonte e outra em relação ao bairro/vizinhança. O sentimento de insegurança representa o percentual da população de cada UP que revelou sentir-se inseguro ou parcialmente inseguro, seja em relação à cidade ou em relação ao bairro onde vivem.

Trabalhou-se também com os registros de ocorrência do (Centro de Operações da Polícia Militar) COPOM- PMMG referentes ao município de Belo Horizonte, utilizando-se como referência os indicadores da variável Segurança Urbana do IQVU/96². Taxas de crimes violentos³, crimes violentos contra a pessoa⁴ e crimes violentos contra a propriedade⁵, foram geradas para cada UP, com o fito de cotejar o sentimento de insegurança com a incidência real de crimes.

Deu-se então início às análises estatísticas. Buscou-se através de correlações Personianas compreender a relação entre o sentimento de insegurança e a incidência de crimes violentos. Num terceiro momento, trabalhou-se com o mapeamento da percepção de insegurança, com o fito de explorar a sua distribuição espacial, através da produção de mapas temáticos do tipo coroplético⁶.

4 RESULTADOS

De modo geral, os resultados revelam significativas *dissonâncias cognitivas* em relação à real incidência de crimes em Belo Horizonte. Quando solicitados a citar espontaneamente até duas áreas da cidade onde mais ocorrem atos de violência, os habitantes do município apontam a área central em primeiro lugar, seguida das favelas e periferias (Tabela 1). Nota-se aqui a primeira evidência de que, segundo a percepção da população, a violência urbana é um problema alheio, ou seja, um fenômeno que se faz presente de forma mais intensa em áreas específicas da cidade, geralmente distantes dos locais de residência da maioria da população.

² Estes são dados recentes, oriundos do IQVU-96 (Índice de Qualidade de Vida Urbana - 1996) produzido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em fase final de atualização e não do cálculo já divulgado. Todas as informações foram extraídas do Banco de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais.

³ Ocorrências de: homicídios, tentativas de homicídio, roubos e furtos consumados a pessoas, roubo à mão armada consumado e estupro consumados / hab / UP.

⁴ Ocorrências de: homicídios, tentativas de homicídio, violações de domicílios e de estupro/hab/UP.

⁵ Ocorrências de roubos e furtos consumados a pessoas, roubos e furtos tentados, qualificados e consumados a veículos, moradias e estabelecimentos, à mão armada ou não/hab/UP.

⁶ O mapa coroplético explora uma série de valores visuais crescentes ou uma seqüência de matizes que aproveita a propriedade de ordem das cores para representar valores absolutos ou relativos referentes a unidades observacionais (Cuff e Mattson, 1982).

Tabela 1

Áreas da cidade onde mais ocorre violência*

Área	%
Área Central ⁷	37,3
Favelas	30,8
Periferia	8,9
Zona Sul	4,5
Zona Norte	2,7
Toda a cidade	2,3
Região Nordeste	2,1
Venda Nova e entorno	1,7
Zona Oeste	1,4
Pampulha	1,1
Outros	7,2
Total	100

*Respostas agrupadas

Fonte: Lumen (1999)

Tal percepção também revela a presença de *topofobias* coletivas, construídas a partir de conteúdos sensacionalistas veiculados pelos meios de comunicação de massa enfocando incidentes violentos, muitas das vezes, fatos isolados. Afinal, nem todas as áreas periféricas e favelas de Belo Horizonte são violentas e o centro da cidade está longe de ser o local de alta incidência de homicídios, roubos e estupros.

Os resultados do survey também revelam que boa parte da população de Belo Horizonte encontra-se preocupada em relação à violência. Note-se que um terço dos entrevistados julgam Belo Horizonte uma cidade violenta e outros 38,9% julgam-na parcialmente violenta (Tabela 2). Essa percepção é coerente com o sentimento de insegurança em relação ao município, uma vez que existe uma certa correspondência entre a proporção daqueles que não se sentem seguros e os que consideram a cidade violenta (Tabela 02).

⁷Centro, Barro-Preto e Região Hospitalar.

Tabela 2

Percepção de segurança

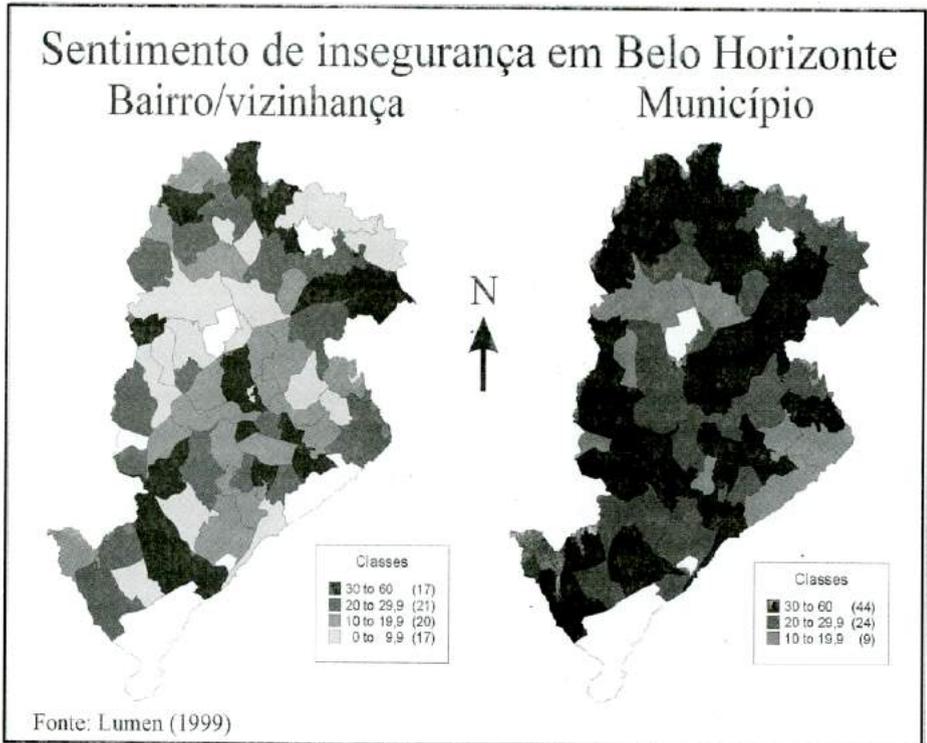
	Considera Belo Horizonte uma cidade violenta (%)	Considera-se seguro em Belo Horizonte (%)
Sim	33,1	40,9
Em parte	38,8	28,9
Não	28,1	30,2

Fonte: Lumen (1999)

Curiosamente, o percentual daqueles que consideram os seus bairros/vizinhanças violentos é muito menor do que aqueles que percebem a cidade de Belo Horizonte como violenta. Esta diferença é confirmada pelo coeficiente de correlação, revelado na Tabela 5, que apesar de positivo, apresenta-se moderadamente fraco (0,478). A Figura 1 corrobora esta relação. Ao se observar o sentimento de insegurança em relação ao bairro/vizinhança e município, nota-se que a insegurança em relação a Belo Horizonte apresenta concentração de UP na classe superior (44), indicando níveis de insegurança mais altos (Figura 1). Por outro lado, o sentimento de insegurança em relação aos bairros/vizinhanças apresenta-se melhor distribuídos entre as classes em observação (Figura 1).

Em virtude do caráter heterogêneo da distribuição espacial do sentimento de insegurança, a Figura 1 indica a existência de uma clara geografia do medo. Em relação ao sentimento de insegurança nos bairros/vizinhanças, destacam-se as UP localizadas na regional Pampulha por apresentarem os menores percentuais de indivíduos que temem pela sua segurança. Por outro lado, quando se explora o sentimento de insegurança em relação à cidade como um todo, destacam-se as UP que compõem as regionais Venda Nova, Nordeste e Barreiro, com percentuais expressivos de indivíduos que temem pela sua segurança no conjunto da cidade.

Figura 1
Sentimento de insegurança*



* Áreas em branco foram expurgadas da análise em virtude de baixo contingente populacional

Note-se ainda que a maioria dos entrevistados (59,2%) não considera o seu bairro/vizinhança violento (Tabela 3). Por sua vez, esses percentuais correspondem àqueles referentes ao sentimento de insegurança nos bairros/vizinhanças. A Tabela 3 mostra que 57,6% dos habitantes de Belo Horizonte sentem-se seguros no bairro/vizinhança onde vivem. Fica assim evidente a discrepância entre o sentimento de insegurança associado à Belo Horizonte como um todo, e a sensação de relativa segurança vivenciada nos bairros/vizinhança. De acordo com Wolpert (1965), tal resultado é esperado, pois as vizinhanças fazem parte do *espaço de atividade* dos indivíduos, constituindo-se recortes espaciais de maior familiaridade para a população. Esses *espaços de atividade* fazem com que as pessoas estejam mais à vontade e conseqüentemente mais seguras nos locais de residência do que em outras áreas da cidade.

Tabela 3

Percepção de violência

	Considera o bairro/vizinhança violento (%)	Considera-se seguro no Bairro/vizinhança (%)
Sim	19,0	57,6
Em parte	21,8	21,4
Não	59,2	21,4

Fonte: Lumen (1999)

Esses resultados também indicam nitidamente a presença de hierarquias de *espaços de atividade*. A medida em que se move em direção aos níveis superiores da hierarquia espacial, saindo do ambiente confortável das unidades domiciliares e das vizinhanças, em direção ao espaço econômico do centro da cidade, por exemplo, a familiaridade com o espaço torna-se menor, influenciando negativamente a sensação de segurança.

Essa sensação de insegurança, por sua vez, traduziu-se em pronunciadas mudanças de comportamento. Em resposta à questão sobre como se previnem contra a violência, parcela significativa da população revelou que “evita sair de casa (a certas horas)” e “evita ir a determinados locais (a certas horas)”. Outras medidas preventivas que merecem destaque são “andar com mais atenção nas ruas” e “orar a Deus”. As demais medidas de prevenção contra a violência aparecem com percentuais pouco significativos. Um outro ponto que merece destaque é o fato de que apenas 3,8% da população dizem não fazer nada em relação à violência. (Tabela 4)

Nota-se, portanto, que a população de Belo Horizonte toma uma série de decisões em relação ao espaço citadino a partir da sua avaliação e percepção dos níveis de violência. Segundo Wolpert (1965) essas decisões espaciais são realizadas com base em avaliações a partir das quais atribui-se a cada local um nível de *utilidade espacial*, indicando o peso e a importância desses locais para o indivíduo. Os critérios de seleção são os mais diversificados e passam certamente pelo nível de satisfação ou insatisfação em relação às condições de vida, incluindo o sentimento de insegurança.

Tabela 4
Prevenção com relação à violência*

	Resposta	%
Evita sair de casa (a certas horas)	610	30,6
Evita ir a locais (a certas horas)	522	26,2
Anda com mais atenção nas ruas	203	10,2
Ora a Deus	157	7,9
Não faz nada/corre risco	75	3,8
Não usa jóias/relógios	68	3,4
Não sai com dinheiro	59	3,0
Evita sair de casa desacompanhado	51	2,6
Anda de carro com os vidros fechados	44	2,2
Esconde o dinheiro em alguma parte do corpo	40	2,0
Investe em segurança privada	29	1,5
Fecho bem a casa	29	1,5
Respeito ao próximo/boa convivência	19	1,0
Outros	87	4,4
Total	1993	100,0

* Questão múltipla com até 2 respostas espontâneas

Número total de casos válidos= 1215

Fonte: Lumen/PUC Minas

Estresses em relação às características do local podem resultar no desejo de mudança, a partir do qual indivíduos evitam certos pontos do seu *espaço de ação*, ou quando os níveis de estresse são muito grandes, chega-se a promover uma relocação radical. Em outras palavras, quando não é mais possível identificar nos sítios que fazem parte do *espaço de ação* níveis de *utilidade espacial* almejados, os indivíduos naturalmente estendem o seu *espaço de ação* incorporando novas áreas. O crescimento vertiginoso dos condomínios fechados

A geografia do medo: reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte

e o atual processo de desmetropolização da população brasileira são, em grande medida, resultantes desse processo.

Os coeficientes de correlação, por sua vez, apresentam provas inequívocas da inconsistência entre o sentimento de insegurança e a real incidência de criminalidade violenta, indicando a inexistência de embasamento científico para o atual sentimento de insegurança, seja em relação à cidade, seja em relação ao bairro/vizinhança, detectados pelo *survey*. Primeiramente, observe-se a total ausência de significância estatística nas correlações entre sentimento de insegurança em relação à cidade e as taxas de criminalidade violenta (Tabela 5).

Tabela 5

Correlações obtidas através do Coeficiente de Correlação de Spearman *

Modalidades de violência	Sentimento de insegurança no bairro/vizinhança	Sentimento de insegurança em Belo Horizonte
Crimes Violentos	-0,201 (0,040)	-0,94 (0,207)
Crimes Violentos Contra a Pessoa	0,181 (0,057)	0,023 (0,421)
Crimes contra a Propriedade	-0,208 (0,035)	-0,91 (0,216)
Sentimento de insegurança no bairro/vizinhança	-	-0,478 (0,000)

* Significância para uma cauda.

Fonte: Lumen (1999) e IVQU-1996 – PBH

Por outro lado, as correlações entre o sentimento de insegurança e as taxas de criminalidade violenta resultaram em coeficientes inesperados (Tabela 5). Note-se que o sentimento de insegurança apresenta-se negativamente relacionado às taxas de total de crimes violentos e crimes violentos contra o patrimônio. Trata-se de um contra-senso, pois os resultados revelam que justamente nas áreas de menor incidência de crime, os níveis de insegurança tendem a ser mais altos.

Trata-se de uma brutal *dissonância cognitiva* engendrada primeiramente pelo “conforto” proporcionado pelos *espaços de atividade* nos quais estão inseridos os bairros/vizinhanças. Por outro lado, o tratamento

sensacionalista dispensado por certos veículos de comunicação à criminalidade violenta influenciam grandemente o inconsciente coletivo dos habitantes, gerando sentimentos *topofóbicos* em relação a diversos pontos da cidade reforçando a construção de *dissonâncias cognitivas*. Como Tuan (1980) sugere, a cultura, que na atualidade é também construída com a ajuda dos meios de comunicação de massa, influencia a percepção das pessoas, fazendo com que em muitos casos a população “veja coisas que na verdade não existem”. Portanto, o sentimento coletivo de insegurança em relação ao espaço da capital está longe de ser produzido por experiências diretas com a criminalidade violenta, sendo fruto, portanto, de “alucinações coletivas”, criadas pela mídia sensacionalista.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo demonstra a existência de uma séria *dissonância cognitiva* entre a real incidência de crimes violentos e o sentimento de insegurança. Primeiramente, o *survey* indica que a população aponta o centro da cidade e indistintamente as favelas e as periferias como as áreas mais violentas da cidade, revelando a existência de *topofobias* coletivas e infundadas. Sabe-se que nem todas as favelas e periferias são violentas e que na área central da cidade são raros os crimes violentos.

Os resultados também revelam que o sentimento de insegurança é muito maior em relação à cidade como um todo, do que em relação aos bairros/vizinhanças onde vivem os entrevistados. Trata-se de um desdobramento natural da limitação física dos *espaços de atividade*. Em função do maior conhecimento e vivência no entorno imediato das unidades domiciliares (*espaços de atividade*), o sentimento de segurança é maior, ao passo que em relação às demais áreas da cidade, são atribuídas *utilidades espaciais* menores. Daí o sentimento de insegurança ser maior em relação a essas áreas menos conhecidas.

É também curioso constatar que as taxas de criminalidade violenta não se encontram estatisticamente relacionadas ao sentimento de insegurança em relação aos bairros/vizinhanças e à cidade como um todo. Portanto, percebe-se que o sentimento de segurança parece estar mais vinculado ao caráter sensacionalista das abordagens midiáticas de eventos violentos, que constroem no inconsciente coletivo do belo-horizontino imagens distorcidas da realidade, gerando um medo, muitas vezes infundado.

A geografia do medo: reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte

Essas dissonâncias cognitivas colocam mais pressão sobre os gestores da segurança pública, pois como se viu, não se constrói um sentimento de segurança simplesmente com o combate à criminalidade. Uma presença mais ostensiva de policiais e viaturas nas ruas da cidade, juntamente com um amplo trabalho de relações-públicas junto à comunidade, seja divulgando a eficácia do trabalho da polícia, seja demonstrando a evolução das taxas criminais, podem promover melhoras no sentimento de segurança. Não se pode perder de vista também a existência de uma clara geografia do medo, com concentrações de sensação de insegurança em áreas específicas da cidade. É, portanto, imperativa a construção de ações que levem em conta não só a distribuição espacial da incidência criminal, mas também da própria sensação de insegurança. Esses esforços certamente mitigarão o medo, bem como reforçarão a imagem das polícias junto aos habitantes da cidade.

***Abstract:** Scientifics'studies have been presenting some concerns about the feeling of insecurity related to district/neighborhood and, it's related to the whole city. The results have been showing that the feeling of insecurity is, most of the time, in some specific areas as downtown, slums and outskirts. People have felt safer where the live, in their neighborhood. However, there are no proves that the high level of violent crimes is related to te feeling of insecurity.*

***Key words:** Urban violence, criminality, perception, geographic space, action, top phobia, insecurity, fear.*

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel. 1987. *Geografia, ciência da sociedade*. São Paulo. Editora Atlas S.A
- BUNKSE, Edmunds. 1996. Humanism Wisdom of the Heart and Mind. In Earle, C.; Mathewson, K. and Kenzer, M. *Concepts in Human Geography*. London, Rowman & Littlefield Publishers, Inc. pp.
- CUFF, David and Mattson, Mark. 1982. *Thematic Maps. Their design and production*. New York, Methuen.
- GOODEY, Brian e Gold, John. 1986. *Geografia do comportamento e da percepção*. Publicação especial nº 3. Departamento de Geografia - Instituto de Geociências - UFMG.
- JOHNSTON, R. J. 1986. *Geografia e Geógrafos*. São Paulo. Difel.
- MAYHEW, Susan. 1997. *A Dictionary of Geography*. New York - Oxford University Press.
- PAIXÃO, Luiz Antônio e Andrade, Luciana T. 1993. *Crime e Segurança Pública*. In: Paixão, L. e Andrade, L. *Belo Horizonte: Poder, Políticas e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte C/arte e UFMG pp. 109-123.
- WOLPERT, Julian 1964. The decision process in spatial context. *Annals, Association of American Geographers* 54, 337-58.
- WOLPERT, Julian 1965. Behavioral aspects of the decision to migrate. Papers and proceedings. *Regional Science Association* 15, 159-72.
- TUAN, Yi-Fu. 1980. *Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, DIFEL

SÍNTESE DE NORMAS EDITORIAIS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NAS REVISTAS

Os trabalhos deverão conter:

1. Título, seguido do nome do(s) autor(es).
2. Endereço para correspondência, bem como a referência profissional e/ou científica do(s) autor(es) deverão ser colocados logo após a bibliografia, ao final do texto.
3. Os originais deverão ser digitados em programa Word (6.0 ou superior) for Windows, fonte Times New Roman; tamanho 12, formatação página A4, margem inferior, esquerda e direita 3,0 cm e superior 2,5 cm. Os disquetes deverão ser enviados rotulados com o nome do artigo.
4. O autor deverá submeter o texto à revisão de Português.
5. Os artigos serão submetidos a revisão, podendo resultar em alterações na forma do texto. No caso de modificações significativas, o trabalho será devolvido ao autor para que o mesmo faça as modificações.
6. Os textos deverão obedecer às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Impressão:
Parque Gráfico da PMMG / DAL / CA/MB e Int
Av. Amazonas, 6455 – Gameleira
Tel: (31) 2123-1057 – 2123-1053